

O POLITIKOM
MANIFESTO JESUCRISTÃO
INTRODUÇÃO À METAFÍSICA POLÍTICA DA
PLENITUDE DAS NAÇÕES



Um homem pode dizer a uma montanha: “Afasta-te”, e a montanha se afastará, mas o Poder de fazer com que uma cordilheira inteira se mova e abra caminho para um Novo Mundo está nas mãos de muitos homens juntos (C.R.)

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1. NATUREZA DA ATIVIDADE POLÍTICA

CAPÍTULO 2. A REDENÇÃO DA “TERRA”. A SEGUNDA REVOLUÇÃO AGRO-NEOLÍTICA PÓS-ATÔMICA

CAPÍTULO 3. SOBRE A VIDA E A MORTE

CAPÍTULO 4. REVOLUÇÃO NAS SALAS DE AULA. POR UM CONSELHO NACIONAL DE PEDAGOGIA

CAPÍTULO 5. ORIGEM DO PODER POLÍTICO E ONTOLOGIA DA SOCIEDADE

CAPÍTULO 6. ONTOLOGIA E ORIGEM DO ABSOLUTISMO

CAPÍTULO 7. SEPARAÇÃO ENTRE ESTADO E GOVERNO

CAPÍTULO 8. ONTOLOGIA DA FAMÍLIA

CAPÍTULO 9. O FUTURO DO DIREITO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 10. RESPOSTA AO PROBLEMA DA LIBERDADE DO SER

CAPÍTULO 11. A GUERRA E A PENA DE MORTE. RESPOSTA AO PROBLEMA DA PAZ

CAPÍTULO 12. O DESAFIO DO SÉCULO XXI

CONCLUSÃO. A MAGISTRATURA DA CIÊNCIA DO BEM E DO MAL

INTRODUÇÃO
CRIAÇÃO DA ÁRVORE DA PLENITUDE DAS NAÇÕES

I
SEM HORIZONTE, NÃO HÁ CAMINHO

Vocês conseguem imaginar uma sociedade cuja estrutura previssesse um ano sabático?: A cada sete anos, o sétimo é o ano sabático.

Vocês conseguem imaginar uma sociedade em que três meses por ano fossem de férias e o sistema de trabalho fosse alternado para que as férias caíssem sempre em épocas diferentes do ano?

Vocês conseguem imaginar um sistema social em que toda a riqueza da nação se concentrasse em um coração aberto à necessidade de apoio pessoal e familiar para a universidade, moradia e criação de empresas?

Vocês conseguem imaginar uma sociedade em que a agricultura, a pecuária e o silvicultura fossem setores fundamentais da atividade humana?

Vocês conseguem imaginar uma civilização cuja energia seja baseada no Sol e no campo gravitacional?

Vocês conseguem imaginar um planeta aberto às necessidades das populações, no qual a fome e a solidão de uma pessoa dizem respeito a todos os habitantes da Árvore das Nações?

Vocês conseguem imaginar uma civilização em que todo o conhecimento e a pesquisa circulassem livremente por toda a Árvore das Ciências, com acesso livre para todos os pesquisadores de todos os ramos do conhecimento?

Vocês conseguem imaginar um mundo em que todos os exércitos das nações formem um único corpo de defesa da paz universal?

Vocês conseguem imaginar um mundo em que o risco de uma ditadura nos diga respeito a todos os povos e todas as nações se levantem como um só homem contra qualquer organização criminosa que, sob a forma de partido político, trilhe seu caminho rumo à tirania?

Vocês conseguem imaginar uma civilização em que todas as nações coloquem seus homens da justiça e da lei a serviço da luta contra todo tipo de organização criminosa: tráfico de drogas, armas, tráfico de mulheres e crianças, órgãos, etc...?

Vocês conseguem imaginar um mundo sem guerras, no qual todas as jovens possam circular livremente, enriquecendo suas almas com a experiência do conhecimento vivo das maravilhas da Terra?

Vocês conseguem imaginar um mundo em que a procriação seja assumida como um dever sagrado pelos pais, com o objetivo de formar o homem à imagem e semelhança do Espírito Criador de Deus?

Vocês conseguem imaginar um mundo em que a saúde não seja comprada nem vendida a máfias farmacêuticas genocidas que fazem da doença seu negócio e se aliam à morte a ponto de criar pandemias?

Vocês conseguem imaginar um mundo em que as guerras, as doenças, os ditadores, os tiranos, os teocratas e todo tipo de máfias criminosas só possam ser encontrados nos livros de história...

...um mundo em que vivenciar as maravilhas da Criação do Universo seja financiado por todos em prol do bem de todos?

...um mundo em que ganhar dinheiro, adorar o ouro e basear o poder nas armas seja um veneno aos olhos das mentes e inteligências de todas as gerações da árvore das nações...

...um mundo em que a destruição e o aprisionamento da vida animal em zoológicos sejam um crime...?

O Princípio da Evolução dos povos rumo à Criação da Árvore das Nações do Gênero Humano começa no Pensamento. A Palavra e o Pensamento são as duas Torres da Criação do Futuro. Com o Pensamento vemos o Futuro, com a Palavra o criamos. Essa é a lição que nos deu o Filho de Deus. Não é preciso ver para acreditar. Basta apenas querer, abrir o peito à Vontade e permitir que a Força Criadora que vive no Ser desdobre seu Poder.

Sempre surge aquele problema: “Quero fazer o Bem, mas é o Mal que se apegue a mim”, lei por excelência que governa todo o Mundo acorrentado à Lei da Ciência do Bem e do Mal.

A vontade, o desejo de querer fazer o Bem, existe na Natureza do Ser, mas no mundo existe uma Realidade cujo Poder é transformar essa vontade e esse desejo em uma ilusão, em uma utopia; por isso dizemos que o Ser é Bom por Natureza. Mas o que vemos é o contrário: a Natureza do Ser Humano é perversa a ponto de buscar sua própria autodestruição.

A história do passado e do presente nos mostra o caminho para o futuro. A vontade existe, mas o poder se perde ao tornar impossível sua realização. A expressão “mudança política” perde todo o seu sentido assim que o poder é alcançado. O Poder, que deveria concretizar a Vontade da Nação, é colocado de joelhos diante de um Grupo de Indivíduos que colocam a Vontade de seu Ego acima da Necessidade do Presente de caminhar rumo ao Futuro. Enfim, sempre foi assim, e por “sempre ter sido assim”, a impotência e a frustração tomam conta da sociedade. Frustração à qual o poder responde abrindo seu futuro a todos aqueles que querem pão para hoje e miséria para amanhã. As gerações que virão... o que lhes importa?

O Fator Deus entra repentinamente na equação. Afinal, quem pode resistir ao seu Poder? E, de repente, o que é impossível para o Homem torna-se realidade. O Futuro se transforma em uma Árvore das Nações. A Lei da Ciência do Bem e do Mal é banida da Natureza do Gênero Humano: a Vontade Criadora do Homem não se perde na Negação da Vontade do Poder Político contra a Criação de uma Civilização na qual o Escravo não existe. Um somos Tudo e Todos somos uma única e exclusiva Realidade: o Homem.

O Homem foi criado para desfrutar da Vida Eterna à Imagem e Semelhança da Vida dos filhos de Deus. O Espírito Criador que habita no Homem é o espírito da Inteligência. Tudo nos é possível porque tudo provém da Fonte Divina. “Querer é poder”. Nunca, jamais, permitir que nos tirem o Poder, seja em nome de ideologias, de religiões ou de ciências, quando essas três forças carecem de Espírito, é um dever sagrado herdado. É nossa herança jesucristiana.

O homem é uma criatura criada para ser criador e viver seu próprio mundo. Mas um Mundo fundado na Lei do Criador da Vida no Universo: Não matarás, não darás falso testemunho, não roubarás, não adulterarás, honrarás teus pais, não cobiçarás os bens do teu próximo, amarás a vida do teu próximo como amas a tua própria vida e, acima de tudo e antes de tudo: amarás nosso Criador com todas as forças do nosso Ser. A partir dessa Lei do Espírito, o Futuro, no seio da Árvore das Nações, abre-se para a Eternidade. Será que Deus está tão distante de nós que não podemos elevar-nos até a Fonte da Inteligência nas altas Montanhas de sua Sabedoria? Ou será que o Futuro rumo ao nosso Paraíso afunda no Inferno das vontades daqueles que têm no Passado o Modelo de seu Presente? NÃO sairemos desse cemitério de fantasmas do Passado, com seus pensamentos nos mantendo como mortos em vida no mausoléu de suas ideologias fraticidas, de suas religiões genocidas contra os infiéis e de suas ciências negacionistas da dimensão da vida eterna no Universo?

A Inteligência é a origem do Movimento rumo ao Futuro, a terra na qual Deus semeia seu Espírito Civilizador, e aqueles que negam sua Existência cultivam, ao lavrá-la, “joio e espinhos”. A Potência do Ser Criador vive em nossa Natureza. Negar a Criação é negar a nós mesmos essa Força Criadora. Elevar o Pensamento ao nosso Criador é olhar-se no Espelho do Tempo, ver nosso Futuro através de Seus Olhos, nossa Existência a partir de Seu Coração: Sua Vontade de criar Vida à Sua Imagem e Semelhança é a Origem de todas as coisas. Sendo Ele a Fonte de nossa Força e Vontade... o que não nos é possível?

O Estado não é um Órgão Repressivo criado para colocar todos os povos fundadores de joelhos aos pés de uma Classe Política Armada. A Nação não surge da Vontade de um Poder Armado. A Civilização tem seu nascimento na Vontade de União de todas as Famílias de uma Cidade-Estado em uma Sociedade que transmite a Lei Fundacional da Criação a um Órgão de Defesa dos Direitos de todos. A sociedade é um corpo orgânico em perpétuo crescimento ao longo do tempo, no seio de uma lei universal, expressão da natureza da vida à imagem e semelhança do Espírito Criador Divino. A recusa em crescer nessa dimensão universal é o início da queda da Lei do Espírito para a lei da Ciência do Bem e do Mal, cujo fruto é a Guerra — fruto cultivado por um pensamento que afasta o Indivíduo da Humanidade, o isola e o transforma em uma besta movida pelo domínio sobre seus semelhantes, para o que procede à “Mudança” da Natureza do Estado em Arma Repressora do Futuro Humano, Arma a serviço de um Poder Político Tirânico. Essa Dinâmica da Revolução mergulhou, desde sempre, o Crescimento por etapas da Civilização em um Salto Sangrento, com o Terror como porta de entrada para seu Triunfo.

Todos sabemos o que é necessário fazer. Todos sabemos quem são os partidos e as famílias políticas que, unidos em uma Aliança das Civilizações, estabeleceram uma agenda para concluir a construção do muro contra o qual, segundo eles, o espírito do homem se chocará.

A Aliança que o Homem tem com seu Criador, forjada com o Sangue de Cristo, quem a anulará? Deus abandonou seu Servo na Morte? Sua Ressurreição é a Promessa do Cumprimento do Dever que o Criador tem para com sua Criação.

Seus discípulos anunciaram isso há 2.000 anos. “Toda a Criação aguarda ansiosamente o nascimento do Dia em que se manifestará em sua plenitude a glória da liberdade do Filho de Deus”. Esse Dia é Hoje.

II

CONTRA A PORNOCRACIA GLOBAL

A cada ano, mais de 1.000.000 de seres humanos são escravizados pela maior organização criminosa que existe na Terra: a prostituição.

São mais de 12.000 os focos na Internet a partir dos quais esse crime se expande.

Contra esse crime, que se expande continuamente a cada dia, nós, a Plenitude das Nações Cristãs, nos comprometemos a:

A fechar todos os bordéis da Terra

A elevar à pena de prisão perpétua o crime de proxenetismo e tráfico de mulheres

A proibir a venda e o aluguel de filmes pornográficos em todo o mundo

A fechar todos os sites da Internet com material pornográfico

A criminalizar a posse e a distribuição de material pornográfico na TV, em lojas, na internet e nos mercados

Fechar todas as salas de exibição de filmes pornográficos

Devolver as mulheres que se dedicam à prostituição em boates, ruas e estradas aos seus países e famílias de origem

Banir a prostituição das profissões

Proibir o contato entre cliente e profissional do sexo por meio da mídia

Classificar a pederastia, a pedofilia, a zoofilia e o sadomasoquismo como demência de primeiro grau

Legislar contra policiais, políticos e juízes envolvidos nessas redes de demência

À expulsão do Estado de todo funcionário público envolvido na prostituição como cliente

Conceder todo o poder à lei para levar a vitória da justiça até suas últimas consequências, o que implica:

- Abolição do status de imunidade parlamentar para todos os políticos e chefes de Estado

- Revogação do status de imunidade diplomática em caso de conexão com o crime

- Criminalização das “férias sexuais”

- Fechamento de todo tipo de estabelecimento em que a mulher utilize seu corpo nu como condição de trabalho

E a adoção de todas as medidas que a Lei e a Justiça exigirem à medida que avançamos na vitória da Vida sobre aqueles que fizeram da morte do ser, física ou moral, sua pátria e sua bandeira

Declaração Final: Toda compra e venda do ato sexual é um crime contra a dignidade humana.

III

O HOMEM E DEUS

A civilização não é uma quimera, nem um capricho da Natureza; a civilização não surge do nada, nem da espontaneidade de um acaso cósmico sem origem passível de investigação, acaso criador e de um dogma científico exclusivamente adequado aos sacerdotes do Templo do Ateísmo. O nascimento e a expansão da Civilização estão registrados nos anais das mitologias dos povos fundadores das primeiras nações. Deus foi o Princípio.

Nós, povos com origem na Filosofia Política do Cristianismo, sabemos que a Formação do Homem à imagem e semelhança do Deus Criador do Universo é um ato de elevação da matéria ao espírito, cujo efeito final é gerar no ser humano um filho de Deus, e, como tal, o Homem é herdeiro da natureza de uma Inteligência sem limites que, a partir de Deus, se estende por todos os povos para tornar possível uma Convivência Universal entre todas as nações, envolvendo em seu desenvolvimento todos os conceitos naturais ao Espírito do Criador.

A existência no seio de uma civilização aberta à vida sem limites no tempo implica, em sua estrutura, uma relação entre seres originários de culturas muito diferentes que, em razão de sua convivência, assumem o dever de serem herdeiros desse direito pelo qual todos os seres se tornam irmãos, e, como tal, se organizam em uma Sociedade de Plenitude de Nações no Espírito da Paz, da Liberdade e da Justiça, cuja Raiz é o Amor do Criador por sua Criação.

O fruto do Ato Criador, o horizonte da Criação da Vida à Imagem e Semelhança dos filhos de Deus, é o nascimento de uma Civilização Política, ordenada sobre bases filosóficas como eixo das relações entre as diferentes manifestações que são naturais ao espírito de inteligência e à alma criativa dos cidadãos que compõem a Sociedade Universal da Plenitude dos povos da Criação.

Somos civilizados por uma Lei das leis que confere à Civilização um corpo social, governado, animado e alimentado pela Lei do Espírito Criador Cristão.

A Lei do Espírito do Criador do Universo está inscrita em nossos genes desde nossas próprias origens. Mesmo sem conhecimento de sua letra, o Ser, nascido para viver a inteligência à imagem e semelhança da Inteligência Divina, nasce com essa Lei, cresce nessa Lei, porque o Ser é criado para amá-la com a força do instinto, em primeiro lugar, e com a do pensamento, por fim.

“Não matarás, não roubarás, não cometerás adultério, não invejarás, não cometerás perjúrio, adorarás a Deus, teu Criador...” é o Decálogo que permeia a Criação da Vida Inteligente e rege o comportamento de todo ser humano desde o próprio dia de seu nascimento no Universo. A antropologia nos revela que, embora as deformações de sua natureza original e a integração ao mundo animal criem uma névoa ofuscante sobre a verdadeira origem universal do Ser Humano, essa Lei não escrita está presente no código moral dos primeiros povos que habitaram a Terra. Fatos são fatos: devido às circunstâncias que se desenrolaram sobre o Futuro do Mundo a partir do Acontecimento da Queda, com o passar do Tempo, esse código moral universal, geneticamente inscrito, foi dando lugar à lei do mais forte — lei que levou a sociedade mais avançada de sua época, a mesopotâmica, nascida da Idade de Ouro do Neolítico, a acreditar que tinha o direito de usar a Força para se expandir e integrar em sua Civilização os povos que ainda viviam em condições pré-históricas.

Observamos na Bíblia, ou seja, na história do Israel bíblico, esse efeito degenerativo que levou os antigos a perverter o Direito Natural Divino e reduzi-lo à razão do interesse do indivíduo. Perversão que o ateísmo científico estabeleceu como a religião política da Era Moderna, quando, invocando a evolução da vida na Terra, colocou o interesse do indivíduo acima do interesse universal. Em nome desse Interesse Individual, as nações e os povos foram abençoados pela Nova Lei da Ciência para se livrarem

da Consciência Moral; consciência moral que, do ponto de vista maligno do ateísmo científico, é uma patologia neurótica suicida da qual a Vida deve se libertar se desejar elevar-se a um estágio superior de Consciência. A Declaração de Guerra da Razão contra a Fé foi assinada, selada e enviada ao Século XX: nesse espaço-tempo, as nações, libertas da Consciência Moral, foram abençoadas pelo Templo da Metafísica-Política dos Prêmios Nobel para iniciar uma guerra de destruição absoluta contra as forças sociais acorrentadas às leis do Espírito Cristão. De um lado da batalha, as forças do comunismo; do outro lado do campo, as forças do nazismo; ambos os exércitos tinham em comum o ódio à Lei da Civilização Cristã, lei aplicada de forma imperfeita, mas que nos trouxe, em seu espírito, a imagem da Civilização Universal concebida por Deus para o Homem Novo, e trazida à luz na fé em Cristo Jesus sobre o poder do espírito de inteligência do homem para se erguer acima das trevas do passado e se dedicar à criação de uma civilização fundada na participação e integração na Árvore Viva da Plenitude das Nações Cristãs, em cujos galhos todos viriam a construir seus ninhos e viver de seus frutos.

Pois Deus dispôs, na dimensão de sua Criação, que o Interesse Universal prevaleça sobre o Interesse Particular, de modo que toda a atividade da Sociedade tenha nesse horizonte a estrela polar de referência em sua navegação pelo Oceano dos séculos. O ateísmo científico da Era Moderna, de natureza anticristã, encontrou a maneira de perverter o Direito Divino, reduzi-lo a nada e transformar a sociedade em um inferno de miséria e maldade. Enquanto falavam da Utopia, terra virgem para a qual as nações seriam conduzidas pelos novos deuses da Metafísica Política Global, afirmavam que o Homem é uma Besta, que a Civilização é o Produto Final Necessário, campo de batalha no qual se decide o Futuro da Humanidade, sendo a Guerra o árbitro que conduz à vitória e coroa seu campeão. Contagiadas por essa loucura, as nações lançaram-se ao campo das Guerras Mundiais para decidir quem dominaria na selva em que, pela graça da Religião do Ateísmo Científico, o Mundo se transformou aos olhos de todos os seus habitantes.

Uma vez deslocada a Consciência Moral Cristã do Ser — a Força que nasce da Inteligência do Espírito do Criador, Princípio Moral da História Política do Corpo Social —, gerou-se nos povos uma Consciência inimiga de toda Lei Natural, cuja implantação nacional só poderia ser realizada por meio da Queda do Muro contra o qual, nos últimos cinco séculos, vinha se chocando a vitória do Interesse Individual sobre o Interesse Universal Cristão. Uma vez implantada essa Consciência sem Consciência no homem, já transformado em uma besta sem cérebro social, movida exclusivamente pelo instinto básico das feras selvagens, conduzi-los, arrastá-los para o campo de extermínio seria canja.

Tal foi a Grande Obra para a Eternidade que o ateísmo científico, transformado na religião da raça superior criada pela seleção natural, ergueu no cemitério das Guerras Mundiais com os ossos das centenas de milhões de seres humanos tratados como gado, que os Novos Deuses sacrificaram no altar da vitória da razão sobre a fé. É verdade que o novo Pilatos lavou as mãos no oceano de sangue que seus acólitos fizeram jorrar do inferno de suas consciências criminosas. O comunismo preparou o leito, o nazismo abriu o rio de sangue que, vindo de todas as nações, encheu seu corpo. “Um Fantasma contra um Louco”, crônica suicida de um genocídio escrita desde que os homens escolheram a Força que provém do Ferro e do Ouro em detrimento da Alegria da Inteligência Criadora. “Nada de novo sob o sol”, pó és, e ao pó retornarás.

Mas porque a Crônica do Século XX foi escrita sobre o túmulo do Primeiro Homem que abraçou a Guerra como Meio para alcançar o Fim: a Criação da Árvore da Plenitude das nações da Terra, e precisamente porque Deus conhecia o efeito daquela conversão à Religião da Morte, efeito que vivenciou inúmeras vezes durante sua Vida, e porque compreendeu que aquela conversão do Primeiro Homem à Guerra se deveu à sua Ignorância, sendo Deus e amando o Homem, trouxe à cena o princípio filosófico do Amor de Deus por sua Criação; cena que deu origem ao advento da Consciência Moral Cristã, herança do Evangelho para o Mundo, raiz da qual nasceria, com o tempo, o Tronco da Árvore da

Vida das Nações; aquele grão de mostarda que, sendo a menor das árvores, crescerá até desdobrar seus galhos e abranger com sua sombra todos os povos do Mundo. Essa foi uma Revolução Divina, inserida na estrutura genética do espírito cristão, semente que a Igreja Católica plantou na Europa, salvando-a da destruição e fundando, sobre os alicerces dos novos povos, o edifício de uma comunidade cristã, rompida pela Reforma, mas sempre viva. Alicerces que, atualmente, no século XXI, os adoradores do interesse individual — seja familiar ou nacional — pretendem novamente derrubar; as consequências de suas políticas, desprovidas da consciência moral natural — por ser divina, hoje cristã —, visam criar um mundo sem Deus e sem o homem.

Todos sabemos que a origem do homem é a Palavra de Deus: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança”. Traduzido para o cristão: Façamos do homem um filho de Deus.

A genealogia de Jesus o declara: “Adão, filho de Deus”.

Esse foi o salto final da vida na Terra: da natureza animal, governada pelos instintos, para a natureza da alma viva, livre do instinto e governada pela lei da liberdade criadora. Ali começou, no tempo, a trajetória da civilização. Livre dos instintos que regem as relações entre a fauna e a flora, abriu-se para o Homem um futuro no Universo. Seu habitat se abriu para as estrelas, Criação do Deus daqueles “deuses” que, aproximando-se das primeiras populações, as introduziram nas primeiras ciências e artes. Essa relação teve início entre os filhos de Deus, não do nosso Mundo, e a Vida na Terra começou antes da criação das primeiras populações humanas, baseadas no barro.

O Princípio da imitação foi a força que atraiu o Antropos, pai de todas as famílias dos Homo sapiens, para o Vale. Da Floresta, onde o Antropos conviveu com as famílias dos símios durante eras geológicas, o Antropos observou o movimento sobre duas pernas de seres que desciam das nuvens e retornavam ao céu. Movido pelo Princípio da Imitação, Origem da Inteligência, o Antropos desceu ao solo e iniciou sua jornada rumo ao Homo Sapiens, fundador das primeiras aldeias de barro, sobre cujas famílias Deus derramou Sua Bênção Eterna: “Façamos o Homem à nossa imagem e semelhança”. É por isso que lemos: “Deus criou o Homem do barro da terra”.

Esta é a Verdadeira Origem do Homem. O ateísmo científico nunca buscou a Verdade; buscou apenas justificar a loucura fratricida das nações em uma causa sem conexão com a história da Queda do Homem no inferno da guerra. Era infinitamente mais fácil para os sábios das ciências acreditar que o homem é uma besta sem redenção do que quebrar a cabeça tentando entender como, depois de ter sido elevado à Natureza dos filhos de Deus, o Homem se tornou uma Besta Homicida, de sede insaciável pelo sangue de seu próximo.

Desde a Antiguidade se dizia, e a experiência confirmou: ao lado do sábio, caminha o louco. Essa loucura foi combatida pela Fé, pois o Direito não pode triunfar se o Amor, Origem da Fraternidade entre as Nações, for negado por interesses de grupos de poder que, em sua demência e ignorância, se levantam para erguer uma estrutura fechada, monolítica, fundada em prol do estabelecimento de privilégios teocráticos encobertos sob um manto político e religioso, que exigem do povo uma adoração incondicional a seus líderes.

É compreensível que, sob essa Estrutura, o Inimigo Público Número Um seja a Consciência Cristã. E daí que, uma vez erguida essa estrutura sobre o sangue do homem, o poder político tenha como objetivo vital tomar o governo para abolir a Lei do Espírito, substituindo o Direito Universal por um sistema de Direito Temporal cuja única visão de futuro é a preservação desse status de privilégios daqueles que estão acima e além do Bem e do Mal, ou seja: da Justiça.

A Revolução Jesucristiana que o Filho de Deus deu início trouxe consigo um roteiro. Do Mundo Antigo até o nosso Mundo, existia um Abismo coberto pelas Trevas da Ignorância. O Abismo era um oceano de sangue. Abrir um Caminho por aquele oceano era tarefa de Deus. Criador da Raça Humana, Deus precisava intervir no Futuro para fazer com que as águas do Passado se afastassem e permitissem que o Futuro daquele Mundo avançasse em direção ao Nosso.

Deus interveio. A Lei Natural tornou-se cristã.

Hoje existe Civilização porque a Sociedade das nações europeias acolheu o espírito da Lei de Cristo como Raiz de sua Moral Legislativa. A ausência dessa Raiz como Fundamento da Lei esteve na causa do fracasso de todas as tentativas dos povos do Mundo Pré-cristão de formar uma Civilização politicamente estável.

A Moral Natural, no Cristianismo, tornou-se Divina. E impregnou o corpo social das nações com o espírito da Lei de Cristo, dotando assim as primeiras nações cristãs da força histórica necessária para edificar, ao longo do tempo, uma Civilização conforme aos Princípios do Espírito, de cuja Fonte todos os Povos da Criação bebem a Água do Direito Universal.

O Direito Natural tem como objetivo o Direito Universal. E, vice-versa, o Direito Universal é a origem do Direito Natural.

É óbvio que, se arrancarmos as raízes de uma árvore, ela murchará e morrerá. Da mesma forma, se arrancarmos da Civilização nascida na Europa, que se espalhou para o Novo Mundo e, a partir de ambas as margens, para os quatro cantos do mundo, as raízes cristãs que tornaram possível o crescimento da Árvore das Nações que hoje existem, essa Árvore começará a perder sua força e, alienada de seu espírito, acabará por apodrecer.

O século XX vivenciou a esquizofrenia coletiva, lógica e natural, decorrente do efeito desencadeado pela tentativa sangrenta de extirpar o cristianismo da civilização mundial que, sobre o cristianismo, se formou, ganhou corpo e alimentou todas as nações do mundo com seus frutos. A esquizofrenia coletiva anticristã das forças políticas, econômicas e científicas daquela Europa que, sem o cristianismo, não teria se recuperado após a passagem do cavalo de Átila, produziu e conduziu o capítulo de sua história conhecido como as Guerras Mundiais. Viu-se, no entanto, que o Espírito de Cristo é invencível e que sua civilização, embora atacada por todos em todas as frentes imagináveis e inimagináveis, está além de qualquer possibilidade de queda.

A crise que assola o século XXI tem sua raiz na recusa das forças sociais em reconhecer, de fato, o fato histórico de que foi o anticristianismo das dialéticas do século XIX a causa da esquizofrenia fratricida vivida pelo século XX. Cabe perguntar se é necessário reviver tal esquizofrenia para reconhecer essa Realidade. A resposta já tem voz: NÃO precisamos ver com os olhos o que já vivemos na carne de nossos pais

Quando a Evolução chega ao fim, de fato, começa a Revolução.

Ainda há quem acredite que a Evolução não tenha terminado e pense que o Homem não passa de uma ponte entre o Homo sapiens e uma nova Espécie. Os efeitos da esquizofrenia moral do anticristianismo continuam a gerar sentenças lapidares contra o Futuro do Gênero Humano. E isso tendo em vista a História das Revoluções vividas por nossa Civilização desde a Queda do Império Romano até a do Terceiro Reich.

O Homem é o Fim da Criação e o Princípio da Nova Criatura que vive nele: “Um filho de Deus”, esse filho que, seguindo em tudo o clamor do espírito de Cristo, invoca seu Criador dizendo: “Pai”.

É impossível, portanto, levar adiante a Revolução deste Século, que a plenitude das nações clama a voz em alto, sem avançar na História dentro do Espírito da Lei de Cristo, superior em tudo às leis civis, Lei da qual derivam todos os códigos morais de valor universal, sem os quais os Direitos Humanos são uma quimera fundada exclusivamente na Força das Armas.

De fato, o mundo ainda está erguido sobre a Força Fratricida de governos caínicos, como se vê nas guerras atuais, sempre prontos a sacrificar Abel, desde que esses governos continuem mantendo seu status de “divindades” diante das quais todos os “cidadãos” devem ajoelhar-se.

Seria inútil, por ser enfadonho, compilar a gama de teorias teocráticas, ideológicas, econômicas e monárquicas inventadas para o prazer pessoal. O nível de inteligência que alcançamos permite que todos nós percorramos essa gama e emitamos um julgamento sobre a malignidade ou benignidade de sociedades ancoradas em religiões e ideologias já mortas, cujo fedor que se espalha pelas nações é a causa da Crise Global que ameaça não apenas a extinção do Gênero Humano, mas toda a vida sobre a face da Terra.

O Pensamento, a Palavra, é o único instrumento que temos à nossa disposição para analisar minuciosamente os males do sistema global e proceder à criação das ações necessárias para eliminar essas causas. Isso, do nosso lado.

Mas, do lado Divino, temos conosco a Vontade Invencível daquele que, tendo dito: “Façamos o Homem à nossa imagem e semelhança”, permaneceu fiel à sua Palavra e, apesar das tragédias das nações durante os seis mil anos que se passaram desde a Primeira Guerra Fratricida dos Homens, nunca abandonou seu Projeto de Elevação Universal do Gênero Humano à Condição dos Povos criados antes da Criação de nossa Terra, para desfrutar da Cidadania Eterna de seu Reino.

É nesse espírito que este livro inicia seus capítulos.

CAPÍTULO UM

NATUREZA DA ATIVIDADE POLÍTICA

I

O Livro da História coloca a nossos pés o tesouro inesgotável da experiência transmitida por ela de geração em geração, experiência que se mantém viva naqueles a quem confiamos nossa Memória, para que seus capítulos possam ser lidos e o mundo ouça palavras de Sabedoria.

Inspirando-nos na Carta Magna da Plenitude das Nações, declaramos mais uma vez e para sempre a Igualdade perante a Lei de todos os seres humanos e proclamamos como Princípio Sagrado da Constituição Política dos Povos a submissão inalienável de todos os cidadãos à Igualdade subscrita por todas as Nações ao pé da Carta dos Direitos Humanos.

Bispo dos bispos, general dos generais, ministro dos ministros, juiz dos juízes, mestre dos mestres, empresário e trabalhador, artista, mecânico, prefeito, pedreiro, carpinteiro... todo homem é responsável por seus atos e deve responder por sua relação com a Sociedade e o Estado perante as Leis.

É dever da Sociedade e do Estado dotar a Justiça de todo o Poder e Independência para que esse Princípio da Igualdade Universal seja cumprido em todo tempo e lugar e reine sobre todo homem e comunidade; por meio desse Poder e Independência, a Justiça abole, por Lei, todo tipo de imunidade e status de intocabilidade de qualquer indivíduo ou família, pois, como se vê pelos fatos, apenas um doente mental pode ser declarado irresponsável por seus atos; no entanto, os reis e aqueles que são declarados fora da jurisdição da Lei — suas excelências — colocam-se nessa mesma situação pela qual uma pessoa é declarada “mentalmente incapacitada”.

Assim sendo, o que pode esperar uma sociedade na qual uma família é declarada “doente mental” e, no entanto, é elevada à chefia do Estado? Pode-se esperar algo além de corrupção e absolutismo de uma democracia dividida em partidos monolíticos que se alternam no poder absoluto a fim de conservar, dentro do absolutismo constitucional, a aparência de democracia?

Assim, uma vez abolida toda forma de imunidade política diante da responsabilidade decorrente da autoria de seus próprios atos, e sujeitando todo ato de todo homem à devida responsabilidade, entramos no que é a atividade política em si, e, com base na experiência, reivindicamos:

1. A extensão do mandato governamental conferido pelos eleitores para seis anos. A experiência demonstrou de forma contundente que a brevidade do tempo que os políticos no poder e seus partidos têm para saquear as riquezas do Estado — “apenas 4 anos” — os leva a impor a si mesmos a lei fundamental da inteligência: o máximo rendimento ao menor custo possível... no menor tempo possível.

2. Que o sétimo ano seja eleitoral, de janeiro a dezembro. Que os programas sejam os protagonistas, e sua análise pública a arena em que os projetos e as ideias conquistem a vontade dos eleitores.

3. Que os programas tenham força de lei e que sua não aplicação constitua crime penal. E que qualquer projeto posterior às eleições seja ratificado pelo povo. Evitando, assim, que a mentira seja o meio de chegar ao poder e que, uma vez no poder, a memória se desvaneça.

4. Que todos os cargos vitalícios e salários ad eternum sejam abolidos e que as condições de desemprego do político que deixa o cargo — já que esteve seis anos contratado a serviço da Nação —

fiquem sujeitas às leis trabalhistas às quais todos os cidadãos estamos submetidos. Dessa forma, eles enriquecerão a nossa sociedade pensando na deles.

5. Que os limites da função política, em qualquer cargo do organograma público, não possam ser nem vitalícios sem a função, nem limitados em sua função. O talento, digamos assim, não pode ser banido do Parlamento com base no medo da tentação; para impedir que se sucumba à tentação, existe a Lei, pois, como já dissemos, os que vêm e vão passam, mas a Justiça permanece.

6. Que, durante o ano eleitoral, o Estado seja a Norma e a ausência do Parlamento: a lei. O Povo e o Estado sejam soberanos durante esse ano sabático político.

Resumindo:

A) Inclusão da Ciência Política na Formação da Juventude, não sob seu pseudônimo: “Educação para a Cidadania”, mas sim Introdução à Filosofia Política, em condições de igualdade com as Ciências Naturais, e criação de um Curso Universitário Geral de Ciência Política como plataforma sine qua non para o acesso à Administração dos Bens Públicos da Sociedade

B) Extensão do mandato governamental para seis anos, com o período eleitoral reduzido a um ano, durante o qual o Estado será o garante da Paz e da Lei, e no qual os políticos deixarão de exercer suas funções,

e C) ausência de limitação à reeleição do político com base em considerações subjetivas. A sociedade é competente para decidir se um político é ou não apto a continuar seu trabalho.

II

A organização social mais perfeita que existe no universo é o organismo vivo inteligente que Deus, seu Criador, chama de Homem, e que alguns homens chamaram de “animal político”. Esses “padrinhos” do “animal político” construíram a sociedade à imagem e semelhança do modelo animal, e o resultado foi uma sociedade selvagem.

Buscaram a Sabedoria, mas não a encontraram; correram atrás dela, mas não a alcançaram. No caminho, encontraram a Ciência, casaram-se com ela, e a Ciência lhes ensinou o caminho para conduzir a evolução do animal político à fera mais poderosa do planeta. Não é preciso escrever sobre o fim desse modelo social; basta olhar para o século XX.

Precisamos voltar nosso olhar para dentro de nós mesmos, pois o modelo de sociedade perfeita está em nós mesmos. Ao voltarmos nosso olhar para dentro, percebemos que as duas partes do corpo — o coração e a mente — se unem em um todo, trabalhando a serviço do mesmo objetivo. A parte que nos interessa é aquela que trabalha em silêncio para tornar possível a vida da outra parte. E é ela que nos interessa porque é o modelo à imagem do qual devemos definir a natureza do Estado.

O que o coração, os pulmões e os órgãos vitais são para nós, é a posição natural básica que o Estado deve ocupar na sociedade. O Estado, certamente, é a Estrutura que trabalha a serviço da Sociedade seguindo padrões de comportamento herdados, pelos quais suas funções são automáticas e autônomas e a relação com o ser é íntima e inalienável. Podemos ir dormir, mas o ser humano acorda revigorado porque a estrutura material que o sustenta se mantém viva.

Uma Sociedade Humana Perfeita implica sua construção à imagem e semelhança desse modelo, que nada mais é do que a própria Vida transformada em Ser.

Se, para buscar o Bem, partirmos do conhecimento do Mal e, pela lei dos opostos, julgarmos a partir do que vemos o que deve ser, a revolução estrutural que a democracia está exigindo passa pela luta contra a apropriação do Estado pelos governos que se alternam, o que é como se o Ser fosse obrigado a controlar sua respiração, ou, o que dá no mesmo, a admitir que até mesmo respirar é um crime.

Uma revolução estrutural democrática — insisto — deve ter como princípio a abertura da Legislatura para um mandato de seis anos, e no sétimo ano todo o Governo é destituído por término de contrato, devolvendo todo o Poder ao Estado, ou seja, a nós mesmos; ou será que existe alguma diferença entre meu coração e eu?

Vimos como o Governo em exercício aproveita o vácuo parlamentar durante a campanha eleitoral para emitir decretos que, por não serem controlados pela Câmara, são, na verdade, um exercício de ditadura.

Vimos como a corrida eleitoral, que passa num piscar de olhos, leva ao poder uma equipe de desconhecidos, sem conhecimentos profissionais e técnicos para dirigir os ministérios.

Durante o ano eleitoral, os programas políticos e os homens que os partidos levam ao governo devem ser indicados e submetidos ao escrutínio da sociedade, para que esta contrate os mais aptos entre nós para servi-la e conduzir a solução de seus problemas.

Nunca se fala o suficiente sobre os temas para os quais o dom da inteligência nos foi concedido pelo Criador de todas as coisas. No que diz respeito à natureza da inteligência, há duas fontes para o seu crescimento. De um lado, a experiência, que conduz à ciência, e, do outro, o Espírito, que leva diretamente à sabedoria.

Antigamente, falava-se de Razão e Fé. O fato é que já foi demonstrado com força suficiente que a ciência, sem a sabedoria, redireciona os passos da Civilização para a demência. (Ao falarmos de Deus, incluímos a Igreja, mas como parte do Fato e não como o Todo onde devemos deter nosso Pensamento. A Igreja é parte inalienável do Reino de Deus... E se seus erros passados foram grandes, seus maravilhosos acertos não foram menos importantes. Assim, passado o tempo da crítica, chega o momento do trabalho de todas as partes da sociedade a serviço da mesma causa universal: o bem de todos).

Nesse contexto e na busca pelo bem universal, a Arquitetura da Democracia — uma vez que a Sociedade Humana está sujeita à Constituição do Reino de Deus, à cuja Carta Magna se submetem todos os Povos da Criação; a Arquitetura da Democracia necessita de uma revolução estrutural voltada para sua imunização contra o mal da corrupção, que busca, por todos os meios, viver em simbiose perfeita, mesmo que o fim dessa convivência parasitária seja a destruição do corpo social, de cujo sangue a corrupção se alimenta.

Sem nos perdemos em retóricas demagógicas envolventes, mas ao mesmo tempo refratárias ao verdadeiro cerne do problema, a dinâmica evolutiva da estrutura da Civilização exige o salto do Modelo de Governo Absolutista Exclusivo — legitimado sob a máscara do Direito Constitucional — e sua adaptação ao Modelo de Governo Participativo, no qual todas as forças sociais unem seus talentos e virtudes para lutar contra seus defeitos e carências. Ou, o que dá no mesmo, o Modelo Participativo é aquele em que as forças sociais — independentemente de seus princípios e tendências internas — compõem o Governo com base no apoio recebido, de modo que a composição do Governo entrante é

distribuí mente em função da porcentagem que o eleitorado atribui a cada força. Cada grupo político recebe essa parcela na Distribuição das Responsabilidades Ministeriais, com base nos 100%.

Por meio do Modelo Participativo, alcançamos a inclusão de todos a serviço de todos. Enquanto o Modelo de Exclusividade, comum no século XX, foi a causa da divisão e da inimizade entre os povos de uma mesma nação, e a origem da ineficiência dos governos no combate à corrupção e na elaboração de programas de resposta aos problemas de uma civilização em constante evolução; por meio do Modelo Participativo, duplicamos a capacidade de resposta de um governo ao reunir à mesa os melhores de entre todos.

A falácia do Modelo Exclusivo do século XIX, de caráter antisocial, de reunir um grupo político com os melhores de toda a sociedade, é um argumento adequado apenas para, neste estágio da experiência acumulada, idiotas completos.

É responsabilidade daqueles que detêm o poder de eleger os governos abrir as portas para o Modelo de Democracia Participativa, reservando-se o direito de destituir de suas funções aqueles que forem flagrados realizando um trabalho diferente daquele para o qual foram contratados, bem como caso se descubra sua incapacidade de desempenhar as funções para as quais foram eleitos.

O poder pertence ao eleitor, que confia a administração nas mãos de um governo por ele eleito para realizar um trabalho. Se tal compromisso não for cumprido — e a experiência mostra que isso ocorre —, o direito do eleitor de conservar o poder de destituição é um dever inviolável, do qual o Estado se faz garante.

Os grupos políticos não apenas competirão entre si por uma fatia maior no Governo, mas também apresentarão seus candidatos aos ministérios para que o eleitor escolha, dentre eles, os melhores e mais aptos para cumprir a tarefa.

O eleitor terá um prazo de doze meses para examinar os programas dos grupos e escolher, com precisão, dentre todos os candidatos, aqueles que administrarão os recursos naturais da Nação. Seus escolhidos, independentemente do grupo, serão contratados para dirigir o Ministério ao qual o candidato se apresentou.

Considera-se óbvio que o primeiro-ministro seja escolhido diretamente da formação política mais bem avaliada.

A objeção “democrática” contra esse Modelo de Formação de Governo pode decorrer do custo econômico de uma campanha eleitoral com duração de um ano letivo. Mas se integrarmos a revolução da Internet, da qual somos atores, à história das futuras eleições, abriremos igualmente as portas para um novo modelo de eleições, no qual os programas estarão abertos e no qual os indivíduos deverão candidatar-se diretamente ao cargo e expor suas razões ao julgamento dos eleitores. Ou seja, os partidos políticos não só terão que apresentar um programa, mas também os futuros ministros e membros de seu governo, e submetê-los a um debate aberto, sendo que os eleitores escolherão, dentre os candidatos propostos pelos diversos partidos, aquele que for considerado o mais preparado para o cargo ministerial, rompendo assim com a organização monolítica e absolutista presente nos atuais programas eleitorais — que só se rompe, no caso da Alemanha atual, devido ao alto grau de preparação democrática dos atores políticos.

Naturalmente, entramos em uma fase da civilização em que um indivíduo pode aspirar a um determinado cargo na administração governamental com base em sua inteligência e conhecimento e, pelo poder dos eleitores, pode ser dotado de todos os meios necessários para o desempenho de suas funções. Embora esse futuro ainda pareça um tanto distante, a velocidade de adaptação e crescimento

da civilização acelerou-se nos últimos séculos a tal ponto que é impossível dizer qual é a velocidade real com que estamos avançando.

O absolutismo, neste caso democrático — algo natural a todo absolutismo político —, tende à ordem; ou seja, a reduzir a energia revolucionária da intelectualidade ontológica do ser humano, a fim de controlar seu progresso. Mas a experiência nos ensinou — e deve servir a eles de lição — que essa tentativa chega ao fim, inevitavelmente, quando a folha passa e as cabeças rolam.

A História é uma Máquina Viva que avança sobre rodas por um caminho extremamente árduo, e, em nome do perigo, o Poder impõe Controle e Ordem. Nessa imposição, o Poder ignora que a História não foi criada pelo Homem e que o Homem é um passageiro, em nenhum caso o Piloto. A luta entre o Poder e a História conduz inevitavelmente à Revolução, seja ela francesa, comunista... e a Revolução é sempre o passar das Rodas da História sobre o cadáver dos loucos que se creiam o Estado e o Poder.

Não devemos, portanto, permitir que a ignorância se transforme em loucura, verdadeira causa pela qual o Rei Sol e o rei dos russos tiveram de ser esmagados pela guilhotina dos tempos.

O que há de semelhante entre os princípios do século XX e do século XXI?

Consequentemente, a Lei do século XX é obsoleta, retrógrada, bestial e suicida se aplicada a este século XXI; e quanto mais cedo começarmos a nos governar pela Lei do século XXI, mais afastaremos o Poder da loucura, poupando à História de testemunhar o sombrio deleite que a Sociedade, conduzida ao matadouro, encontra ao se revoltar e, rebelando-se para seu próprio bem, lançar seus carrascos ao precipício.

CAPÍTULO SEGUNDO
A REDENÇÃO DA “TERRA”
A SEGUNDA REVOLUÇÃO AGRO-NEOLÍTICA PÓS-ATÔMICA

A
CONTRA A TRANSGÊNICA

Faz parte da História o fenômeno que representou a Revolução Neolítica na origem das primeiras cidades, fundadoras da primeira civilização que a humanidade ergueu sobre a face da Terra. Mas o que é realmente curioso é ver como nossos historiadores da pré-história costumam ignorar essa Revolução Neolítica, durante a qual o processo da atividade humana se concentrou nas ciências da agricultura, e foi graças ao seu domínio que a necessidade de se deslocar pelas terras em busca de alimentos chegou ao fim, permitindo os assentamentos primitivos que, com o passar do tempo, se transformariam nas primeiras cidades.

Essa relação entre a agricultura e a origem da civilização foi ignorada por nossos historiadores dos tempos anteriores aos registros históricos oficiais. De fato, esses registros falam apenas de reis e apresentam as sucessões desde o primeiro rei de que eles, os sumérios, se lembravam até a época do autor daquela Lista Real Suméria. E, no entanto, a Revolução Agrícola conhecida como Idade Neolítica foi o instrumento que permitiu às famílias humanas abandonar aquela vida de peregrinos em constante movimento, que era natural da Revolução Paleolítica.

Essa Revolução Paleolítica tem sido igualmente menosprezada, desvalorizada e categorizada como um período de quase antropofagia do Homo sapiens — visão que nega o que vemos com nossos próprios olhos nos templos-cavernas de Altamira e Lascaux.

Deixando de lado esses sábios de nada e gênios de tudo, e concentrando a inteligência nesses templos, afirmo que o Paleolítico foi a Revolução Instrumental que afastou o Homo sapiens de sua origem animal e o colocou no caminho do Homem, afirmação que se vê nas obras de arte que nos foram legadas, e, se não for fisicamente, pelo menos virtualmente, todos podem ver com os próprios olhos.

Ao atribuir-lhe o caráter de uma revolução instrumental, refiro-me ao fato de que o Homo sapiens descobriu o valor de suas mãos. E com essa descoberta nasceu o Homo sapiens.

Se a descoberta do valor de suas pernas foi o início da evolução do Antropos para o Homo Sapiens, o Paleolítico foi o novo salto revolucionário que, ao revelar-lhe o valor de suas mãos, com as quais ele podia criar instrumentos, abriu o horizonte para uma nova perspectiva de sua existência, que se consumou com a manifestação do artista, criador dos tesouros dos templos-cavernas de Altamira e Lascaux (para me referir sempre aos mais conhecidos em nível universal).

Mas o verdadeiro sentido do Paleolítico foi a criação do Homem tal como o conhecemos desde então. Suas pernas e braços se formaram. O Homem havia nascido.

Foi por meio dessa série de avanços revolucionários que se chegou à Revolução da Idade de Ouro do Neolítico, durante a qual o Homem descobriu as ciências da agricultura e da domesticação dos

mamíferos. Essas ciências permitiram ao Primeiro Homem — ou seja, à primeira geração de seres dotados de consciência humana — estabelecer-se e passar de morar em casas primitivas construídas com as próprias mãos a erguer-se como os criadores das primeiras cidades. Evento que ocorreu, como todos sabem, na região do Oriente Médio, conhecida na linguagem das ciências históricas como Mesopotâmia e, biblicamente falando: a terra do Paraíso Original.

Dessas primeiras cidades-estado surgiu a ideia de um reino que, expandindo-se no espaço e no tempo por meio da procriação monogâmica natural das primeiras famílias humanas, ergueria uma civilização mundial.

Entramos no terreno da Bíblia. Portanto, deixemos a Deus o que é de Deus e demos a César o que é de César. Mas deixemos claro que a primeira ciência que os homens conheceram não foi nem a filosofia nem a matemática; a primeira de todas as ciências foi a agricultura.

O efeito mental que a descoberta e o domínio dessa Primeira Ciência tiveram sobre as gerações fundadoras das primeiras cidades podemos registrá-lo intelectualmente, deduzindo a partir do efeito que causa no homem a descoberta de cada nova ciência que, desde então, como ramos, se desdobrou na Árvore da Sabedoria Criadora. Tão elevado foi esse efeito que o primeiro rei que eles elegeram foi um agricultor. E, para cultivar a civilização, ele foi elevado à realeza.

No entanto, a descoberta veio com uma face oculta. E que permaneceu oculta durante todo o processo revolucionário agrícola da História do Neolítico. Sua face era maligna. Seu discurso não poderia ser senão assassino. Resumindo, quem controlasse a Produção Agrícola da terra teria o Poder sobre a vida e a morte de todos os cidadãos do reino dos homens.

Em termos modernos: quem controla a produção e a distribuição de alimentos controla o poder. Teoria antissocial segundo a qual se entende que as entidades políticas são apenas funcionários desse poder nas sombras que controla os meios de produção e sua distribuição entre as nações.

Digamos que os fundamentos psicológicos desse discurso fratricida sejam compreensíveis. Sua maldade é evidente. O objetivo de seu movimento, uma vez que tem como guia o indivíduo, e não a sociedade, segue sempre pela estrada do desastre.

Mas, voltando à História, com o estabelecimento e o assentamento do ser humano, a natureza daquele Homo sapiens paleolítico — sempre em movimento, sem medo da vida a céu aberto, tendo a confiança em sua força como guia —, com o sedentarismo urbano, essa força mental baseada em sua estrutura filogenética revolucionária foi desaparecendo.

O Homem, seu filho, seu descendente, havia construído sua existência sobre uma sociedade de famílias que se protegiam mutuamente e se mantinha em crescimento por meio do laço de sangue. Aquela força de seu pai, o Homo sapiens paleolítico, havia evoluído. Essa evolução era sua nova força e também seu calcanhar de Aquiles.

Caim foi o primeiro ser político que, montado no cavalo de sua descoberta: “Quem controla a Produção Mundial controla o Poder”, deu o Primeiro Golpe de Estado, e a Guerra Civil eclodiu.

Na Bíblia, esse acontecimento é retratado no episódio do fratricídio de Caim contra Abel. O julgamento de Deus sobre tal teoria maligna nos é bem conhecido. Sendo Deus quem é: Ontem, Hoje e para a Eternidade, sua sentença contra Caim permanece viva; o exílio da sociedade é o que cabe àqueles que, sobre o futuro da humanidade, impõem seu próprio bem pessoal no tempo de uma vida terrena.

Hoje cabe a nós julgar se aquela política que levou à queda do Primeiro Reino das Cidades-Estado merece que nos coloquemos ao lado de Deus e condenemos sua implementação como um ato de terror

contra a humanidade, ou se nos ajoelhamos diante daqueles que, seguindo Caim, mantêm a política de controle da produção mundial — ontem de alimentos, hoje das necessidades diárias da civilização, como ponto de partida para a criação de um poder global sobre o qual se ergueria uma Nova Ordem Mundial.

Duas opções, uma única escolha.

1: Negar a natureza do politicamente correto a essa Associação Global, fundamentando o Poder da Nova Ordem Mundial na morte e na extinção do homem tal como o universo o criou e alimentou,

e 2: ou nos unirmos a essa Nova Realpolitik Global, cuja visão mental do Novo Homem é a de uma Besta Humanóide submetida ao Poder dessa elite desumana, baseando sua sobrevivência na escravidão do restante da humanidade, e que se lançou, sem misericórdia nem piedade por nada nem por ninguém, ao controle da produção mundial de alimentos por meio da destruição da ordem natural e sua substituição por uma lei antinatural chamada transgênica.

Cada um deve escolher de que lado se posiciona.

Existe o livre arbítrio. E ele existe porque existe a inteligência. Aqueles que, a partir da filosofia, negam o livre arbítrio, negam que os homens possuam inteligência. Aqueles que o negam a partir da Nova Teologia Reformista negam que o homem tenha sido criado livre; logo, ele deve ser tratado exatamente como a besta que é.

Contra os filósofos da Era Moderna, basta dizer que a Filosofia Moderna morreu. Não que a Sabedoria tenha morrido. Seus admiradores se suicidaram, tomados pelo desespero de nunca poderem alcançá-la.

Contra os novos teólogos originários da Reforma Protestante, basta dizer que Deus predestina o bem. Deus jamais predestina o mal.

Escolher entre o Bem e o Mal é um ato que vem com a Inteligência. Criados à Imagem e Semelhança de Deus, quem nega essa Liberdade nega a Deus.

Eis a verdade:

A consequência da Queda, pela qual o ser humano, representado por aquele Primeiro Reino do Éden, ou mesopotâmico, escolheu livremente a Força que provém da Guerra em vez da Paz que provém da Inteligência como meio político para expandir sua Civilização até os confins do mundo — ato de escolha insano, demente e amaldiçoado que desencadeou a Ira, Justa e Magnífica de Deus, que criou o Homem à Sua Imagem e Semelhança, ou seja, dotado de toda a potência metafísica ativa, traduzida em engenharia genética cerebral, para elevar seu Pensamento até a Onisciência Divina e, a partir dessa plataforma todo-poderosa, abrir caminho pacificamente para sua Civilização até compreender, em sua estrutura, a Plenitude das Nações da Terra; por causa daquela escolha amaldiçoada, agindo como quem não é imortal, o Homem se comportou como um mortal sujeito a um tempo de vida e, consequentemente, deve apressar-se para levar adiante sua conquista do Poder, recorrendo ao recurso mais lógico: a Guerra e o Terror.

Em consequência dessa decisão infernal, o Julgamento de Deus Onisciente foi, uma vez criado o Homem à Sua Imagem — isto é, para compreender o Peso de seus Atos —, retirar-se do Cenário Histórico do Mundo, permitindo que o Homem visse com seus próprios olhos por que Deus não pode ver, nem mesmo em pintura, a Ciência do Bem e do Mal. Conclusão que pertence ao campo da Cristologia e que, por se tratar de um ato de pensamento político, abordaremos em outro momento.

Mas, neste ponto, não é de se deixar de afirmar que a demência decorrente da ignorância à qual nossa espécie foi lançada levou aqueles que, em sua demência, são inimigos de Deus, a pregar a teoria da inteligência para terroristas, segundo a qual a árvore do Conhecimento do Bem e do Mal é a Ciência do Conhecimento e seu fruto é o sexo. Sem dúvida alguma, inspirados pelo mesmo que usou a Mulher para matar o Homem, esses “gênios” sabem que a Escolha que Deus concedeu ao Homem está precisamente entre a Árvore do Conhecimento, cujo fruto é a Paz, e a Árvore da Ciência do Bem e do Mal, cujo fruto é a Guerra.

Ao confundir os povos, eles servem ao seu deus e senhor, aproximando-nos um pouco mais do Destino gravado na História do Futuro, no Dia em que Deus disse: “Tu és pó e ao pó retornarás”. Essa é a porta de saída para a qual a Ciência do Bem e do Mal conduz o curso de todo mundo preso entre seus galhos. Para completar sua sabedoria infernal, afirmam que o Bem e o Mal não existem.

Mas deixemos, por enquanto, de nos aprofundar demais na mentalidade desses idiotas diplomados, inclusive ganhadores do Prêmio Nobel, e combatamos o Mal com o Bem.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO AGRÍCOLA

Continua a não haver dúvida alguma — e quem tiver que a comemore — de que a terra é a mãe sem a qual o ser humano não pode subsistir, pois, embora nosso espírito de filhos de Deus tenha os olhos voltados para o Céu e o Pensamento para as coisas eternas, continuamos sujeitos à lei da dependência da carne e do sangue.

Depreende-se dos Acontecimentos registrados no Livro da História Universal que não apenas o ser humano, enquanto ser, mas a própria Mãe Terra passou a ser amaldiçoada pela escolha de seus filhos. A esse respeito, parece-me indigno substituir o Texto Bíblico pela apropriação de suas Palavras e sua consequente inserção neste capítulo. Considero, além disso, universalmente conhecida a sentença Divina: “Maldita será a terra por tua causa; quando a cultivares, ela te dará espinhos e cardos...” E assim por diante.

E amaldiçoada ela certamente continua.

Espinhos e cardos é o que, a esta altura, produz a maior parte do planeta, e essa erva daninha avança a uma velocidade vertiginosa sobre o que ainda é cultivável, impulsionada por um exército de males contra cujo avanço é nosso Dever nos erguer sem conceder trégua nem quartel; e, visto que estamos vendo que, por parte do Poder Político Internacional, a inação é total e absoluta, é nosso Dever conquistar o Poder para, a partir dele, redimir a terra da Maldição que seus filhos atraíram sobre ela.

Os demagogos concentrarão a atenção revolucionária na distribuição livre e gratuita da terra. A isso nada se pode objetar, exceto que hoje, antes das eleições, eles se fazem passar por Cristo, e no dia seguinte às eleições desempenham com perfeição o papel de Judas, dando um beijo na bochecha do povo.

De que adianta que a propriedade do que pertence a um Único Senhor Universal seja transferida de uma mão para outra, se o punhal cravado no peito da Mãe Terra a mantém sangrando?

Deixemos, pois, de lado a demagogia, que, de qualquer forma, não é o nosso estilo, e combatamos o Mal com o Bem que exige a ferida profunda cuja exposição aberta espalha miséria e ruína por todas as nações.

Temos que encarar de frente o futuro do próximo século a partir deste século que está nascendo, a fim de projetar sobre o milênio nascente uma Sabedoria que, uma vez redimido o Homem, se concentre Hoje na redenção da Terra. Ou seja, temos que adotar e colocar em prática as medidas mais importantes e vitais, sem as quais o corpo da vítima passa da sala de emergência para o crematório.

Ignorar que a expropriação da terra pelo homem, ao estender sobre ela um título de propriedade, é uma declaração de roubo contra a Propriedade Universal que nosso Criador detém sobre Sua Criação...

... ignorar que o comportamento decorrente desse roubo, e que destrói da terra o propósito para o qual ela foi criada — a alimentação de seus filhos —, que é substituído pelo interesse na produção de riqueza para o indivíduo, como se as árvores pudessem dar maçãs de ouro...

... ignorar que esse comportamento criminoso está na base da maldição que nos aflige e condena milhões de criaturas à fome e à morte.

... ignorar esse conhecimento simples e elementar é condenar nossos filhos a comer espinhos e cardos, e, na verdade, não acredito que a evolução ocorra a uma velocidade tal a ponto de gerar seres humanos com dentes de aço, língua de ferro e estômago de lata.

Consequentemente, e tendo diante dos olhos o crime que está sendo cometido e que, devido à impunidade, se espalha como fogo: “Devemos proibir toda tecnologia produtora de venenos dedicada ao assassinato da terra arável, cujo setor de ponta desfez o nó górdio de sua malícia por meio da produção do veneno atualmente em voga, utilizado no campo para, entre uma colheita e outra, limpar a terra das ervas daninhas”. Chamam-nos de herbicidas.

De fato, desde sempre, a terra tem se nutrido do que ela mesma produz no campo: a erva.

Desde sempre, o agricultor cultivou o campo arrancando essa erva sem matar a vida do subsolo, da qual depende a fertilidade dos campos.

Mas nossos queridos proprietários de terras inventaram a panaceia definitiva que deve nos levar a todos à extinção por fome, e ainda vão além ao lavrar a terra sem a ajuda do horticultor, para o que simplesmente envenenam o solo, conseguindo assim economizar o salário devido pelo trabalho do homem.

Dir-se-á que, sendo a propriedade “sagrada”, o proprietário tem direito à liberdade absoluta que lhe confere o título sobre a terra e, sob esse direito, pode envenená-la, sem pensar no futuro da Humanidade e colocando exclusivamente sua individualidade acima e contra o peso de toda a humanidade.

Ora, esse mesmo argumento da superioridade do indivíduo sobre a humanidade é um crime em si, uma vez que subordina o todo à unidade, direcionando a ação do indivíduo para o genocídio, em relação ao qual ele se declara inocente por não colocar diretamente as mãos sobre a vítima.

Ignorando e justificando, por ignorância, o comportamento de nossos antepassados do século XX e anteriores, mas sem admitir sua continuidade neste século nem permitir que se estenda ao nosso milênio, o fato é que o argumento da propriedade da terra é, em substância e essência, um crime; e, consequentemente, o comportamento do proprietário não poderia ser senão criminoso; e, ao cultivar esse efeito, chegamos à situação de xeque-mate contra a Natureza que a Terra sofre atualmente, onde vemos como a aniquilação de seu sistema está sendo substituída por uma Natureza criada em laboratório e que, tendo no indivíduo seu princípio e seu fim, reduzindo a humanidade ao seu campo de exploração de riquezas, o futuro da agricultura transgênica e do cultivo com produtos químicos tem

como horizonte, a curto prazo, a destruição do ecossistema natural global e, a longo prazo, a extinção do gênero humano.

Não se trata de dramatismo, é simplesmente a visualização do efeito já iniciado. O suicídio em massa na Índia durante a primeira década do século XXI, causado pelas empresas da “panaceia” da transgênica, está registrado nos anais deste século. Não houve justiça, mas haverá.

O Julgamento Universal começa aqui na Terra.

O CRIME CONTRA A NATUREZA

O problema, centrando-nos agora na questão do cultivo do solo por meio da esterilização das terras rurais e agrícolas, consiste no fato de que o envenenamento do subsolo — sua primeira consequência a curto prazo — aprofunda seu alcance a cada estação de cultivo. A infertilidade da camada de solo sobre a qual a Natureza espalhou, desde a Origem do Mundo, seu ecossistema poligênico — do qual dependem insetos, aves, invertebrados e mamíferos —, ao ser destruída pelo envenenamento químico, condena todo o ecossistema poligênico à extinção.

Como o sistema natural se baseia na interação das espécies sobre a camada de solo vivo, esterilizada pela ação química, cujo objetivo é economizar o custo da mão de obra humana, condenando, de quebra, a população humana à miséria, a reação à infertilidade anunciada da Natureza — que se aprofunda cada vez mais no subsolo a cada safra — acaba sendo suprida pelo próprio criminoso, autor da morte do ecossistema natural: com fertilizantes químicos.

Esse geocídio se transforma em um jogo maligno quando o agressor homicida veste o jaleco de médico e corre para curar sua vítima, pois percebeu que a morte dela é sua ruína. Uma vez curada e realizado seu desejo, o médico tira a máscara, mostra seu verdadeiro rosto de inimigo número um da Natureza e volta a cravar a adaga na carne viva de sua vítima, a terra de cultivo, intoxicando-a e envenenando-a com cada vez mais produtos letais, assassino em série de insetos, aves, invertebrados e mamíferos.

Entramos, de mãos dadas com esses inimigos do campo — que, no entanto, têm em suas mãos sua Propriedade —, em uma espiral assassina-suicida que, se em um primeiro momento faz do subsolo sua vítima, em uma segunda fase faz de todas as aves, insetos e invertebrados — que, desde a pré-história, se alimentam das árvores —, sua vítima imediata.

Essa espiral nefasta e assassina, desencadeada pela aniquilação do propósito para o qual a terra foi criada — a alimentação de toda a carne e vida no planeta, conforme disse nosso Criador: “Eis que vos dou toda a erva que a terra produz para vos alimentar, a vós e a toda a vida que se move sobre a terra”, está acelerando a desertificação do solo cultivável do planeta a tal velocidade que o mapa da desertificação mais se assemelha ao avanço de um exército extraterrestre queimando nosso habitat planetário do que ao desenvolvimento progressivo da lei geohistórica.

Contra essa postura de aniquilação da espécie humana por meio da destruição de seu habitat — destruição que a Era Atômica levou, como se seus criadores fossem de origem distante, a situá-la em algum planeta nos confins da galáxia, envenenando o ar e a água, culminando a obra com a morte, lenta mas efetiva, das terras cultiváveis por envenenamento do subsolo agrícola...

... contra essa postura insana que avança desenfreada, deixando em seu rastro imensas áreas do Mediterrâneo reduzidas a esqueletos, campo para estufas, de onde sai um alimento desprovido de qualquer substância biológica natural, e, como tal, começam a ser detectadas colheitas envenenadas, que matam lentamente, mas com a mesma eficácia que a pior das espécies virais.

... contra esse comportamento herdado de um século 100% suicida, do qual somente graças à Onisciência Divina — e apenas por ela — a Humanidade evitou a regressão esquizoide mais violenta à condição de feras selvagens mortalmente feridas; contra essa política agrícola, o Futuro exige medidas urgentes, imediatas e irreversíveis.

E para vencer a resistência daqueles que, em sua ignorância, satisfazem suas barrigas hoje, sem querer enxergar o terrível mal com o qual alimentam o amanhã, a necessidade implica um mergulho até a própria base das profundezas da verdade universal, manifesta a todo o gênero humano desde os primeiros dias da História. A saber:

Deus nunca renunciou à Sua Propriedade, mas entregou a toda a vida na Terra o fruto do Seu Trabalho. Daí que tenhamos de enfatizar o crime contra a humanidade que amplia a legalidade do Poder daqueles que, durante toda a vida, fizeram do ser humano um animal sobre cujas costas e suor vivem como deuses, à imagem dos demônios que assassinaram o Primeiro Homem.

Esse Poder eliminou da Terra o sentido de seu ser: alimentar toda a carne que existe no mundo, e lhe deu um novo: ser a mina da qual extrair suas riquezas, com as quais comprar o Poder sem o qual seria impossível perpetuar o roubo que representa a expropriação do campo das mãos de quem cultiva a terra.

Com o passar do tempo e regando a terra com o suor dos camponeses e o sangue dos horticultores, chegamos a este ponto da História em que a maldade atingiu seu ápice supremo, quando já não mimam seu tesouro, mas o violam por meio de veneno, da mesma forma que vinham fazendo com o homem: matando-o de sol a sol à base de sofrimento.

O pobre, por inércia imitador do rico, herdou esse comportamento assassino, contra o qual não cabe outra resposta senão

1º: o fechamento, por lei, de todas as fábricas de venenos químicos destinados ao campo

e 2º: a proibição, por lei, desse método de envenenamento do subsolo.

Tenhamos em conta que esses venenos, com as chuvas, passam do subsolo para os mananciais, dos quais se alimentam os riachos, que, por sua vez, desaguam nos rios; e, como esse comportamento é constante, o aniquilamento de todas as espécies aquáticas vivas é progressivo e cada vez mais extenso.

Não nos esqueçamos de que esses rios, que armazenam o veneno com o qual alimentam a terra, desaguam nos mares, contaminando toda a flora e fauna marinha adjacente.

Também não podemos deixar de lado o efeito letal que esse envenenamento causa ao tornar imprópria para consumo a água de poços e nascentes que, desde o início dos tempos, eram perfeitamente saudáveis. Pode-se argumentar que ainda não chegamos a esse ponto. Ao que se responde que o uso desse sistema de cultivo é cada vez mais generalizado, e o veneno é cada vez mais potente.

Também é verdade que, cinicamente, pode-se dizer que essa verdade é uma falácia, pois, uma vez esterilizado o subsolo, o veneno deixará de ser utilizado. Contra esse discurso homicida, não pode haver outra resposta senão ficar de boca aberta diante de tanta idiotice criminosa, passível de ser classificada como genocídio geocida.

Pensemos que um subsolo fértil produz tudo o que a produção agrícola requer. Sempre foi assim.

A agricultura ecológica não inventa nada de novo, mas recupera o método milenar de cultivo do campo, que não é outro senão deixar que a Terra faça seu trabalho, algo que a Natureza faz sem esforço nem relutância, mas com a generosidade que caracteriza uma Mãe que alimenta milhões de espécies há milhares de séculos.

É verdade que uma medida por si só não significa nada, mas se essa medida atingir o cerne do problema, o problema abre espaço para a solução das incógnitas que contém.

Assim como, quando se abre uma ferida, o mais importante é fechar o caminho para o exterior para que o próprio corpo estanque a hemorragia, com a proibição, por lei universal, da produção e do uso de qualquer tipo de substância cujo sistema de cultivo tenha como base a morte do subsolo: atuamos sobre o exterior para permitir que, a partir do interior, a Natureza cicatrize a ferida que lhe causamos e que vem sangrando desde o dia em que um homem cercou os campos e, contra a Vontade divina, condenou à fome toda criatura que antes dependia dessa Vontade para viver alegre e livre.

É um tema, na verdade, que tem dez mil lascas enroscadas ao redor do corpo de uma serpente que morde a própria cauda, e cuja cauda e cabeça estão amarradas por um nó górdio.

O Homo Urbanita é incapaz até mesmo de compreender de onde vem um tomate; é incapaz de distinguir entre o suco de uma laranja cultivada na árvore e o de uma laranja em lata.

Entre o leite da vaca do campo e o leite em lata que lhe fazem pagar pelo preço de fábrica, o homem urbano entende tanto dessa diferença quanto um rico entre corrupção e justiça.

Sua vida, a do homem urbano, filho do asfalto e do ar tóxico, é a vida de um prisioneiro alienado do conhecimento que provém da Natureza. O leite dos seios da Mãe Natureza é tão desconhecido para o Homo Urbanita quanto o leite da mãe para as gerações nascidas sob o signo do feminismo de esquerda.

Preocupada com seu próprio corpo, a mulher se recusa a dotar o sistema defensivo de seus filhos com o programa imunológico criado ao longo de milhões de séculos, acabando por criar gerações de cidadãos sem proteção contra o habitat do qual são seus legítimos moradores.

A História, buscando denunciar, pelo que se vê, o que não se vê, reflete no envenenamento da mãe (a Terra) pelos filhos (os Homens) a situação de esquizofrenia à qual a Era Atômica se entregou até a morte.

O ciclo tem dez mil ângulos e uma única pedra angular. Vejamos se conseguimos defini-lo da forma mais simples possível:

A: O subsolo adoece por envenenamento; sua consequência imediata é a necessidade de alimentação arbórea e hortícola por meio de papinha química.

B: O solo se recupera, mas, assim que se fortalece, recebe novamente uma injeção de veneno químico; adoece e recebe o remédio do fertilizante intravenoso e letal, necessário para o ecossistema vivo alado.

C: Assim, se a primeira injeção de veneno extermina o ecossistema natural de invertebrados do solo e do subsolo, a segunda injeção desferirá um golpe mortal ao ecossistema que as aves mantêm no campo; sendo as aves o controle natural contra a proliferação de insetos — que, por sua vez, são

propagadores de doenças —, destrói-se o que é benéfico ao ser humano e propaga-se o que é prejudicial à sua saúde ao banir do ciclo o inimigo natural dos insetos: as aves.

Observemos que a destruição das aves, seja por necessidade alimentar ou por qualquer outro motivo, provoca uma incidência altíssima de doenças letais nas regiões do planeta cujos recursos econômicos para o combate são insuficientes, quando a mera procriação da fauna alada seria um ataque maciço contra os próprios propagadores das doenças, sob cujos efeitos sucumbem dezenas de milhares de seres humanos. Todos sabemos que a malária e outras doenças são transmitidas por insetos, mas o que ignoramos é em que estado se encontra a avifauna nesses territórios, além dos benefícios que poderiam ser obtidos com o estudo sobre a resistência das aves a essas mesmas doenças transmitidas por insetos.

Voltemos aos fatos constitutivos do crime.

D: A sequência de envenenamento e fertilização, ou seja, facada e cura — um sistema de alimentação artificial da Natureza inventado pelo ser humano — acaba destruindo o alimento com o qual a Natureza alimenta seus filhos, da terra e do céu. No que isso nos diz respeito, a nós, humanos, pode ser sintetizado assim:

F: Como não há grama, alimento natural da vida mamífera desde sempre, o dever obriga a alimentar as espécies mamíferas com produtos quimicamente elaborados, transformando seus corpos em campos de cultivo de vírus poderosos e transmissores de doenças graves, e, nesse sentido, a doença das vacas loucas e outras doenças de nova origem no mundo da avicultura de granja vêm em meu auxílio e dão veracidade ao que era uma história de loucos antes que esses males se propagassem em nível internacional.

G: O ciclo continua. A esterilização do solo se agrava, o processo de aplicação de fertilizantes químicos se intensifica. Mais alimentação artificial para as árvores e as plantas.

E o efeito chega à mesa.

A produção alimentar é de baixa qualidade. A árvore, transformada em um mero conversor de lixo químico em substitutos de substâncias orgânicas alimentares para humanos, produz frutos sem sabor natural e praticamente sem nutrientes. Um efeito maravilhoso que contribui para o próprio sistema criador do sentido do paladar característico do Homo Urbanita, uma espécie em regressão evolutiva, incapaz de distinguir entre um alimento produzido pela Mãe Natureza e um alimento produzido pelas fábricas de junk food, originalmente destinadas à alimentação de bestas e animais de criação, e que acabou se estendendo à espécie animal humanoide em vias de evolução rumo à Sub--Espécie Clônica Humanóide, almejada pelas grandes empresas dedicadas à substituição da Natureza pela Transgênica.

O que é o alimento transgênico senão ração para gado?

Mas as empresas produtoras de transgênicos para consumo de gado, visando o lucro — cometendo crime contra a Humanidade —, transformaram o Homem em uma nova espécie de gado, mais abundante e que, por si só sujeita a doenças próprias, neste mar de buracos negros em seu sistema imunológico, quem poderia afirmar que as novas doenças transgênicas possam ter origem em sua alimentação como gado?, especialmente considerando que essas empresas biocriminosas, dedicadas a alimentar o ser humano como gado, têm as classes políticas como aliadas.

Ou seja, poderíamos estar percorrendo as implicações do sistema anti-humano da cadeia alimentar até uma hora antes de todos nós morrermos — como dizia a música: comendo merda, a comida do futuro.

A resposta adequada não admite humilhações, discussões, diálogos nem “mas”. Eu sei, aos ouvidos de um beneficiário desse sistema, essa última palavra deve soar como uma declaração antidemocrática de guerra, blá blá blá, e essas coisas para consumo do Homo Sapiens Lixo.

O fato é que a paralisação e a destruição desse sistema de transformação de toda a vida não humana em uma fábrica de processamento químico é uma Necessidade Histórica: para já.

Não há outra alternativa.

Grande parte dos milhões de seres humanos que estão morrendo de fome o fazem devido à produtividade deficiente a que esse sistema de cultivo levou a terra. A terra deve voltar a ser cultivada pelas mãos do homem e adubada pelas criaturas da Natureza.

A produção, a distribuição e o uso de produtos químicos ou são interrompidos ou interromperão a história da raça humana em um curto espaço de tempo.

A QUESTÃO DO REFLORESCIMENTO DO PLANETA.

I

O desmatamento, causado pela transformação das florestas em fábricas de matéria-prima para o mundo do papel em que vivemos, e as mudanças climáticas em nível global contribuem para essa deterioração progressiva do campo, acelerando o processo de sua esterilização e, com isso, selando a morte anunciada das futuras gerações de todas as espécies de mamíferos, em função da alteração a que suas estruturas genéticas estão sendo submetidas.

Estamos em um impasse histórico transcendental. Ou acabamos com um sistema automático que está acabando conosco, ou deixamos que esse sistema se expanda e acabe com todos.

Devemos romper uma cadeia alimentar baseada na transformação de todos os seres vivos, animais e vegetais, em centros de transformação de substâncias químicas, substitutos dos verdadeiros nutrientes orgânicos naturais.

A hora da discussão já passou. É hora de agir. Amanhã será tarde demais.

Assim como se cuida de um doente que sai da emergência e é recebido com milhares de sorrisos, a Natureza, nossa doente, clama desesperadamente para que paremos de envenená-la, para que libertemos todos os seus filhos — do céu, da água e da terra — e o próprio homem da prisão em que foi jogado, para que ele possa sair e voltar a lavrar a terra que Deus lhe deu para que a cultivasse.

Pedimos, portanto,

- 1: a abolição do uso de qualquer arma de fogo contra as aves do céu,
- 2: pedimos a proibição de todo tipo de caça com arma de fogo contra a vida do céu e a vida da terra.

Não há neste mundo, nem em nenhuma parte do universo conhecido, razão que justifique a destruição, por esporte, da vida criada.

3: pedimos o desmantelamento imediato de toda a indústria dedicada à agricultura transgênica,

4: e solicitamos o fechamento e a demolição de todas as fábricas de produção de venenos químicos agrícolas, cujo efeito imediato é a destruição de todos os ecossistemas do solo e do subsolo nos quais a Natureza baseia sua produção alimentar. Seu efeito a médio prazo é o envenenamento dos mananciais e poços de água para irrigação e consumo humano, efeito indesejável ao qual se soma a destruição de toda a vida nos rios e riachos, além da deriva dessa porcaria para as costas, despejando veneno puro nos mares.

5: E exigimos a proibição da produção, do transporte e do uso de toda a gama de produtos de sulfatação agrícola, cuja necessidade se baseia no método criminoso de cultivo por envenenamento do solo.

A pulverização com vapor é um agente de destruição de todo o ecossistema alado, cuja integração no ciclo de produção alimentar tem seu fundamento na luta da Natureza contra as espécies insetívoras portadoras de pragas e doenças de árvores e plantas.

Como complemento a essa medida:

Reiteramos:

Solicitamos a proibição do comércio de armas de fogo para a caça de todas as espécies, sejam aladas ou terrestres.

Exigimos a proibição da caça esportiva em todos os níveis e para todos os efeitos, incluindo sua tipificação no Código Penal.

Não há espaço para justificativas nem desculpas, é hora de agir; se esse crime é um meio de subsistência natural para uma classe, então é preciso combater o problema extinguindo uma classe social que colocou a Humanidade em perigo e se recusa a abandonar esse comportamento genocida. Viver ou morrer. O que escolhermos, assim será.

Uma vez eliminado o ciclo de produção alimentar baseado no modelo homicida do século XX, poderemos estabelecer as bases para uma Sociedade de Produção e Distribuição que corresponda ao Modelo do Século que acaba de nascer.

O ser humano, enquanto ser, aspira a uma expectativa de vida média de 120 anos e, conseqüentemente, o Novo Modelo Social de participação do indivíduo na comunidade por meio de seu trabalho está chamado a revolucionar todos os hábitos que estão na origem desse afastamento da plataforma mais importante para sua vida: como se produz e onde se come o pão de cada dia.

Mas construir o futuro é começar a caminhar.

B

Contra o tabaco

Todos nós conhecemos a verdade. Querer agir de acordo com a verdade é outra história. A crucificação de Cristo não fez mais do que expor a tragédia que a verdade vive entre nós; tragédia sob cujas rodas continuaram morrendo, assim como morreram antes outros, todos aqueles que lutaram pela verdade sem outras armas além da própria verdade. Lembremo-nos de Luther King, americano;

Gandhi, indiano; e de tantos outros heróis desconhecidos que deram tudo pela verdade e o mundo lhes pagou com a cruz.

A verdade é que, pela morte por fome de milhões de nossos semelhantes, somos nós os únicos culpados. Será que nossos filhos terão que pagar pela culpa de nossos crimes?

Lá está ela, uma planta amaldiçoada, crescendo como um câncer todo-poderoso que, a cada década, absorve mais terra arável e, no ritmo em que cresce, em meados do século atual: a humanidade comerá... tabaco.

A produção de plantas venenosas e letais, motivada pelos interesses de grupos de poder, típicos da Idade dos Metais — grupos organizados com exércitos e Estados a seu serviço —, é um desses cânceres amados que o paciente cuida em sua loucura suicida, sem levar em conta a gravidade de seu comportamento contra seus semelhantes, aos quais ele não deseja nada além de que morram de uma morte pior do que aquela que nosso hipotético louco se atribuiu para demonstrar seu valor no desprezo pela morte, neste caso, a própria.

São muitas as plantas venenosas que os interesses assassinos de alguns grupos organizados cultivam e, valendo-se da violência proveniente de suas riquezas, impõem à sociedade como se fosse sua própria cultura, alienando o ser da inteligência que lhe é natural por meio do artifício criminoso de integrar, nas coisas próprias do que quer que seja a Cultura, o consumo suicida dessas plantas assassinas.

Embora existam algumas plantas que, nas mãos de assassinos e criminosos perigosos, transformaram o último quarto do século XX em seu campo de morte — estamos falando da heroína —, essas plantas, apesar de sua letalidade virulenta, têm a virtude maldita de se concentrar em grupos discriminados de indivíduos, das mãos malignas dos quais não caem devido às conexões assassinas com as classes políticas e os manipuladores nas sombras que controlam e repartem o Bolo do Poder.

É curioso, portanto, ver como, sendo tão maligna quanto essas plantas assassinas, sem conseguir a aceitação universal da cultura popular internacional — cuja bênção o tabaco desfrutava —, este, o Tabaco, permaneça como a estrela indiscutível do Câncer, inimigo público número um do Sistema Imunológico do ser humano, arqui-criminoso adorado pelos Estados, filho mimado protegido pelo Governo, a quem é permitido destruir milhões de vidas por ano sem que isso seja considerado uma PANDEMIA GLOBAL.

Fazer o que os políticos do século XX faziam — reduzir as tragédias a números — não é apenas vergonhoso, mas revela o valor da cultura política do século XX: infelizmente, ainda em vigor. Argumentar, conseqüentemente, sobre a relação entre o consumo de tabaco e a destruição progressiva do sistema psicossomático do ser humano é, a esta altura, assunto reservado para verdadeiros idiotas.

O sistema de defesa genético que o homem, enquanto homem, herda e transmite à sua descendência está diretamente relacionado à experiência do ser no universo, e a partir dessa experiência esse sistema se atualiza constantemente. Mas um sistema não pode agir com parâmetros que não estejam inscritos em sua estrutura interna. Quero dizer, o sistema imunológico é a evolução de uma progressão no tempo, resultado da relação entre o homem e seu habitat, mas não foi criado para defender o homem do próprio homem, e aí está o problema: o homem tem que enfrentar a si mesmo como o pior inimigo de sua existência.

O cultivo e a defesa da planta do tabaco, mesmo quando a desertificação do planeta é progressiva e o ritmo de expansão dessa planta maldita reduz ainda mais essa área em constante declínio, condenando à morte por fome milhões de pessoas depois de ter devastado, por meio do câncer, dezenas

de milhões de seres humanos até hoje, essa relação do homem para com o homem demonstra que, sem a conquista do Poder para, a partir do Poder, lançar a ofensiva final contra esse cultivo homicida, sem a conquista do Poder pelas gerações do século nascente, esse objetivo está condenado ao fracasso.

E, no entanto, a verdade não tem mais do que uma bandeira e uma palavra:

destruir todas as instalações de produção de tabaco,

abolir o cultivo desse veneno,

banir da face da Terra todo o sistema produtivo criado em torno da morte de dezenas de milhões de seres humanos, em constante aumento criminoso.

As medidas infantis tomadas com o consentimento dos grupos criminosos dedicados à destruição da humanidade em benefício próprio, tais como

restrição de idade,

restrição de locais,

blá blá blá,

... são meros remendos, concessões que o agente destruidor da humanidade concede para continuar crescendo às custas da carne e do sangue dos seres humanos.

Em uma guerra total, não há espaço para concessões. Nada que não seja a destruição de todo o ciclo produtivo e de comercialização do tabaco pode fazer parte do programa de combate ao tabagismo, ou seja, ao câncer.

A propaganda desse grupo criminoso não mede esforços para manter a falácia da dissociação entre câncer e tabaco. Eles pagam a especialistas em ciências para distorcer a verdade em público, pagam à mídia de massa para minimizar a relação letal e direta entre tabaco e câncer. Por serem grupos criminosos que vivem da morte de milhões de seres humanos, a necessidade os leva a agir como o que realmente são: assassinos em massa.

É evidente que a verdade soa como violência quando quem se opõe a ela é um criminoso da pior espécie. E ainda mais evidente que não há pior idiota do que aquele que defende quem está assassinando-o... em nome da liberdade.

Existem medidas que podemos adotar coletiva e individualmente, de acordo com o poder que temos, em grupos e em particular.

A) Solicitar aos municípios a proibição da instalação de máquinas de venda automática nas ruas;

B) proibir o consumo de tabaco em nossos próprios estabelecimentos;

C) Não levar os filhos a locais onde se fuma;

D) se você tiver uma plantação, destrua a safra e seja um homem: plante batatas, tomates, pimentões, laranjas, alcachofras...;

E) se você tem um negócio de venda de tabaco, use o que ganhou para abrir outro e feche essa porta para a morte;

F) Se você tem um bar, livre-se da máquina que vende cigarros e não venda mais. Quem quiser se destruir fumando, que fume mesmo assim; é sua propriedade e nela você é o deus. Mas lembre-se de que os deuses caíram, e você pode ser o próximo; não apresse sua queda.

Não é hora de palavras, mas de ação. Mil vezes já foi comprovada a relação diretíssima entre câncer, tuberculose e mais oitenta doenças pulmonares: com o tabaco!

Mil vezes mais os assassinos que vivem do crime contra a humanidade que todo o sistema de produção e distribuição de tabaco representa pagaram aos nossos queridos prostitutos do século XX, os cientistas, para que assinassem declarações criminosas, tais como que o tabaco não é, na verdade, o agente causador do câncer, ou que é muito difícil estabelecer uma relação científica direta... blá blá blá... discurso de criminosos assinado por seus cúmplices, a pior de todas as prostitutas: a Ciência do século XX.

Ainda há alguém que duvide da relação diretíssima entre o tabaco e o câncer? Se houver, que essa pessoa pegue seu cérebro e o jogue no lixo.

As medidas infantis dos políticos progressistas para abafar a consciência social não deram nenhum fruto, a não ser que o cultivo desse veneno genocida continue seu crescimento imparável. Voltar a demonstrar o que já foi demonstrado centenas de milhares de vezes é entrar no jogo de um idiota de nascença.

O século XXII só existirá se o século XXI não for uma continuação do século XX. Tudo o que for uma continuação será mais um passo em direção à extinção da espécie humana. A importância deste século XXI para o futuro da humanidade é imensa. Já é hora de, após seis milênios vivendo no inferno, começarmos a sair de seu império. Tudo o que pertence ao inferno deve ser deixado dentro de suas fronteiras; não somos ladrões, não devemos levar nada do que pertence ao inferno; que o fogo devore o que lhe pertence.

Exigimos e devemos banir da Terra a planta do tabaco, derrubar todo o sistema de produção e distribuição do agente anti-humano mais poderoso do momento, causa direta de uma PANDEMIA que ceifa milhões de vidas por ano, o tabaco, e contra cujo crescimento o Poder não só não adota o Estado de Guerra Universal, como até acalenta a possibilidade de eliminar o Peso da Humanidade por meio desse agente, sem precisar recorrer a medidas mais “progressistas”.

Façam vocês mesmos as contas e analisem a quantidade de hectares dedicados à destruição da humanidade; se fossem dedicados ao cultivo de batatas, alface, tomate, maçã e repolho, quantas multidões estaríamos alimentando? E, ao não fazê-lo, quantas multidões estamos condenando à fome?

E, visto que o tabaco nada mais é do que um veículo de propagação de uma propensão geracional em massa à dependência química, em que proporção está crescendo o número de hectares dedicados à destruição do homem e em que proporção crescem a fome e o cultivo transgênico, a nova praga contra a humanidade?

A única resposta real e humana é a destruição de todo o SISTEMA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO TABACO.

Venceremos ao lançar a primeira pedra para a Vitória Final contra o Câncer.

Vencemos produzindo milhões de toneladas de alimentos para suprir as necessidades das populações vítimas da fome.

Vencemos tirando o argumento dos novos bio-criminosos do final do século XX: os produtores de transgênicos.

Vencemos ao reduzir a propensão à dependência química causada pelo consumo de tabaco, que se transforma em veículo para produtos viciantes com alto poder de alienação da vontade humana.

É preciso começar por si mesmo, evidentemente. Mas o objetivo dessa ação é o banimento dessa planta da superfície da Terra. Sem condições, sem tréguas, sem pactos.

Destruição de todo o cultivo, manipulação e distribuição do tabaco.

Nossos filhos nos agradecerão e nossos netos não conseguirão acreditar que, na época de seus avós, as pessoas se envenenavam, quase por diversão, para provar que eram mais homens ou mais mulheres ao se inscreverem na loteria do câncer e ao renunciarem ao maravilhoso poder da força de vontade que o consumo desse veneno destruía no organismo.

Eles nos aplaudirão e, com pulmões como motores atômicos, correrão os 40 quilômetros da Maratona Antitabaco em homenagem ao nosso feito, pois ninguém acreditará que essa Guerra alcance sua Vitória sem ter que vencer a resistência de toda a rede biocriminal que esse Sistema representa. Ora, se simplesmente todos pararmos de fumar, assim como um castelo no ar cuja magia se baseia na credulidade de todos desmorona por si só, essa vitória estará ao nosso alcance sem sequer darmos ao inimigo a oportunidade de se preparar para a batalha.

VOLTANDO À QUESTÃO DO REFLORESCIMENTO DO PLANETA.

II

Agora retomamos das linhas anteriores o grande tema que, se não for tratado a fundo, significaria mais um avanço rumo à queda do sistema imunológico humano — uma queda que arrastaria para a extinção toda a vida na Terra, cujo sistema imunológico se baseia no oxigênio. Toda a vida depende da ação do ser humano. Mas a extinção de todas as espécies condenará à morte a existência da espécie humana.

Fomos nomeados guardiões de toda a vida na Terra. E, no entanto, em vez de cultivar essa vida e amá-la, nossa história revela um monstro no ser humano, cuja felicidade e prazer supremo residem na destruição. Fomos criados à imagem de Deus, para sermos criadores e amar a criação que emerge naturalmente de nossas almas; e, no entanto, nos deleitamos com a destruição pela destruição...

... porque no ato de destruição se revela o Poder, a Força, a Superioridade do Indivíduo, sua divinização. Aleluia!!!!

As leis do Universo estão inscritas na Estrutura da Natureza para manter esse status de senhorio, pelo qual, sendo os reis da Terra, somos seus servos.

A contradição de sermos ao mesmo tempo os senhores da Terra e o jardineiro que cultiva a Árvore das espécies parece ser uma quimera contra a qual o Poder deve se erguer e, em sua loucura, diz-se que, ao acabar com toda a vida, ele se eleva como Senhor e Rei e abole sua condição de Servo.

O gênio do louco é imperdível!

Mas o que é escandaloso é que o Louco chegue ao Poder.

Deixando para trás essa repulsa por quem encontra seu gênio na destruição, devemos recorrer à história da Terra e começar a ser seus filhos, estabelecendo medidas políticas universais concretas:

1ª Medida: Reflorestamento das montanhas por botânicos especialistas em flora nativa

Lei: Abolição universal do desmatamento e abandono da cultura da construção em madeira.

2ª Medida: Falamos dos Pastores da Floresta: Criação de um novo ramo de Guardiões da Flora com a missão de proteger a floresta e a fauna, aos quais serão cedidas terras para habitação e serão dotados de todos os recursos humanos e técnicos necessários para cumprir seu trabalho.

Lei: Cessão gratuita e financiada das terras abandonadas e das populações desertas devido a óbitos e deslocamentos de seus antigos habitantes.

A vida na Terra depende da oxigenação constante e contínua da biosfera. O envenenamento sofrido pela biosfera e o crescimento descontrolado desse fenômeno causam a destruição progressiva de um sistema imunológico mamífero, para o qual a respiração do carbono é um veneno letal. A flora planetária é o pulmão da biosfera mamífera, encarregada de manter o ar necessário para que os pulmões realizem o trabalho de manutenção ativa do sistema imunológico universal.

A necessidade de criar colônias de pastores florestais, dotadas de todos os recursos para plantar e replantar árvores, seguindo as leis da botânica, não pode ser deixada para amanhã. Não haverá amanhã se os pulmões da biosfera forem devastados.

Vivemos em um impasse histórico universal em que ou somos, ou deixamos de ser. Não há espaço para meias-medidas. As medidas que devem ser adotadas não são de interesse particular, mas universal.

A Botânica e as Ciências Agrárias devem ser integradas nas escolas como disciplina obrigatória.

As futuras gerações devem voltar ao cultivo da terra e aprender que não há trabalho mais digno do que o do horticultor.

A maldição do homem do campo está prestes a chegar ao fim.

A reconstrução da civilização com base em novos fundamentos implica a libertação da escravidão a que foi submetido o cultivo das terras por aqueles que viam e ainda veem nelas uma fonte de poder.

“Quem controla a produção de alimentos controla o mundo”. Eis a nova filosofia cuja antiguidade remonta a Caim.

Deus criou a Natureza para que ela alimentasse todos os seus filhos. Mas seus filhos viram na Natureza uma fonte de poder. “Quem quiser comer, que se ajoelhe ou pereça” foi a declaração de guerra que determinou a morte de Abel.

Caim continua vivo e, a cada década, aproxima-se mais do controle absoluto sobre todos os recursos da Natureza, incluindo o ser humano. São muitos os que preferem viver de joelhos a se levantar e lutar por suas vidas, e não são poucos os que, maravilhados pela loucura, se inscrevem para fazer parte dessa corrida, apostando no cavalo vencedor.

Eles sabem ler, mas não compreendem a linguagem da história. A linha de chegada é a ruína. E nela cairão todos os adoradores de um mundo nas mãos de um think tank global.

Os tempos chegaram ao fim. Um Novo Princípio emerge da Esperança dos Séculos. A inteligência humana ergueu-se à imagem de seu Criador. Não conhecemos limites para nosso pensamento... na direção do Bem de todos.

O horizonte à frente deste caminho, no qual o Bem Universal é a força da civilização, se estabelece sobre a natureza da Criação para, dotada por seu Criador, sustentar um número ilimitado de seres humanos.

Não há medo da vida, não há medo do futuro.

O pensamento de quem vê esse futuro sombrio é o de um ser depressivo com tendências suicidas, descarregando sua impotência para consumir seu delírio sobre o ser dos outros.

Começar a caminhar é o início da vitória.

Criados para sermos invencíveis, não dar o primeiro passo é um crime.

CAPÍTULO TERCEIRO

SOBRE A VIDA E A MORTE

I

Minha Introdução não foi em vão, muito pelo contrário, embora pudesse parecer curiosa, no que diz respeito à estrutura filogenética da natureza humana contemplada a partir de uma perspectiva mais filosófica. A estrutura da sociedade em grupos naturais e a divisão do trabalho têm, em uma realidade universal, sua pedra fundamental, alicerces sobre o qual se ergueu o comunismo, e o socialismo do século XXI pretende reabrir as portas para tal inferno.

O tremendo erro do materialismo marxista, matriz de todos os tipos de socialismos políticos, consiste em substituir a distribuição genética da atividade social humana pela teoria da luta de classes; falha técnica que conduziria a uma conclusão totalitária, insana e absurda, a saber, o desaparecimento das “classes sociais”.

Ao colocar “classes” sociais onde a Natureza coloca “participação na atividade universal” — sendo o indivíduo uma parte do todo — e pretender destruir os grupos sociais como panaceia milagrosa e fim de todos os males; ao pretender, contra a natureza, esse colapso, o materialismo marxista ergueu-se para impor à Natureza do Universo, em virtude do Poder Totalitário contra a Humanidade, a abolição da atividade social distributiva que é inata ao Ser Humano enquanto Árvore da Vida em crescimento no Tempo.

A solução marxista: “Todos proletários, todos operários”, é a resposta de um ignorante que nega que, por natureza e dada a complexidade da sociedade humana, o trabalho de manutenção do gênero humano e o desenvolvimento de sua civilização se fundamentem em uma concepção multifacetada do indivíduo humano; sendo que, por natureza, cada indivíduo herda certas disposições sociais, cujo desenvolvimento permite que ele se realize como pessoa — desenvolvimento esse que ocorre no seio da civilização.

A totalização marxista e sua transformação na retórica pluralista homogeneizadora do socialismo do século XXI partem dessa mesma confusão entre Natureza e Sociedade e voltam a colocar em circulação o mesmo erro que levou a URSS à ruína e os povos comunistas a viverem escravizados, sob o terror, ao jugo absolutista dos grupos antinaturais castristas.

Não é possível corrigir os erros sociais por meio da destruição das leis naturais; ao contrário, deve-se dar luz verde às forças naturais para que, por si mesmas, retifiquem os passos da sociedade histórica e conduzam o futuro da Humanidade de acordo com a lógica universal.

Será, portanto, ao analisar os erros históricos que devemos buscar as soluções que nos levem às respostas exatas, a partir das quais possamos legar aos nossos filhos e aos filhos deles um mundo fundamentado na lei natural, sobre cuja rocha Deus criou a Sociedade Humana.

Tanto a teoria das classes quanto a dogmática das castas são fenômenos passageiros que devem nos ensinar a nunca, sob nenhuma circunstância, direcionar nossos passos para esses dois abismos infernais. Quero dizer que, estando a resposta à nossa frente, o que devemos fazer é aplicá-la.

A Natureza opera livremente e de acordo com a necessidade do Gênero, na medida em que “o Homem”, e a partir dessa necessidade gera o Indivíduo.

Não vou me aprofundar no exemplo das espécies sociais inferiores, mas sim expor sua existência para que, sem esquecer o abismo que separa a sociedade humana da das abelhas, partamos dessa realidade para articular a existência do homem enquanto Gênero nesse modelo social de distribuição inata do trabalho coletivo.

A dogmática das castas pressupõe que os indivíduos nascem à imagem e semelhança das espécies sociais inferiores, como abelhas e formigas, e que, assim como nascem, devem morrer. É desnecessário

dizer que essa dogmática criminosa representa um crime contra a humanidade; e não é porque ela esteja em vigor em grande parte do planeta que deixa de ser, na sua natureza criminosa, um crime contra a Civilização. O fato de toda uma religião, como o hinduísmo e suas vertentes afins, defender essa divisão assassina não é um argumento que nos sirva para anular esta declaração da necessidade de banir esse dogma homicida da sociedade do futuro.

A estrutura da Humanidade em classes sociais, do tipo ocidental do século XIX, contra a qual o século XX se levantou com a força de um fantasma, e com toda a razão do mundo, mas com uma resposta equivocada, que no fim se voltou contra os próprios defensores da necessidade de destruir essa relação entre classes sociais do tipo castas, mas mais flexíveis na medida em que um pobre podia se tornar rico e um rico, pobre, não é menos um crime contra a Humanidade; e, em virtude dessa verdade, a História proferiu sentença e executou o veredicto. Não há nada a dizer contra o que foi feito de acordo com a lei, mas sim contra o que vai contra a natureza.

O mundo dos zares e o mundo dos mandarins eram o mundo das castas hindu-budistas projetado para fora da Índia; e, na medida em que eram mundos criminosos — não porque o movimento tivesse recorrido a um erro final, como é a transformação de todo indivíduo em um operário —, a execução comunista foi menos legítima. O que não é legítimo é a perpetuação desse erro com base no argumento de que, mesmo sendo uma teoria social conjuntural fundamentada no efeito desses regimes criminosos — e tendo levado os povos submetidos a essas leis criminosas à vitória contra aqueles governos homicidas —, sua ação deva permanecer viva mesmo quando a luta entre as classes sociais já tiver chegado ao fim.

Hoje, partindo de um novo princípio, devemos aprender com o passado para evitar refundar a Sociedade com base nos erros que estiveram na origem de tantas catástrofes internacionais. Sobretudo quando temos à nossa disposição todos os meios para redirecionar os passos de nossa Espécie rumo a um novo horizonte de Justiça, Paz e Liberdade Universal.

A Sociedade é um fato vivo cuja matriz é a Natureza. Podemos agir na Sociedade e somos seus atores, mas a Natureza é um domínio reservado a Deus, cuja Sabedoria governa, desde a Origem, o Futuro de sua Criação. Não podemos, portanto, repetir os erros de nossos antepassados e delimitar o futuro do indivíduo em função de seu nascimento. Pelo contrário, devemos abrir todas as portas para que a força social própria de cada indivíduo encontre seu lugar na sociedade.

A ação histórica, após termos sofrido a experiência totalitária, nos envolve em uma esperança viva, segundo a qual as transformações da estrutura histórica exigem uma abertura no tempo, de modo que o totalitarismo igualitário seja derrubado sem concessões e os decretos homicidas — pelos quais todo indivi e deve se encaixar nos limites de um padrão de comportamento físico e psíquico — sejam declarados inadequados e, em última instância, crimes contra a Humanidade.

A sociedade para a qual conduzimos nossos filhos deve partir de um fato universal, indissociável da própria individualidade e que é inato a todos nós, a saber: alguns jovens se desenvolvem mais cedo, seja física quanto psicologicamente, e outros levam mais tempo para isso. Essa flexibilidade geracional não perturba em nada a existência e o progresso da civilização.

O totalitarismo psiquiátrico de que o século XX se serviu para criar em série um modelo de ser humano — totalmente anti-humano — pressupunha que todos os indivíduos deveriam ser sufocados pelos mesmos padrões de comportamento e que qualquer um que se desviasse dessa normalidade fosse considerado anormal. Estrutura totalitária que condenou muitos aos manicômios e a serem tratados como crianças especiais, uma forma humana de abençoar o anti-humanismo que lhes causou o problema de adaptação a um sistema social que tentava impor novas regras à própria Mãe Natureza.

Vemos, portanto, que devemos começar pela estrutura da própria Escola, a fim de alterar seus fundamentos com base na revolução histórica que estamos vivendo, e que está quebrando os moldes antinaturais sobre os quais se pretendia transformar o indivíduo em um clone de um protótipo operário fabricado em série pela Fábrica do Estado. Os acontecimentos internacionais de rebelião geracional que vivemos ao longo da segunda metade do século XX e no início do século XXI foram um teste de força contra a imposição de tais horizontes de identidade. O Ser Humano não é um número, é um Nome.

Portanto, não devemos esperar que a necessidade imponha sua lei. Devemos nos antecipar à necessidade e evitar conflitos futuros por meio da aplicação das respostas que já estamos vendo que serão necessárias no futuro — e o futuro as aplicaria, mais uma vez e como sempre fez, agindo como um “fantasma”.

O certo, o fato é que o aumento da expectativa de vida estende para o futuro a necessidade de adaptar todas as estruturas sociais a essa lei. Não se pode continuar mantendo, para as gerações futuras, um sistema legislativo concebido para seres humanos cuja expectativa de vida terminava mais ou menos por volta de meio século.

E que o conceito de maioria é um anacronismo que surgiu, em sua época, em defesa da juventude contra o modelo herdado das sociedades pós-medievais, e que depois foi aproveitado pelo sistema para se apoderar da juventude e acabar submetendo-a a um comportamento animal, não por coação, mas livremente, direcionando-a para satisfazer a necessidade de uma mão de obra que fixa a realização do indivíduo na Força Bruta, física ou racional, e jamais na Plenitude Intelectual do espírito do Homem.

Nessa ordem de coisas, a Propriedade, na medida em que constitui um recurso natural para essa realização espiritual do Ser, é um Dever que deve ser garantido pela Sociedade, de modo que o Indivíduo busque, por meio da Experiência de Vida, sua verdadeira Identidade no universo da Civilização.

Entende-se que, fora dessa Realidade Universal que é a Civilização — fruto da atividade participativa das nações em sua Criação —, uma Sociedade como Nação que exclui a Identidade Universal torna-se inimiga da História da Humanidade, na medida em que sua transformação em Nacionalismo isola seu grupo entre muros psicóticos, conduzindo-o à sua involução para o estado pré-histórico de “uma tribo” e ergue sobre esses fundamentos psicóticos uma estrutura contrária à natureza e à humanidade, cujo futuro, com base na experiência histórica universal, é a ruína dessa sociedade como resultado final de sua Queda em uma concepção desse grupo tribal como Raça Superior.

Ora, observamos também que a Sociedade Racional, em sua negação da Civilização baseada na Concepção do Homem como Espírito Universal, tende a preparar o indivíduo para o trabalho e a confundir Força com Conhecimento, abortando assim a Personalidade do Homem por meio do artifício de seu acesso à Propriedade em função dessa Força e não a partir do Direito.

A cobertura da Necessidade da Propriedade como Recurso Natural inerente à Realização do Espírito Humano enquanto Pessoa implica:

- A) flexibilização do modelo de educação e sua extensão no tempo;
- B) ruptura com todos os padrões gerais herdados do século XX, a partir dos quais se mede a inteligência e a personalidade individual;
- C) apoio constante ao longo de todo o percurso e liberdade para sair e retornar conforme determinar a natureza em desenvolvimento do próprio homem.

Efeitos que só podemos alcançar abolindo a necessidade animal a partir da qual as Escolas, os Institutos e as Universidades adaptaram seu Objetivo ao mundo do Trabalho e, a partir dessa satisfação social, orientaram sua estrutura.

O objetivo do Ensino é:

- 1) a realização do Espírito no Homem enquanto Ser Universal,
- 2) conduzir o indivíduo ao conhecimento de si mesmo e do Universo,
- 3) desenvolver sua personalidade intelectual por meio de uma liberdade social que lhe garanta o Direito à Propriedade desde o nascimento e coloque em suas mãos todos os Recursos Naturais necessários para participar da Sociedade de acordo com suas forças inatas, sem pré-condições nem limites finais ao seu movimento e comportamento no seio da História, na qual ele, como indivíduo, participa plenamente, independentemente do que faça em um determinado momento de sua biografia; seja assando pão ou escrevendo um livro, o indivíduo é uma realidade histórica, intransferível na medida em que “ele é quem é”, e seu Ser é parte indivisível de uma Civilização regida pela Lei Universal, cujos princípios e fins provêm de Deus, Criador de todas as coisas.

A

O aborto e a lei natural

Conhecimento é uma palavra que traduz a imagem da realidade tal como o Universo existe, sem que sua existência seja pré-condicionada pelo Homem. É esse universo que condiciona a existência do homem, e não o homem que condiciona a existência do Universo.

Independentemente de, no século XX, a aliança entre Ciência, Poder e Riqueza ter fabricado uma imagem do universo à medida de sua tendência excludente — que consistia em transformar o Conhecimento em uma fonte de domínio do homem sobre o homem e a Natureza —, a verdade permanece inalterável, sempre à espera de que a Civilização venha a se articular não pela lei do homem, mas pela lei da Natureza. (Quando falamos de Natureza e Homem, não nos referimos ao homem selvagem, mas ao homem à imagem e semelhança de Deus, ou seja, um filho de Deus).

A lei da Natureza conta seu sucesso por milhões de séculos, e a prova disso é a própria existência do Homem. A lei do homem pressupõe que o Homem se formou a si mesmo ao longo das eras pré-históricas e, por isso, tem autoridade para governar sua sociedade de acordo com suas próprias leis.

Nada é mais característico de um ignorante com surtos psicóticos do que essa afirmação que, sem ser declarada, rege o comportamento da comunidade político-científica.

Era de se esperar — e o efeito da violação da lei sempre chega a esse ponto — que, em uma sociedade onde o aborto é lei, o desequilíbrio decorrente da violação da lei natural resulte em um aumento da criminalidade social sujeita a essa lei homicida. Efeito esse que se observa, em escala macrosocial, em algumas partes do terceiro mundo, onde a violação da lei natural que é o aborto decorre da própria miséria.

Ora, a lei natural é um sistema fechado e perfeitamente articulado que funciona automaticamente. E é por isso que o desequilíbrio cresce em função da própria impossibilidade da lei natural de se reconfigurar de acordo com a lei humana.

Da mesma forma que um programa genético, uma vez ativado, age sem aceitar ordens externas, regendo-se exclusivamente pelas leis nas quais sua estrutura está configurada, a Natureza se comporta seguindo leis autônomas, cujo sucesso é determinado pelas provas, e, quando deixada livremente, continua colhendo mais vitórias, mas, quando alterada, é incapaz de se corrigir por si mesma. Ou seja, a lei natural rege-se por leis sobre as quais nem o homem nem ninguém, exceto Deus, a fonte de seu código fechado, tem poder.

Se as chamadas catástrofes não bastam para perceber que a Natureza possui uma entidade própria a partir da qual se comporta como um ser vivo, cuja lei interna não se relaciona com o homem nem com nenhuma espécie, na medida em que sua configuração dependa do humano, então qualquer discurso é uma tentativa de comunicação entre espécies provenientes de diferentes ramos da árvore das espécies.

É a lei natural que, seguindo sua estrutura divina, articula o equilíbrio social. Mas essa lei opera, como vimos, em função de um sistema fechado cuja mecânica o homem não pode alterar.

Tendo a Natureza conduzido a criação do homem desde as raízes celulares mais básicas, a lei natural traduz a estrutura da sociedade humana em um código universal, e é com esse código que a Natureza se relaciona. Ou seja, a Natureza atua sobre o homem enquanto Gênero, jamais sobre o homem enquanto indivíduo. Quem atua sobre o Indivíduo é Deus. É seu Direito enquanto Criador e é seu Dever enquanto Pai do Homem.

Assim, o crescimento da biomassa humana — para usar termos bonitos e em voga na comunidade científica do século XX — é regido por uma lei natural que equilibra a reprodução por meio da compensação sexual. O aborto — independentemente, neste momento, de suas causas sociológicas — é um ataque maciço da sociedade tribal (hoje chamada de global) contra a lei natural. No entanto, ao alterar uma compensação universal que a Natureza não assume e, devido à impossibilidade de agir por meio de padrões hominídeos, a lei continua agindo alheia a essa destruição de sua lei pelo homem.

Vamos dar um exemplo construtivo. Imaginemos que existam unas plantas, ou um código fechado, de acordo com o qual qualquer edifício deve ser construído. Esse edifício implica, igualmente, um tempo de construção. Com base nesses parâmetros — espaço, matéria e tempo —, contratamos mais ou menos pessoal. Criamos um sistema de contratação pelo qual o trabalho permanece constante, de modo que todas as partes do prédio evoluam em harmonia, e não aconteça de uma ala estar concluída enquanto outra nem sequer tenha sido erguida até a metade da altura a ser alcançada.

Agora, imaginemos que deixemos esse programa agir automaticamente e não nos preocupemos com seu funcionamento. Se nenhum agente externo interromper esse processo, quando retornarmos, no prazo estipulado, teremos o edifício concluído. Mas imaginemos que, durante o processo, ocorram alterações, de tal forma que, embora a agência de contratação faça seu trabalho, os funcionários contratados para esta ou aquela parte nunca cheguem ao seu destino. Teremos o efeito que, por meio da lei, tentamos evitar, ou seja, que todas as partes do prédio não cresçam harmoniosamente. Por quê?

Pois a lei natural, ou seja, o programa de contratação, é autônoma e sua abrangência se limita à contratação; o fato de a parte contratada chegar ou não ao seu destino, por não pertencer à sua esfera de atuação, não é de sua competência; e a construção continua sujeita à alteração exposta. Daí que, ao retornarmos, nos deparemos com o fato de que a parte que concluiu seu trabalho esteja inativa, na medida em que não pode prosseguir, uma vez que as outras partes não cumpriram a sua, resultando nisso o caos devido a uma construção em que a parte ativa está inativa e a atividade atrasada avança a uma velocidade fora da lei, de acordo com a qual o tempo foi estipulado.

O aborto — aplicando essa situação à estrutura existente entre o Homem, enquanto Gênero, e a Natureza, enquanto Matéria, sem a qual não pode haver História — é a interrupção dessa lei pela qual a Natureza articula a reprodução da biomassa humana de acordo com um Projeto Universal.

Independentemente da sociedade humana, a lei natural continua cumprindo seu papel e, uma vez que seu contrato é limitado no tempo: o fim de uma organização viva sujeita à violação da lei da reprodução natural é o colapso de toda a estrutura social, uma vez cumprido o prazo e se manifestando, ao término da validade, a impossibilidade de cumprimento do contrato.

Basta observar o colapso de sociedades históricas para perceber que a lei natural é alheia à lei humana e se rege por princípios em cuja configuração o homem não teve participação, pois o homem ainda não existia; e, conseqüentemente, contra a loucura da aliança entre Poder e Ciência, o Homem não pode intervir para reconfigurar a lei pela qual a Natureza se rege.

A única correção que a Natureza admite é a obediência da Sociedade à sua lei. Conseqüentemente, o aborto deve ser legislado em função dessa criminalidade contra o futuro da Civilização que sua ação representa e, a partir desta declaração universal, banir de todos os hospitais essa prática, perseguindo o legislador com leis e as autoridades policiais com suas medidas qualquer prática privada.

No entanto, não devemos esquecer as causas sociais dessa prática homicida.

O conselho do Poder, do homem enquanto animal político, não é lutar contra o mal, mas deixar que o mal se desenvolva livremente, para que, por meio da liberdade, o mal aprenda a conviver com o bem. Não há necessidade de mais palavras. Dizem que São Francisco falava com os animais. Infelizmente, não fomos dotados desse poder de falar com a besta política e devemos voltar nossos olhos e nossa ação para a erradicação do mal, em todas as suas formas, do corpo social.

Se a luta contra a pobreza é um fator determinante, a formação sobre paternidade e maternidade nas escolas — que o animal político quer reduzir à educação sexual, como se os ratos frequentassem escolas para aprender a se reproduzir — é de necessidade imperiosa para que o ser humano, tendo o modelo em casa, adquira desde a adolescência a plena consciência da importância da paternidade e da maternidade.

A ausência dessa formação é, sem dúvida, um dos fatores determinantes que estão na raiz do fracasso em massa das uniões matrimoniais e é causa, por essa ignorância, do comportamento sexual que age alheio à lei da reprodução humana, com os jovens acasalando-se como membros de espécies, sem qualquer tipo de responsabilidade pela prole gerada. O efeito é o aborto.

Não basta, portanto, agir contra a pobreza, pois vemos que, nas sociedades opulentas, o aborto e a destruição da família aumentam com o tempo, minando o futuro da sociedade em nome da satisfação do presente.

Acabar com a miséria é o primeiro passo;

o segundo: educar tanto o homem quanto a mulher, antes que alcancem sua plenitude sexual, de acordo com os padrões da reprodução natural específicos do Gênero Humano, padrão com o qual a Natureza se relaciona e segundo o qual se rege o equilíbrio de sua biomassa ao longo do tempo.

O terceiro passo:

passar do Direito ao Dever a partir do momento em que se forma uma Família Humana.

A sociedade deve assumir como dever a cobertura automática de todas as necessidades básicas da família a partir do momento em que ela se forma, assumindo esse dever no que diz respeito à moradia, alimentação, vestuário e educação.

Os luxos e os gostos são assunto do homem e da mulher enquanto Indivíduos. A Sociedade não pode assumir como Dever o mundo pessoal do Indivíduo. Mas isso é algo que se entende pela lógica. Ao violinista, seu violino, como diz o provérbio, e a cada um as ferramentas de seu trabalho; o que cada um faz com sua arte e sua ciência é assunto de cada um.

O fato é que nos encontramos no momento decisivo de dar o salto do Direito para o Dever, que algumas sociedades, como a Alemanha, já assumiram, mas que outras, como a Espanha, não só não assumiram, como a parte que havia sido assumida foi totalmente abolida.

Ou seja, algumas nações avançam, e outras retrocedem.

Outras, no entanto, não têm essa possibilidade e, como a Índia, vivem o efeito da violação da lei natural em seu estado selvagem mais puro.

Em outros países, como a China, a violação é sistemática e, embora a aparência de força cegue os olhos, o enorme desequilíbrio prenuncia o colapso.

Por fim, uma vez comprovada a força inovadora e revolucionária — no sentido mais positivo — da juventude, os grupos de poder devem combater essa força, exterminando-a na origem. E é exatamente isso que fazem. Daí a complacência progressista do poder em abençoar o aborto e destruir a Família Natural. Ora, uma vez destruída a Família Natural, a lei da Natureza é descartada e, como consequência — sendo imutável essa lei —, ocorre a Queda dessa Sociedade.

Obviamente, todas as sociedades tendem inexoravelmente a acreditar que são eternas. Crença da qual decorre que a História é um monte de mentiras, pois é impossível que, sendo todas eternas, o número de sociedades que ruíram seja tão grande a ponto de ser desconhecido.

A Natureza reclamou do desaparecimento dos hititas, assírios, medos, maias, incas...?

A Natureza reclamou porque a sociedade soviética desapareceu?

Será que ela se queixará pelo desaparecimento da sociedade socialista?

De fato, antigamente eram sociedades tribais que se transformaram em nações; atualmente, as sociedades são ideológicas e religiosas, mas tanto umas quanto outras — todas aquelas que se situam à margem da Lei da Natureza, inscrita por seu Criador desde o início do nosso Mundo — sofrem o efeito de quem demite os trabalhadores que não cumpriram o prazo do contrato e contrata uma nova equipe para concluir sua obra.

Resumindo:

O aborto é um ataque contra a multiplicação da força social que a Natureza apresenta como plataforma para o crescimento contínuo da civilização. Tendo a Juventude já demonstrado o poder revolucionário que carrega em seu sangue, o Poder estabelecido considerou seu dever reduzir ao máximo possível esse Poder Natural, seja por meio de agentes destrutivos de sua saúde, seja como agente indireto da aniquilação dessa Força desde o útero.

A política do aborto, portanto, e embora pareça um contrassenso, é imposta e defendida por governos e partidos ultra-fascistas que, sob a máscara do progresso, têm como objetivo a manipulação das massas e sua dominação pela classe política que eles naturalmente representam.

O aborto é um ataque maciço e controlado contra a Força Revolucionária da Juventude, entendendo-se aqui Revolução como Movimento Histórico Natural.

O abortista, conseqüentemente, é o maior inimigo da Civilização, na medida em que acredita, deixando-se levar pela loucura dos reis-sol, que o Homem pode controlar e subjugar a Natureza. A História já demonstrou que, na ausência da Força Humana Natural sobre a qual escrever pacificamente suas páginas, a Natureza se levanta em ondas sangrentas para eliminar de seu caminho aqueles que, acreditando poderem enfrentar seu Avanço, permanecem de pé diante dela.

As medidas legais contra o aborto, como causa de futuras revoluções sangrentas, têm seu início na expulsão de toda a Terra de sua legalização e prática. Isso não é um retrocesso ao passado. Quando o passado avança contra o futuro, o presente deve se levantar para conter os efeitos que o passado colocou em movimento e que causariam, no futuro, um cataclismo sangrento de proporções devastadoras.

Conquistar uma vitória universal contra o aborto sem imunizar o terreno onde essa erva daninha foi plantada é permitir que ela volte a crescer no futuro. A educação moral do ser humano, cuja destruição é inerente ao programa pró-aborto dos governos ultra-fascistas — ou seja, progressistas, esquerdistas, liberais, socialistas — deve ser resgatada da caverna onde aquilo a que chamam de “Ética” quis enterrar o Código pelo qual a Natureza se relaciona diretamente com o Homem e não aceita nenhuma inter-relação em seu Movimento com o que quer que seja a Ética, que, no fundo, não passa de uma Moral subordinada ao Poder.

A Moral, em definitiva, é o campo em que o Indivíduo e a Natureza se relacionam diretamente, e ambos com seu Criador.

A Ética é o campo em que o Poder, substituindo a Natureza, se relaciona com o Indivíduo não como Ser, mas como escravo do Poder.

A Ética, no fim das contas, nada mais é do que a subversão da Liberdade do Indivíduo em virtude da necessidade do Poder de manter a Sociedade sob controle. E busca a escravidão do Indivíduo aos Interesses do Poder.

A Moral, por outro lado, sendo fruto da Lei Natural — e sendo essa Lei determinada pelo Criador da própria Natureza —, é a Liberdade do Ser de acordo com a Lei Universal.

A Ética não torna os homens livres, mas sim escravos do Poder.

Mas a liberdade do homem é um fato natural. E é essa realidade que determina a moral, defendida pelo cristianismo e atacada por todo sistema político baseado na redução do homem a um mero eleitor, privado de toda propriedade natural, em defesa da alienação do qual esse sistema precisa banir a moral cristã, ou natural, da formação do intelecto humano.

O objetivo da Política, enquanto Ciência, é a Formação do Ser na qualidade de eleitor.

O objetivo da política, enquanto arte do poder, é a eliminação desse fim e a manutenção do indivíduo nas condições sub-humanas — do ponto de vista da ciência enquanto arte política — que caracterizaram o eleitor do século XX.

Moral e Poder, uma vez que a Moral se tornou Cristã e o Poder se tornou Ética, eram incompatíveis na estrutura da Civilização do século XX. O resultado traduziu-se em uma tendência genocida contra a Humanidade como um todo, o que, por sua vez, traduziu-se na capacidade do Poder de se aproveitar, em seu próprio interesse, da redução do Indivíduo à condição animal de sobrevivência.

Incapaz de possuir uma lei própria sem a necessidade de uma imposição externa, o aborto foi uma das consequências que essa animalização de seu ser trouxe à tona.

E que essa porta é o acesso a uma nazificação da vida humana, a um desprezo total pelo valor da vida do homem, uma vez estabelecido o qual as barreiras para uma ditadura caem sem oposição manifesta, isso se vê na prática generalizada do aborto, em alguns casos isolados trazidos à tona, nos quais se empregam, para a eliminação da vida em gestação, os mecanismos utilizados para a eliminação do lixo.

Se, portanto, a vida é lixo no útero, o que torna a vida humana, já em pé, diferente?

B

MANIFESTO JESUCRISTÃO

Contra a Pornocracia Global

Anualmente, mais de 1.000.000 de seres humanos são escravizados pela maior organização criminosa que existe na Terra: a prostituição.

Mais de 3.000? são os focos na Internet a partir dos quais esse crime se expande.

Contra esse número superior a um milhão, em constante crescimento anual, e esses mais de 3.000, em contínua expansão diária, nós, a totalidade das nações cristãs, nos comprometemos a:

A fechar todos os bordéis da Terra

A elevar à prisão perpétua o crime de proxenetismo e tráfico de mulheres

A proibir a venda e o aluguel de DVDs dedicados à pornografia em todo o mundo cristão

A fechar todos os sites com material pornográfico

A criminalizar a posse e a distribuição de material pornográfico na TV, em lojas, na internet e nos mercados

Fechar todas as salas de exibição de filmes pornográficos

Devolver as mulheres que se prostituem em boates, ruas e estradas aos seus países e famílias de origem

Banir a prostituição das profissões

Proibir o contato entre cliente e profissional do sexo por meio da mídia

Classificar a pederastia, a pedofilia, a zoofilia e o sadomasoquismo como demência de primeiro grau

Legislar contra policiais, políticos e juizes envolvidos nessas redes de demência

À expulsão do Estado de todo funcionário público envolvido na prostituição como cliente

Conceder todo o poder à Lei para levar a vitória da Justiça até suas últimas consequências, o que implica:

- Abolição do status de imunidade parlamentar para todos os políticos e chefes de Estado
- Revogação do status de imunidade diplomática em caso de conexão com o crime
- Criminalização das “férias sexuais”
- Fechamento de todo tipo de estabelecimento em que a mulher utilize seu corpo nu como condição de trabalho

E a adoção de todas as medidas que a Lei e a Justiça exigirem à medida que avançamos na vitória da Vida sobre aqueles que fizeram da morte do ser, física ou moral, sua pátria e sua bandeira

Declaração Final: toda compra e venda do ato sexual é um crime contra a dignidade humana.

Definição de termos:

Pornocracia é aquele sistema em que quem governa faz exatamente o contrário do que a lei determina.

Pornocracia é aquele sistema social em que o criminoso detém o poder e dita a lei.

E é assim chamado em homenagem ao sistema papal que governou a Igreja Romana durante vários períodos da história da Igreja Católica.

(Aqui, nunca se deve confundir — para evitar mal-entendidos — nunca se deve confundir Igreja Romana com Igreja Católica)

A barbárie do poder, independentemente de quem o exerça atualmente, tem um sonho universal, padronizado e totalitário: que o governado não seja uma ovelha, mas sim um carneiro, ou, o que dá no mesmo, que seja um verdadeiro idiota feliz.

O mundo está como está não tanto por causa de quem detém o Poder, mas porque o nível de inteligência dos povos desceu a um ponto mínimo crítico, abaixo do qual já não há homens, mas animais racionais domésticos.

Acreditar que o crescimento do ser humano no espírito da Inteligência dependa do Estado — e aqui nunca se deve confundir inteligência com ciência — é uma forma de auto-lavagem de memória da qual, sendo inimigo, no que diz respeito à minha, por nada neste mundo eu gostaria que outros a praticassem com os meus.

O fato é que a manipulação do Estado pelos governos tem uma influência fundamental nessa ideia de que um povo inteligente é ingovernável. De fato, o espírito possui princípios e leis próprias que são infinitamente mais perfeitas do que as leis sociais impulsionadas pelos parlamentos a serviço do Poder.

Eu, sendo uma pessoa espiritual, só posso ser um criminoso tomando como referência a norma penal que o Parlamento me impõe com o objetivo de transformar todo cidadão em um criminoso em potencial, sempre à beira do ato criminoso devido aos milhares de decretos que lhe são colocados no caminho, cuja finalidade é precisamente manter toda a nação dançando à beira do crime.

Pornocracia — dizia eu — é aquele sistema em que o Governo se apodera do Estado para se colocar à margem da Lei e, ainda assim, impor sua própria lei.

E eu disse que esse tipo de governo recebeu esse nome a partir da experiência representada pela Igreja Romana em vários períodos concretos de sua história particular, sendo o século XV seu expoente mais clássico e Alexandre VI seu exemplo mais universal.

Vemos nesse exemplo como o anticristianismo de algumas famílias sacerdotais se apoderou do Estado da Igreja Romana e, colocando-se à margem da Lei — de Cristo, neste caso —, impôs sua própria lei. Alexandre VI matou, assassinou, roubou, saqueou, queimou, destruiu, esmagou, violou, cometeu fornicação, pisoteou a Lei de Cristo de A a Z e impôs, a partir do Estado do qual havia tomado posse, sua própria lei — neste caso, de terror e abominação.

Ora, todo governo com aspirações de poder vitalício tende, por princípio, a colocar-se à margem da Lei, a revestir-se de inviolabilidade e, a partir dessa assunção de divindade, impor por um dia sua lei à nação, valendo-se para isso de algo que pertence exclusivamente à nação: o Estado.

Essa apropriação do Estado pelo governo é vital para todo poder que deseje impor à sociedade suas próprias regras do jogo — e aqui é necessário entender “jogo” como política, e política não como ciência, mas como execução de certas normas por decreto desse poder que se vale do governo para que o Parlamento aprove suas normas.

De fato, a lição do século XX sobre a política das nações nos ensinou que o político é um servo a serviço de quem financia sua carreira, e a seu senhor ele serve durante sua passagem pelo governo; daí a corrupção generalizada e a impossibilidade de avançar na direção que a inteligência sugere. Considerando os Parlamentos como um bebedouro onde todos os servos de seus senhores se reúnem para fazer cumprir a Lei da escravidão do Estado ao Poder, a esperança de que um Governo cumpra a Lei — para, com a Lei em mãos, combater o Mal em todas as suas formas — é a esperança de uma ovelha que vota em seu partido, mesmo que o Partido seja composto por verdadeiros assassinos.

O crescimento da corrupção que vimos se instalar em nossas nações durante a segunda metade do século XX provinha dessa ação daqueles que fingem colocar o Estado a serviço da Lei do “ ” Bem, quando, na realidade, por trás dessa fachada para tolos e ovelhas, o Partido no Governo se dedicava a servir a seus senhores e, de quebra, a perverter a natureza do Estado.

Já vimos a tremenda bondade que a separação entre Igreja e Estado representou para a civilização. Um dos pilares vitais sobre os quais este século fará recair seu peso será a separação entre Estado e governo.

A separação entre governo e Estado é vital se quisermos combater o mal em todas as suas formas. Enquanto o Estado é indestrutível, o governo que o manipula é passageiro; por isso, nenhum governo pode ter acesso à sua estrutura para colocá-la a serviço de seus interesses partidários particulares, que nada mais são do que a perpetuação de seu status político.

Separar a Justiça, a Educação, a Defesa e o Tesouro das mãos do Governo é o princípio existencial sobre o qual a Saúde das nações deve fundamentar os quatro pilares de seu Futuro.

O Governo tem a função política de executar as medidas exigidas pelos novos problemas que surgem ao longo do tempo. É a própria lei do crescimento ao longo do tempo que faz surgir problemas novos e constantes, que exigem suas soluções e a execução dessas respostas ao corpo social, para que a saúde da nação não seja prejudicada. A função do Governo é aplicar essas medidas, executá-las. A resposta cabe à sociedade como um todo e, uma vez que um problema tem uma única solução, mas muitas alternativas, o governo é aquele órgão político da sociedade que adota a solução adequada e a executa.

Caminhamos, portanto, inevitavelmente — mesmo que os galos cantem à tarde —, rumo a um novo status de relação entre a Sociedade e o Homem. O futuro, sendo História em Movimento, não admite objeções; caminha inexoravelmente rumo ao Fim Universal, o que implica sua orientação pela Inteligência Criadora que abriu ao ser humano o Caminho no Tempo. Em sua ignorância, o homem — e, por extensão, em sua maldade —, o poder tende, por ter sido a civilização do gênero humano exposta à ciência do bem e do mal, a buscar o controle dessa força divina que dirige a história universal contra, precisamente, essas tentativas de posse e propriedade sobre seu movimento.

E é que há coisas que podem ser e coisas que não podem ser. A busca pela alavanca para mover o universo conduziu o curso da ciência pelo caminho da loucura, cuja degeneração mais ativa observamos atualmente em sua escravidão a serviço da transgênica, da clonagem e da reprodução in vitro de uma estrela (ITER).

Será contra isso que não pode ser, a saber, que o Homem dirija o curso da Humanidade no Tempo, que o Mal, em todas as suas formas, se tenha espalhado por meio das mutações devidas e, antecipando-se ao Bem, tenha feito da tecnologia sua melhor arma de domínio sobre as nações. Caminhamos, portanto, rumo ao dia da desintegração da Rede das forças massivas que, há milênios, transformou o homem e a mulher, enquanto seres, em objetos de uso por parte do Poder.

A invasão do Mal, em sua forma de

- 1, Corrupção de Menores,
- 2, apologia à pedofilia e à zoofilia,
- 3, sadismo e criminalidade relacionada ao tráfico de mulheres,

que, na vida real, são atos perseguidos pela Lei, contra a Lei e pelo Poder, infiltrou-se em nossas casas, em nossas famílias e sociedades, transformando nossos filhos em seu campo de cultivo e nosso futuro em sua propriedade. O crescimento exponencial que essa invasão está tendo em nossos lares e famílias por parte da criminalidade mais abjeta, abençoada pelo Poder, seguindo a teoria de que um povo inteligente é ingovernável e, portanto, é necessário mantê-lo sempre em estado animal — um estado patético e deprimente, cuja consciência de ignorância, que traz felicidade, serve de base para o servo político alimentar a esperança de alcançar o Governo; tal crescimento torna necessária e concentra as forças de toda pessoa inteligente contra a perpetuação desse sistema de apologia à criminalidade em função da liberdade inerente à responsabilidade individual.

Na luta e na desintegração desse sistema de apologia, contra o qual o Poder luta nos oferecendo aquela solução de fachada que é o Filtro Anti-XXX, o Futuro avança com o pensamento voltado para o momento em que a Lei estenderá sua norma pela Rede, e os Operadores deverão eliminar da Rede, por lei, todas as frentes malignas pelas quais o comportamento de nossos filhos e filhas está seriamente ameaçado pela Pornocracia do Século XX, que deseja se perpetuar neste Novo Século e pretende se impor a nós pela força que emana dos Parlamentos.

A Lei é o cavalo sobre o qual o Futuro percorre os campos milenares e, embora a Morte seja sua inimiga e, ao longo dos séculos, mude de armas e de trajes de combate, e por sua própria inércia tenda à destruição da Lei — ou seja, do corpo social e, portanto, da Humanidade —, a Lei, conforme vimos após milênios de combate até a morte, continua imparável em sua marcha em busca da Sociedade cujos princípios motores sejam a Verdade, a Justiça e a Paz.

Nada há mais contrário ao espírito do Poder do que essa Sociedade, em cujos fundamentos a Igualdade, a Fraternidade e a Liberdade são assumidas pelo primeiro dos três pilares divinos expostos:

a Verdade. E precisamente porque a Sociedade permaneceu nesse primeiro princípio e, com grande dificuldade, concede passagem ao Segundo: a Justiça, nos encontramos onde estamos agora, nadando em um mar de corrupção social generalizada cuja maré nos engolfa e leva para o fundo de seu abismo a esperança de vitória sobre essa negação de seguir avançando e que, além disso, quer destruir o princípio da Justiça: a Verdade.

É um fenômeno, portanto, que o Governo Global nos transforme a todos em criminosos por compartilharmos e usarmos o Universo das 3W, que ameniza e compensa as diferenças entre aqueles que têm mais e aqueles que têm menos, e, no entanto, não faça absolutamente nada contra a apologia da criminalidade que, na Rede, é praticada por organizações criminosas dedicadas ao tráfico de mulheres e contra a apologia pró-prostituição que a pornocracia do dinheiro instituiu como algo natural ao livre exercício do corpo humano enquanto propriedade do indivíduo.

Esse conceito do corpo como propriedade demonstra a estupidez que o Poder impõe ao eleitor e na qual se busca cultivar sua estupidez cada vez maior. Se meu corpo não me pertence, a quem ele vai pertencer? Conceito esse que, no entanto, no caso do aborto, por exemplo, é anulado quando um dos dois corpos procriadores é excluído da tomada de decisão sobre o que lhe pertence, o corpo gerado, mesmo que seja em cinquenta por cento. E a Lei volta a demonstrar que o conceito do corpo como propriedade é uma quimera fabricada para o eleitor na medida em que este é escravo do Poder, quando o nascimento de um ser indesejado pela parte responsável por cinquenta por cento não é obrigado, por lei, a ser assumido e a ter sua existência reconhecida como real e automaticamente sujeita a todos os direitos inerentes à vida humana. Ou seja, a Lei do Poder é criminosa e propõe o crime como elemento natural de sua existência.

Ora, a Lei não pode ser universal se permanecerem à margem de sua dimensão entidades específicas que se valem do Poder para tornar a Justiça uma cega que nada vê, nada sabe e se limita a passar o prato. A Lei Universal contra a Delinquência, que se aplica à Sociedade, não limita-se por todos os lados ao Universo da Rede no qual a Sociedade está imersa, quando, a partir dela, salta para o Universo da Rede: a Delinquência. Os Servidores, portanto, estão sob o Mandato da Lei.

O Poder tende a nos criminalizar a todos, mas a Lei Universal refere-se à Luta contra o Crime, seja ele organizado ou individual, e não possui fronteiras restritivas.

Devemos definir, antes de tudo, o que é o Crime e o que é a Ofensa. Enquanto não tivermos clareza sobre o que é o crime, não poderemos definir os limites da Lei; e se deixarmos que outros os definam por nós, seremos carne de canhão — ou, melhor dizendo, carne de ovelha, cuja gordura e lã servem de alimento para bandos organizados de ladrões, a partir do Poder.

Talvez também devêssemos definir o que é o Homem e o que é o Gênero Humano. Partindo de uma ideia superficial, poderíamos estabelecer duas conexões: Homem-Crime, Delito-Humanidade.

O Crime é algo que afeta o Indivíduo, e o Delito, o conjunto de indivíduos; daí que falar em Crime contra a Humanidade seja impróprio e se diga Delito contra a Humanidade. O Crime é algo instantâneo e o Delito estende seus efeitos no tempo. Assim, por meio de seus efeitos, podemos definir melhor a diferença entre ambos: Delito e Crime.

O Crime não afeta a Humanidade enquanto tal. Mas o Delito sim, na medida em que seus efeitos prejudicam a Humanidade a longo prazo.

Seguindo essa norma, o aborto não é considerado um crime, mas sim um delito, pois, na ausência de vida consumada, entende-se que seus efeitos recaem não sobre o indivíduo, mas sobre a humanidade.

Uma ação que, sobre o indivíduo, não cause um dano mortal, mas que desencadeie efeitos que, a longo prazo, afetarão a humanidade, é um delito.

E se a Lei trata o delito da mesma forma que o crime, deixando à Justiça a determinação da Pena, a Lei deve perseguir a apologia da prostituição, da pedofilia e das perversões do comportamento sexual da humanidade que as indústrias dedicadas à prostituição, ao tráfico de mulheres, à pedofilia, ao estupro e ao assassinato em direto com fins sexuais de crianças colocaram na internet.

A isso chamamos de Pornografia Delituosa Global, da qual todos somos testemunhas, e que a Pornocracia Global — ou seja, a aliança do Crime Organizado com o Poder — disseminou diante de nossos olhos, com o agravante da submissão da Lei a essa Aliança do Poder com o Crime Organizado

Mas por que, quando falamos de crime contra a humanidade, se fala de organizações criminosas?

É evidente que esse crime se baseia no crime específico daqueles que são escravizados, diretamente, por meio de dinheiro, ou indiretamente, por influências psicossociais, para se somarem a essa criminalidade global: isenta da lei pelo poder.

Vocês não notaram um desaparecimento em massa de crianças em todas as nações? De mulheres que aparecem assassinadas por toda parte? De uma expansão imparável do tráfico de mulheres?

De onde vocês acham que isso vem?

Da Edenlândia?

A propagação da insanidade sexual, que tem na pedofilia e no estupro seguido de homicídio seu mercado, tendo encontrado um sistema de distribuição global, utiliza a vida real para transportar seu horror para a vida virtual.

Por trás da indústria pornográfica esconde-se uma rede criminosa que usa nossa anulação política para criar fortunas imensas com as quais financiar a conquista do poder e garantir que “a Cega” continue cega.

Concluindo, o poder que está em nós é o poder do eleitor. E com esse Poder devemos aprovar, por referendo universal, a lei pela qual todos os provedores rescindam automaticamente os contratos e removam de seus sistemas todas as páginas dedicadas à apologia da criminalidade sexual, em todas as suas formas, desde aquelas que anunciam serviços de “telepatia virtual” até aquelas que simplesmente dedicam espaço a tais associações criminosas.

Este é o Futuro. Tudo o que não for caminhar em direção a esse horizonte é caminhar em direção ao abismo. A decisão está em nossas mãos e o início da ação em nossas próprias casas, educando nossos filhos em sua relação com o computador de forma que vejam nesse maravilhoso instrumento uma ferramenta de trabalho e comunicação, jamais um brinquedo.

A tecnologia não é um brinquedo. As organizações criminosas transformaram esse “brinquedo” em sua arma criminosa mais valiosa. A Lei deve ter os braços abertos para o Bem e os pés firmemente plantados no chão contra o Mal. Mas como a Lei poderá distinguir entre o Bem e o Mal se a Justiça está vendada?

CAPÍTULO QUARTO

REVOLUÇÃO NAS SALAS DE AULA POR UM CONSELHO NACIONAL DE PEDAGOGIA

O homem, na medida em que é filho de Deus, é liberdade, inteligência e vontade. Pela liberdade, ele não se submete a nada além da Lei; pela inteligência, não se deixa governar por nada além da Verdade; e pela vontade, é uma Revolução sem fronteiras que mantém seu Ser e seu Mundo em constante crescimento.

Sendo seu Princípio a Imagem de seu Criador e seu Fim ser um filho de Deus, o Homem, enquanto Ser, é muito mais do que um animal político. O animal político — na medida em que representa uma redução do humano à esfera da política — nada mais é do que a degradação do ser humano à condição das bestas, em cuja selva o político pretende impor honra e dignidade da mesma forma que um prisioneiro deve tornar sua vida mais suportável para não sucumbir.

A importância dessa realidade observamos em toda a sua magnificência na contínua e constante perversão manipuladora da Formação do Homem que o poder político executa; nesse processo, o Poder, embora legal, mas desviando essa legalidade para uma organização criminosa, corta as mãos do corpo que tem a função histórica de realizar essa Formação; sob essa pressão, o Poder Político transforma o

ser humano em um ente sem forma, a ser moldado à imagem e semelhança de seus interesses ideológicos, privando, assim, o Homem dos três pilares de sua personalidade: Liberdade, inteligência e vontade.

Um homem forjado de acordo com padrões políticos é uma pessoa privada do mais sagrado de seus poderes: a Liberdade. Com a mente marcada pelo ferro dos interesses temporários do Poder mutável, a consequência dessa marca em sua testa é a incapacidade de exercer os poderes da inteligência de acordo com a liberdade inerente ao Ser — liberdade da qual foi privado devido à manipulação política a que ficou sujeita a formação de sua inteligência.

Privado de sua liberdade e com a inteligência manipulada, sua vontade é uma expressão distante do poder que a própria vontade implica. Essa anulação da força mais poderosa do indivíduo se manifesta em sua incapacidade de, sabendo que o uso de uma coisa destrói sua existência, dizer “Não” a ela e, assim, entregar-se ao suicídio por si mesmo.

Não vamos demonizar nenhum sistema social, pois, como observamos, todos os sistemas sociais tendem, inexoravelmente, a manipular o processo de formação da inteligência humana, a fim de proceder à produção em série de um cidadão feito à imagem e semelhança do Poder que o governa. O foco está em pôr fim a essa perversão do sistema social, pela qual o Educador e Formador é privado de sua natureza e obrigado a abdicar de suas funções em favor do poder político.

Nada há mais contrário à Formação do Homem do que a escravidão do Corpo Pedagógico sob as botas dos governos das nações.

A Verdade, sendo universal e a seiva da qual se nutre a Inteligência, não pode ser um rio em cujas águas os governos de turno despejem o veneno de suas manipulações, a fim de se perpetuarem no Poder por meio de uma lobotomia em série do cidadão do futuro.

A Verdade implica a tomada de posse do Ministério da Educação pelo Corpo de Educadores, aos quais, no Conselho Nacional, cabe manter a Formação da Inteligência Humana e o Crescimento da Civilização em perfeita harmonia evolutiva.

Esse Conselho, formado pelos Educadores das diferentes etapas — Escola, Instituto e Universidade —, colocará em discussão as necessidades para a adaptação do sistema educacional político — submetido ao escravismo ideológico — ao sistema educacional universal, cujo objetivo é a Formação da Personalidade do Homem com base nos três pilares de seu ser: Liberdade, Inteligência e Vontade.

Essas medidas serão aprovadas por referendo universal, tanto no que diz respeito às transformações educacionais quanto às expansões materiais, e prevalecerão sobre qualquer outra razão de Estado.

Vimos e continuamos vendo como o animal político tende, por inércia homicida, a manipular a Educação, degenerando-a em qualidade e limitando o acesso aos níveis superiores, embora jure que é pelo bem da liberdade. Não vamos dizer que a Esquerda seja especialista em demolir toda formação que implique a inteligência e a liberdade da vontade do homem, pois isso é algo que se observa em todo o mundo. Também não vamos absolver a direita por fazer o mesmo, embora a superioridade de seu método seja mais perfeita, já que se vê que toda a esquerda sai das escolas da direita, e das escolas da esquerda não saem senão os eleitores. Ambas procedem, em maior ou menor grau, à perpetuação do mesmo delito, ou seja, afastar os profissionais da Educação da organização do Sistema de Formação do Homem.

Se o Mal é um Todo composto de partes, essa alienação do Corpo Pedagógico em relação à necessária adaptação do Ensino à evolução da Civilização — sempre em progresso tecnológico e cognitivo — ocupa uma parte de dimensões colossais. A ciência política, tendo degenerado em uma razão própria dos animais, elevando a razão de Estado ao conceito de instinto próprio de uma fera, não tem outro fim nem outra lei senão sua própria subsistência na selva em que se criou.

O Homem, no entanto, está infinitamente além dos valores conjunturais de uma organização privada de indivíduos que, sob a forma jurídica de associação pública, não esconde senão razões antinaturais, entre as quais a manipulação da Formação do Ser Humano figura como meta prioritária. Ora, o fim da Formação do Homem, que é natural ao Corpo Pedagógico, é o nascimento de uma Pessoa Livre, que, por sua liberdade, não é governável senão pela Lei; por sua Inteligência, senão pela Verdade; e por sua Vontade, senão pelo Bem Universal.

Não vemos que esses três pilares, princípio e fim da Educação do Homem, figurem em nenhum lintel de nenhum Congresso, de nenhum Parlamento. E não figuram porque esse Homem é o inimigo número 1 de toda associação privada que, sob denominação pública, tem por fim viver às custas das Riquezas das Nações.

A ausência do Homem enquanto ser decorre, portanto, da alienação do corpo pedagógico do poder que lhe é próprio por lei natural, ou seja: o Conselho do Ministério da Educação, a partir do qual se deve manter vivo o Sistema de Ensino, propondo todas as medidas, materiais e científicas necessárias, e submetendo sua aprovação à Sociedade por meio de referendo universal. Somente por meio dessa relação entre a sociedade e o Corpo Pedagógico é que pode surgir uma dinâmica revolucionária de inter-relação constante entre a sociedade e o referido Conselho Pedagógico Nacional.

Uma vez em andamento, cabe certamente à Administração do Estado ocupar-se da concretização das medidas aprovadas em referendo, e nenhuma medida pode ser aplicada se não for assinada pela Sociedade do Eleitor em pleno, fechando assim toda e qualquer via para a perversão desnaturalizante do Corpo Pedagógico em uma associação política.

O Princípio da Educação do Homem é o Ser.

Cabe à Sociedade dos Eleitores em pleno articular o Sistema Público, limitando a intervenção privada a partir do momento em que a Especialização envolve grupos privados e, portanto, uma vez formado o homem enquanto homem, há liberdade — sem que isso implique intervenção no Conselho Pedagógico — para proceder de acordo com a necessidade específica do setor. Mas o processo pedagógico de formação do ser humano não pode, sob nenhuma circunstância, servir de motivo de distinção entre o privado e o público, exceto na definição do material e do espiritual, devendo todo o sistema aderir ao Método Universal de Formação do ser humano à Imagem de seu Criador, ou seja, para ser livre, inteligente e criador.

Pela Liberdade, ninguém pode subjugar e reduzir o Homem à escravidão, física ou mental;

pela inteligência, ninguém pode manipulá-lo, nem politicamente, nem cientificamente, nem religiosamente;

e, em nome da vontade, ninguém pode subjugá-lo, transformando-o em seu pior inimigo.

Eis o Homem, e uma vez formado: seu futuro e o futuro da Humanidade serão as duas faces da mesma moeda.

A revolução que se clama nas salas de aula e a partir delas, quanto mais for adiada, mais sangrenta será, posteriormente, a queda do muro erguido entre o Homem e sua Formação pelos interesses que

herdamos ao longo dos séculos. Os políticos e seus associados em organizações privadas, sob a máscara do público, se veem obrigados a se rebelar contra uma Necessidade que coloca nas mãos da Sociedade algo que é prioritário para ela: a formação de seus filhos, para além do futuro de seus próprios filhos.

O futuro é o Homem que existe em toda criança, e esse Homem é a razão suprema, o horizonte, o princípio e o fim do Ensino. Uma vez que esse Homem esteja em plena posse de suas faculdades mentais, físicas e intelectuais, ele decidirá por si mesmo sua participação na Sociedade da Plenitude das Nações.

A tarefa de todos é traçar ao redor da criança um círculo de proteção para que nenhum ladrão roube o Homem que ela carrega dentro de si e, sobre esse círculo, erguer uma muralha contra aqueles que não apenas querem roubar o homem que vive nela, mas que, além disso, buscam matar esse homem e transformá-lo em um fantasma a serviço de uma causa criminosa.

Uma vez definido o Fim, o Princípio é começar a agir.

A

O Futuro do Livro

Certamente, o sistema pedagógico herdado do século XX tem como finalidade a perpetuação do estado animal do homem. De fato, a base sobre a qual está estruturado o edifício político das nações tem na animalização dos eleitores seu eixo de ação; não vamos entrar em uma longa cadeia de acusações e buscas por causas; o mundo é como é e o que importa é revolucioná-lo, adaptá-lo ao Novo Milênio, transformar o conjunto de suas relações e articulá-las de acordo com a nova realidade biohistórica que estamos vivendo.

O fator de mudança revolucionária, cuja força motriz não admite hesitações e diante do impulso do qual os sistemas políticos do século XIX, herdados do século XX, se mostram incapazes de agir, oferecendo como única resposta a repressão, a manipulação e o neoescravidão, tem por natureza a ruptura da expectativa de vida do homem. Vemos, no entanto, que nenhuma das estruturas sociais baseadas no modelo pós-medieval — que seus herdeiros chamaram de “moderno” — percebeu esse fato e se moveu nessa direção. Mais ainda, não só as sociedades continuam ancoradas no sistema “Moderno”, como a repressão contra a adaptação à Tecnologia e suas consequências sobre a mente e o corpo humano — algo que a Escola clama a voz em alto — é respondida por meio de uma alteração na qualidade do Método de Ensino, além de um abandono das infraestruturas Escolares, levando essas duas causas à transformação do centro de Formação do Homem, enquanto Indivíduo, em verdadeiros centros de autodestruição controlada do espírito do Indivíduo.

Mas não é apenas o instinto do animal político, a boca faminta sob cujo rugido a escola se torna um campo cercado onde o rebanho de eleitores e trabalhadores é mantido em boas condições, naquilo a que chamam de Estado de Bem-Estar, a fim de manter as classes governantes gordas e dinâmicas. São os senhores dos partidos políticos que, tendo feito da Escola seu negócio, são os verdadeiros inimigos da transformação revolucionária do Centro Escolar, em todos os níveis, impedindo a transição do livro de papel para o Livro Digital.

Não é preciso destacar a distância que esse salto irá criar entre o século XX e os que estão por vir. A liberação das despesas familiares, reduzidas à sua expressão digital, tornando mais acessível a passagem das gerações pelo Sistema de Ensino, implica o colapso de sistemas privados de riqueza que,

a qualquer custo e correndo todos os riscos, estão dispostos a impedir que esse salto ocorra. Mas sua tentativa está condenada ao fracasso, e chegará o dia em que um livro eletrônico será todo o material que um aluno levará para a escola, e a escola disponibilizará o livro digital.

Sabemos com certeza que a transição do formato clássico, em papel, para o digital encontra-se em fase experimental e que, tanto pela pressão dos servos da riqueza — que, a partir dos Congressos, paralisam essa transição —, quanto pelo próprio formato, ainda estamos escravizados às leis de um mercado que, para todos, mais cedo ou mais tarde, nos levaria à destruição da sociedade. Basta criar um suporte material de duas folhas, que se abra exatamente como um livro e no qual se possa ler o livro digital à semelhança do livro clássico.

Tão simples que a impossibilidade de criá-lo nos faz perceber o imenso peso das correntes que suportamos como consequência da submissão dos Congressos aos verdadeiros senhores daqueles que dizem ser os representantes do Povo e das Nações. Tão revolucionário que o simples fato de pensar na existência universal dessa criação do nosso século faz com que os senhores dos Congressos tremam e, por todos os meios, continuem buscando manter em estado perpétuo de abortamento essa nova criatura do século XXI.

Temos todos os meios tecnológicos para dar forma e corpo a este Novo Livro, uma evolução revolucionária de sua espécie, cujo nascimento ganha vida com o selo sob cujo signo pereceram os dinossauros. É lógico que esses dinossauros editoriais, que vivem de nossa necessária escravidão aos seus meios de produção, se oponham com todos os seus poderes e riquezas a esse salto, mesmo que sua existência, assim como a dos dinossauros em sua época, acarrete a extinção de todas as árvores do planeta. É lógico, portanto, que sua queda dê lugar ao nascimento de uma Nova Era.

De todas as transformações estruturais que precisamos concretizar para adaptar nossa Civilização ao Nível de Inteligência e Tecnologia de nossa Sociedade, esta, na verdade, é de uma prioridade histórica decisiva, tanto quanto — ou mais do que — a transição da energia fóssil para a solar.

As próximas décadas prometem, portanto, ser dignas de serem vividas, e a experiência será ainda mais emocionante se fizermos parte dela.

B

A Ciência do Bem e do Mal

“A experiência é a mãe da ciência”, dizem. E dizem tantas coisas! Mas, apesar de nossa extravagância excêntrica, a verdade tem razão. Não sou eu quem diz isso, é a experiência quem diz. Sem dúvida alguma, é por isso que o maior autor que conheço pessoalmente — ao lado do qual nossos ensaios são mera imitação —, já que a última palavra havia sido dita, fez da experiência a mestra na Ciência do Bem e do Mal.

Pode ser que um observador, embora envolvido a partir de seu ponto de observação, possa, digo eu, sentir em seus nervos o fogo avassalador que, à vítima da injustiça, provoca mil dores de cabeça e faz seu cérebro explodir até a loucura: a injustiça!

Mas quem realmente sabe o quanto dói uma dor de dente é aquele que está sofrendo com ela. Assim, Deus, e porque foi colocado na encruzilhada — já que não quisemos de Sua Sabedoria uma

mestra na Ciência do bem e do mal —, nos entregou à experiência para que, por meio dela, soubéssemos o quanto dói uma dor de dente e por que Ele odeia com todas as suas forças essa Ciência.

Quero dizer, se conseguir, que nem sempre a vontade corresponde à habilidade, que, após cerca de seis milênios, como Gênero Humano, sofrendo dor de dente, somente a um demente se pode perdoar dizer que o Bem e o Mal não existem. Mas, infelizmente, aqueles que se proclamam sábios, em nome da ciência, são precisamente aqueles que afirmam que o Bem e o Mal não existem.

Simplemente por negarem que o Bem e o Mal existam e por transformarem todos os males da Humanidade em uma lei subjetiva, uma relatividade objetiva sem valor de lei, esses sábios do Neo-Ateísmo Científico do século XX, cujos discípulos reinam alegremente no alvorecer deste novo século, são os maiores loucos que existem; a tragédia é que são os ganhadores do Prêmio Nobel e, de suas cátedras, impõem sua loucura ao resto da humanidade.

Isso, embora pareça um apelo proferido sem meias palavras, é a minha verdade.

A saber:

Não pelo Poder, mas pela experiência-mãe da ciência, Deus estabeleceu a Justiça na Lei da “Não aceitação de pessoas” e na “Não exceção à Regra”, pela qual todo ser vivo é responsável por seus atos perante a Justiça. E tanto é assim, já entrando com toda a seriedade, que até o próprio Filho Unigênito de Deus dobrou os joelhos, glorificando assim a Lei da Eternidade diante de todo o Universo; tanto mais poderosa foi a Lição e eficaz sua Escola quando, sendo esse Filho de Deus — todo-poderoso para neutralizar o braço da Lei —, Ele se despojou de Sua Força e aceitou as consequências de seus atos. Pois, de acordo com a Lei, qualquer hebreu de nascimento que não seguisse os passos da Aliança firmada por Moisés entre Deus e os filhos de Abraão deveria morrer enforcado na cruz. Quem, como Ele, poderia ter se livrado daqueles que foram buscá-lo, se, com sua única Palavra: “Eu sou”, seus perseguidores caíram de joelhos! Mas a Lei era Divina, e a exceção que Ele estabeleceria abriria um buraco negro no coração da Justiça.

O fato é que um mundo sujeito à Lei da excepcionalidade e à Justiça partidária é um mundo que caminha para sua ruína e desaparecimento da face do Espaço e do Tempo. Por isso, Deus articulou a Lei de uma vez por todas, dizendo: “Se você comer, morrerá”.

No entanto, este não é o lugar para teologias. Eu disse antes que a experiência é a mãe da ciência, e a ela me remeto. Não apenas eu, mas a História da Humanidade. E é a partir dessa experiência milenar que concluímos, afirmando que toda imunidade, seja ela de que espécie for — diplomática, parlamentar, eclesiástica, monárquica, científica, além daquelas que tenham sido inventadas, todas sem exceção —, constitui o núcleo mortal, maligno, criminoso e homicida do qual se originam, como ruínas, a corrupção das nações e a queda das civilizações.

Razões contra a aplicação da Lei em seu contexto eterno?

Todas aquelas que o criminoso que se beneficia dessa exceção quiser inventar. No fim, como no início, a verdade é uma só: ao pão, pão; e ao vinho, vinho:

Toda imunidade se refere a um criminoso em potencial e é defendida por um delinquente em atividade. A sociedade que vive sob o jugo desse imperativo sofre as consequências:

Corrupção, injustiça, criminalidade proveniente do poder e em nome do poder...

... e, à medida que aumentam os sintomas e o número daqueles que vivem no âmago do Mal e alimentam seu Futuro, o Presente torna-se cada vez mais pesado e a ruína do Estado, escravizado ao Poder de tal núcleo maligno, torna-se cada vez mais rápida.

A resposta a um corpo infectado por esse mal, cujo histórico clínico está registrado nos anais do mundo, é uma resposta imunológica amplamente conhecida. Falando claro, de uma vez por todas:

Abolição de todo tipo de imunidade e declaração de responsabilidade universal perante a Justiça.

É preciso compreender que, assim como o Diabo declarou guerra a Deus por estabelecer essa Lei ad eternum et ad infinitum, aqueles que se beneficiam dessa criminalidade legalizada se levantarão com repulsa contra todos que defendam essa Revolução. Ora bem, se o inferno não cuspiasse fogo, não seria inferno, e se a serpente não injetasse veneno, não seria serpente. Como disse aquele sábio: nada de novo sob o sol.

Embora, corrigindo-o: Nós estamos aqui.

E somos nós em quem toda a criação vem depositando sua expectativa e sua Esperança, com o coração na boca, ansiando ver de nosso espírito um único gesto: joelhos no chão, e ouvir de nossos lábios uma única palavra: “Sim”, agora e para sempre, quem comer, que morra. Consequentemente:

Todo juiz que for flagrado concedendo exceção e aplicando exceção, seja a si mesmo ou a seus pares, seja expulso do Tribunal de Justiça, privado de todos os seus títulos e levado perante um tribunal, respondendo por seu crime de rebelião contra a Lei.

Todo servidor da Lei que, no exercício de seu cargo e em virtude dele, aplique ou conceda exceções: seja expulso de seu cargo e submetido a julgamento pelo crime com base no qual aplicou a exceção, e por rebelião contra a Lei.

Todo cientista e sábio que invocar exceção para seu trabalho perante a Lei será expulso de seu cargo, privado de todos os seus títulos e levado perante os tribunais para responder pelo crime e pela exceção sob a qual ele foi cometido, colocando-se acima da Lei.

Todo clérigo, seja qual for o seu grau, que cometer crime contra a Lei seja expulso da igreja, julgado por seu crime e por rebelião contra a Lei.

Todo político que, contrariamente ao seu cargo, se valha dele para cometer delitos, seja destituído de seu cargo e submetido a julgamento pelo delito cometido e pela rebelião contra a Lei.

“Todo aquele que come, morre”.

Todo homem, independentemente de sua condição e status social, que se colocar acima da Lei, corrompendo-a, seja julgado por seu crime e por rebelião contra a Lei.

A Palavra de Deus é uma e única, é eterna e onipotente, e diz: Todo ser vivo é responsável perante a Lei por seus pensamentos, suas palavras e seus atos. Não há Filho, não há Servo, não há Esposa, não há Cidadão, não há ninguém que esteja fora desta Lei: Quem come, morre.

Ontem, Hoje e Sempre: “SIM”.

No que diz respeito à implementação de um programa dessa natureza, parece totalmente evidente que somente separando a Administração da Justiça — ou seja, dissociando do Corpo da Justiça e da Lei a intervenção do Poder Político, em virtude da qual os governos elevam às cúpulas dos órgãos judiciais e policiais os cúmplices com a ajuda dos quais, sob o pretexto da excepcionalidade, cometem

todo tipo de delitos e crimes amparados pela Razão de Estado; é evidente que, enquanto essa intervenção existir: a Justiça será o que tem sido até agora, a prostituta corrupta dos parlamentos, a amante assassina das monarquias, a serva maligna dos ditadores.

Não menos evidente é, seguindo essa linha de raciocínio, que, em um Estado e em uma sociedade onde a Verdade é a raiz de todos os bens e a fonte de todas as justiças, toda organização secreta cuja existência esteja sujeita ao estado de exceção — em virtude da qual a Razão de Estado transforma a Lei em uma farsa — é, pelo mero fato de sua existência, uma organização criminosa.

A Lei, de fato, só pode ser real quando, em seu próprio seio, não reside uma organização criminosa; mas se a própria Lei contém uma organização de assassinos “a soldo da Razão de Estado”, como exigir que a Lei combata o crime quando os maiores criminosos que existem vivem em seu próprio seio?

Uma civilização, sociedade e Estado que desejam viver sob a justiça são incompatíveis com a existência de organizações secretas com “licença para matar”.

A Necessidade fala por si mesma:

Dissolução das organizações secretas a serviço de uma Razão de Estado com licença para matar.

A Razão de Estado é a exceção que se rebela contra a Lei para fazer com que coexista no próprio corpo do Estado o crime organizado contra o qual a Justiça ergue seu braço. Mas se é o Estado o “ ” que mantém um serviço secreto com licença para matar, sua Razão é contra a Lei; essa Razão é um crime, e aqueles que se valem de sua excepcionalidade são “delinquentes”.

A Razão de Estado, conseqüentemente, é o argumento que as organizações criminosas — sejam elas monárquicas, políticas, ditatoriais, teocráticas ou de qualquer outro tipo — impõem com a força do crime perfeito, aquele que fica impune diante de uma justiça que segue a ideologia daquele que disse:

“NÃO, vocês não morrerão,

sereis como os deuses,

conhecedores do bem e do mal”.

CAPÍTULO QUINTO

ORIGEM DO PODER POLÍTICO E ONTOLOGIA DA SOCIEDADE

I

O Futuro do Ateísmo Científico

A escravidão do homem tem sua origem no fratricídio. Ninguém me negará que a raiz — deixando agora de lado o caráter filo-teológico-histórico do tema — do assassinato de Abel por Caim teve sua lógica na Necessidade — a Razão de Estado que justificava a usurpação da Propriedade e do Ser de Abel, com cuja consumação criminosa Caim esperava obter a força ontológica e os recursos materiais para fins pessoais próprios, não compartilhados por Abel; e, como não eram compartilhados e a ambição de Caim era superior à oposição de Abel à sua realização: Caim levantou o braço contra seu irmão, autojustificando seu crime com a razão de “Eu sou o Governo, eu sou o Estado”.

Esquema que vimos se repetir, desta vez em cenário público, na batalha entre Jesus Cristo e os judeus.

Sem ir muito longe, observamos que, no socialismo do século XXI, esse esquema se repete, onde a democracia é usada para impor essa privação subsistencial que tornará a ditadura preferível à penúria, provocada, no entanto, pelo aspirante a ditador. O diabo não é astuto?

Segundo a Bíblia, segundo Deus: esse foi o início da escravidão. Pois entende-se que, se Abel resistiu até a morte, preferindo morrer livre a viver escravo, outros não tinham tanto amor pela liberdade e se ajoelharam.

Esquema histórico contra o qual se vê e se compreende que era necessário que o Império contratasse Darwin para destruir essa Verdade e impor a escravidão como “realidade natural do homem”. Em “A Origem das Espécies”, resgatou-se do esquecimento “a divisão da Natureza Humana em escravos e livres (fortes e fracos – Aristóteles)”, razão pela qual qualquer ato de resistência do Povo (o fraco) ao Poder (o forte) é um crime contra “a Lei da Natureza”.

É lógico! Como Deus nega a existência de “duas espécies humanas” dentro do Gênero Humano e afirma que a Escravidão se baseia no crime de expropriação pela força — transformando a força na raiz do Estado e do Poder, privando a Natureza de sua universalidade para torná-la escrava dos interesses do “Estado” — e como Deus não abençoou esse crime, era natural que o Império do Crime recrutasse a Ciência para que, a serviço de seu senhor, o Estado, concordasse em negar a existência de Deus: a fim de fundar assim a doutrina sobre a origem da escravidão na natureza do homem, do universo, do cosmos e, por extensão, na Natureza da própria Sociedade, tornando-se essa doutrina das duas espécies o substrato para a articulação de um Direito Social sobre , cuja base estabelece a Legalidade da Propriedade do Homem sobre a Natureza, com a consequente necessidade do Direito ao uso da Força com base na defesa dos interesses inerentes a esse Título.

E já que estamos nisso, para dar o toque final à pedra de moinho com a qual as escolas ateístas passariam a concordar daí em diante, substituindo “Evangelho” por “Teoria”, o Homem seria libertado da escravidão e da opressão graças à ascensão do ateísmo ao poder, sob cuja lei suprema — a utopia do Império Socialista — as nações alcançariam a liberdade. Infâmia que se revelou em toda a sua força assassina quando Stalin fundou o Socialismo Darwinista sobre o túmulo da Revolução Russa, e Hitler seu Nacional-Socialismo Darwinista sobre os mesmos fundamentos para a construção de um Poder Genocida e Geocida; quanto aos efeitos disso, o Século XX é o discurso mais firme contra o vírus esquizoide caínico que o Sistema Darwinista carrega em seu seio, o qual, em resumo, nada mais fez do que ressuscitar a Teoria Escravista-Aristotélica contra a qual o Cristianismo se levantou, revestindo-a, é verdade, de uma forma nova com o objetivo de apagar da consciência do Forte, Caim, a resistência à Lei pela qual o Forte deve sacrificar o Fraco em prol da subsistência de seu Estado.

Pois, em definitiva, que a Vida começa em uma Semente e, como uma Árvore, se desenvolve do mais primitivo ao mais complexo; só um ignorante não compreenderia isso. E, no entanto, como o Cristianismo vinha dizendo desde seu início, estávamos todos presos na Ignorância.

A luta da humanidade desde o quarto milênio a.C. até os dias de hoje: o que tem sido senão uma batalha sem fim para sair da ignorância? Mas é um sintoma típico do gênio esquecer que, em algum momento, ele próprio foi um ignorante de primeira. E, no entanto, enquanto dava seus passos em direção à saída do túnel, ele não perdia tempo em julgar todo o mundo anterior à sua descoberta, acusando-o de ser o que quer que fosse e continuasse sendo: um mundo de ignorantes lutando com sangue e fogo para sair da ignorância. Basta ler uma história da ciência para ver que todos os sábios tropeçaram nessa pedra.

E percebe-se, ao ler a História do Século XX — que ainda está por ser escrita, mas para cuja realização os historiadores terão de esperar que morram os atuais senhores da política das superpotências, tendo um deles chegado ao ponto de transformar em lei a proibição de escrever a História de sua nação, e aí daquela Politovskaya que ousar se meter na criminalidade!; e porque a História existe apesar desses presidentes eminentes e todo-poderosos deste início do Século XXI, fica claro que, de Aristóteles a Darwin, a Civilização deixou para trás infinitos mortos, alguns deles muito

eminentes, mas que, ao que parece, não serviram de nada ao cientista inglês na hora de revestir com um novo traje a famosa divisão da natureza humana em duas espécies: a dos Escravos e a dos Livres, agora chamadas, pomposamente, pela que seria a dialética-mãe do nazismo: Fortes e Fracos.

Mas se há algo que surpreende o observador e o estudioso das questões humanas é ver como “os Fracos” concederam aos “Fortes” esse direito de executá-los em massa — lembre-se da Segunda Guerra Mundial —, e aceitaram como Lei Natural esse crime contra a humanidade que é o nazismo darwinista da divisão do gênero humano em duas espécies, que no capitalismo se transforma em Pobres e Ricos.

É difícil determinar se “os Fracos” agem assim por covardia, preferindo viver de joelhos a morrer de pé, ou se simplesmente foram lobotomizados por um Sistema Educacional submetido a um ateísmo científico que, em nome do Progresso, exige do homem a anulação de seu Ser, seja por meio de sua transformação em Trabalhador, em Ovelha ou em um simples Animal Racional Doméstico: cuja existência consiste em comer, beber, acasalar e morrer sem mancha. Amém.

O que não é difícil determinar é que o Sistema Educativo, dependente do Poder, ou seja, do Forte, como se vê nas nações atuais, tende, por necessidade de sobrevivência, a impor à força seu Manual para a lobotomização das massas, sendo seu primeiro objetivo a anulação do Ser na Pessoa e do Aluno, para o que deve-se implantar nele, desde jovem, a Teoria da Divisão das espécies no seio da Humanidade como um Fato indiscutível e fora de toda discussão. Daí se percebe que o discurso de Caim vem se adaptando às épocas, sempre com o intuito de transformar a força humana em meio de Poder para impor aos demais povos o império da vontade do “Eu sou o Governo, eu sou o Estado”.

E ninguém acreditará que aquele cuja riqueza e poder têm origem na expropriação dos bens de seu irmão, por meio de homicídio, tenha qualquer complexo na hora de assassinar todo aquele que cruzar seu caminho. Se alguém duvidar disso, não choraremos sobre seu túmulo quando ele for a próxima vítima.

Não é, a fim de deixar o passado para trás, a Propriedade que deve ser abolida, mas sim o domínio de um homem sobre outro quando, ao transformar o Governo em uma Propriedade, ele expropria por meio do uso da Força do Poder.

Combatendo aqui preconceitos e mal-entendidos, a Propriedade é um direito inalienável do ser humano; o que se repudia é o ato de expropriação do ser em nome do interesse do Estado, que exige o uso da força, constitui crime, e sua impunidade abre, no seio da Justiça, o princípio do fim da Lei.

Mas enquanto essas circunstâncias persistirem, a herança dos milênios é mais forte do que o indivíduo, e a História se repete. Para que isso não se repita, qualquer sociedade que deseje que a Civilização cresça imune ao delírio caínico deve agir em duas frentes: sobre o indivíduo na Escola e sobre o homem na Sociedade.

Sobre o indivíduo, para que o ser, enquanto Ser, se erga como pessoa contra qualquer impulso inconsciente herdado, efeito de milênios acorrentados à escravidão do Império do Crime, fundado por Caim e espalhado por toda a Terra pelas Coroas, sob cujas dinastias homicidas o ser humano percorreu seu caminho até nós, tendo nossos pais conquistado a liberdade à custa de sangue e sacrifício.

Uma experiência de milênios marca o inconsciente e somente por meio de uma Educação voltada para a Formação do Homem enquanto Ser — não como Trabalhador, nem como Cidadão, nem como Profissional, nem qualquer uma das desculpas que o Poder inventa para perpetuar seu status de escravidão —, mas uma Formação do Homem enquanto Pessoa dotada de todos os Atributos inerentes ao Ser, sujeito de todos os direitos e protagonista de todos os deveres, é que, sem violência, pode abrir caminho para uma civilização na qual cada pessoa é, por si só, um universo, um mundo, um ser vivo

investido de todas as propriedades do espírito criador, não manipulável e incapaz, por sua própria natureza, de manipular seu semelhante.

No âmbito social, uma civilização edificada sobre o espírito criador da Pessoa — e não sobre a força humana como plataforma de crescimento — deve basear-se em dois parâmetros inegociáveis, que são os dois pilares da Liberdade.

Ou seja, olhando para o futuro:

Toda pessoa que atinge a aposentadoria tem o direito legítimo e natural de participar de todos os bens da civilização com absoluta liberdade e garantia de exercício. Esse é o sentido da Propriedade Pública.

Como chegar a uma civilização governada por um direito que garanta o usufruto de todos os bens públicos por parte da pessoa, não como beneficência, mas como direito ativo, é outra questão. Mas não é uma questão utópica, assim como não o é o horizonte que se abre para o pioneiro; o futuro está nesse horizonte, e os problemas: no caminho. Ora, o que é covardia é não dar o primeiro passo.

Nesse sentido, toda expropriação da Propriedade construída com o esforço e a riqueza de todos é um crime contra a Civilização e um atentado contra esse Direito do Futuro da Pessoa.

Chamavam-no de Liberalismo e cometiam seu “crime” democraticamente, como se o assassinato deixasse de ser tal quando cometido “democraticamente”.

Na trajetória de crescimento, ou seja, na Formação do Homem enquanto Pessoa, cujo Ser criador se desenvolve pela lei da Natureza, e não pela coação do Poder, a Liberdade é a mesma. De modo que... a Sociedade tem o Dever de colocar todos os meios públicos à disposição da Infância e da Adolescência, disponibilizados gratuitamente pelos pais para seus filhos e desfrutados livremente pelos filhos como legado de seus pais.

Entende-se que a Propriedade Privada e a Razão Privada existem como Razão de Comportamento do próprio Ser, que, já formado, define-se pela Natureza Criadora do espírito do Homem, cujo desenvolvimento implica meios privados, posses pessoais e, no exercício dessa Ontologia Social, ele é o Entidade sobre a qual o Sistema Social baseia sua própria existência.

Obviamente, estamos diante de uma Revolução Ontológica que foi retardada pelo século XX em decorrência da tentativa frustrada de geocídio que as superpotências da época executaram contra a biosfera, que não se consumou, mas danificou sua estrutura. E que, como consequência, provocou a propagação incontrolável do câncer e o enfraquecimento do sistema imunológico humano sob o efeito da ultra-quantificação do corpo biosférico, sob o ataque das 50 a 60 mil bombas atômicas detonadas durante a Guerra Fria.

A realidade é que ainda estamos confinados dentro das fronteiras de “um século de expectativa de vida”. À luz de nossa Civilização Atual Viva, os cânones e as leis que constituíram a norma social do século XX não só são nefastos, como representam um ataque direto à existência do Homem enquanto Homem. Existência cuja defesa foi abandonada pela própria ciência geocida do século XX, que agora, após ter analisado o corpo biosférico por meio do teste termonuclear, quer lançar-se sobre o corpo genético humano, submetendo o Ser do Homem à mesma experiência destrutiva.

Frankenstein Mengele não é um mito, é o espírito do ATÉISMO CIENTÍFICO!

A união entre Ciência e Poder segue por aí cegando as nações e desviando a atenção do crime de geocídio cometido por essa mesma união adúltera. Algo que o casal do século XX pretende alcançar por meio da astúcia política de concentrar a atenção do século XXI na Mudança Climática, desviando o pensamento da Origem do Aquecimento Global desencadeado pela Ciência do século XX sob o pretexto da Guerra Fria.

Até mesmo um burro percebe que a Mudança Climática é inerente à própria estrutura da Terra. A questão não é a Mudança Climática, mas a Origem do Aquecimento Global. A Academia dos Prêmios Nobel, colega dos geocidas que detonaram entre 50 e 60 mil bombas atômicas — do tipo Hiroshima e Nagasaki — contra o corpo da Biosfera, e, na qualidade de cúmplice: a Academia dos Poderes que colocou em suas mãos esses 500 a 600 megatons, aderiu ao engano do Profeta Americano, a quem foi concedido um Nobel para que a Mentira se imponha e se feche a porta para a Verdade. Ora, eles precisam nos dar explicações sobre os efeitos radioativos causados ao ser humano por esses 500 a 600 megatons.

Cegueira, câncer, tuberculose e doenças que se acreditava terem sido vencidas voltaram ao campo de batalha devido ao enfraquecimento do sistema imunológico exposto à radiação liberada por essas 50.000, 60.000 bombas atômicas.

A culpa é do tabaco! — é claro.

Os aerossóis de uma Índia mais pobre do que ratos — Claro!

Cada um, na hora certa, lida com o que lhe cabe — diz o provérbio. Nós, deixando de lado a descrição do caminho, nos concentramos na meta. Ou será que alguém sai caminhando sem ter um rumo definido? Antes de liberar as águas, é preciso abrir caminho para a enchente; caso contrário, as águas se descontrolarão, inundarão tudo, provocando caos e destruição, quando bastaria traçar um rumo para que as águas, por seu próprio peso, alcancem o mar.

A precipitação não é boa e agir sem inteligência é um suicídio. Se o Faraó tivesse esperado que Moisés atravessasse as águas, além de se salvar, ele não teria alcançado seu objetivo? Mas é próprio do ateísmo não ver o que se abre diante de seus olhos e, contrariamente ao seu credo, acreditar que o que se abre para quem acredita continuará a se desenvolver para aquele que, vendo o que não quer acreditar, persegue a destruição daquele que vê porque acredita.

O fim do ateísmo, consequentemente, é seu desaparecimento da face da História.

Continuaremos abordando esse tema em outra ocasião.

II

A LEI DO DIVÓRCIO

O CONCEITO DE AUTORIDADE PARENTAL COMO ORIGEM DO CRIME DE GÊNERO

Na verdade, o Futuro lerá a História do Século XX com a atenção que se deve a uma aula magistral de Política do Horror, e é de se crer que, em razão desse Horror, haverá quem não queira saber nada de suas páginas. E, no entanto, o valor político do século XX, independentemente de sua natureza esquizoide, suicida e genocida, faz com que se supere a náusea que seu horror gera, determinando que sua conversão em história seja a necessidade de extrair da experiência a essência do conhecimento do

qual se nutre a inteligência da civilização. Pois, estando a estrutura do Ser Humano intimamente relacionada ao pensamento, a impossibilidade de não fazer ciência a partir da experiência é manifesta, e a recusa em fazê-lo com base na repulsa pelo objeto é uma condenação contra a Civilização, à qual se impõe a sentença de repetir, ainda que sob outras formas, os mesmos erros causadores da Tragédia do Homem do Século XX. Ora, nada repugna mais à inteligência do que fazer do erro o motor de seu crescimento!

Desviar o olhar do desenvolvimento do Século XX como estágio final de uma Linha do Tempo cujo desfecho fatal buscava a Destruição da Vida na Terra é, sem dúvida, fechar os olhos, cobrir a cabeça com o cobertor e abandonar-se, precisamente, à força destrutora que buscava legitimar sua existência de mil maneiras: um dia, afirmando que o Crime tem em Deus sua legitimidade e lhe colocou uma coroa; no dia seguinte, que o crime é inerente à própria estrutura biológica do ser, daí decorre que o Criminoso Entronizado não deve, sob nenhuma circunstância, ouvir o grito do fraco, seu servo, seu escravo, sua vítima. Ó Senhor Darwin, os mortos te saudam!; e segue a lista de ideologias e raciocínios cujos pressupostos criminosos serviram de base para que as classes altas justificassem sua perseverança no homicídio em grande escala.

O Futuro, portanto, está em nós, os Vivos. E o Passado vive em um Presente que, por todos os meios, impede o salto de Era em Era, com seus elementos ancorados nas doutrinas dos mortos, a quem veneram e em cuja memória sacrificam nações e indivíduos.

Marx está morto! E Einstein, e Maomé, e Buda, e Descartes. A vida de nós não lhes importa nada. Por que a vida dos mortos nos importaria?

O Futuro, por outro lado, lerá a História do Século XXI com a atenção com que se lê uma Batalha dos Vivos contra os Fantasmas do Passado, para os quais a Ciência atua como médium e o Poder como guardião, disposto a sacrificar aos seus ídolos tantas gerações quantas forem necessárias para sua subsistência. Que se derrame muito ou pouco sangue dependerá da Inteligência dos Vivos do século XXI para libertar as gerações do Poder dos Mortos!

Digamos, entrando já no assunto, que todo homem esteve sujeito à Lei da Ciência do Bem e do Mal. E que todas as obras e trabalhos dos séculos foram determinados por essa lei. Essa Lei escravizou o pensamento e a vontade dos homens ao seu império, colocando sob suas correntes todas as nações, sem exceção.

Do ponto de vista do Ser, não há nada mais absurdo do que a negação do Mal, nem nada mais obsoleto do que a santificação do Homem. Ora bem, a filosofia dos guardiões dos Mortos consiste em manter viva no Presente a Ortodoxia do Passado, escravizando o Futuro às respostas que o Passado deu aos seus problemas, negando assim que o Presente tenha os seus próprios problemas e que, por serem próprios, exijam uma resposta nova.

No tema do Crime de Gênero, essa simples expressão do Pensamento encontra um campo aberto para a aplicação do exposto.

A herança do século XX no que diz respeito à Lei do Divórcio merece todos os adjetivos próprios de uma justiça cega para enxergar a verdadeira face da lei. Pois há algo mais contrário à Liberdade do que o Ser ser Propriedade de Alguém que não seja o próprio Ser? E o que é a Autoridade Parental senão um título de Propriedade sobre o Ser?

Nesse fenômeno do Crime de Gênero, tanto conta a transição de uma Cultura Absolutista para uma Cultura Automática — robótica, se assim se quiser —, que transfere para o automatismo da lei o peso de uma investigação para determinar um julgamento final sobre o caso de ruptura matrimonial; quanto conta um conceito decimonal de autoridade parental, pelo qual a Cultura da lei continua a se reger.

Quando a autoridade parental é um título de propriedade e não um direito natural do progenitor (homem-mulher) em relação ao filho, pelo qual o progenitor não pode ser privado de seu filho por um poder alheio a ambos, pelo simples fato de ser concebida como título de propriedade: a autoridade parental atenta contra os direitos humanos ao transformar o ser humano em propriedade de alguém.

O homem nasce livre e, nesse sentido, a concepção da autoridade parental como um título de propriedade atenta contra a liberdade natural do homem.

Ora, quando a autoridade parental não constitui um elemento de perversão do Direito, o fato de ser livre por natureza é causa de impossibilidade, exceto como delito contra a justiça, e daí decorre o crime de gênero, contra a privação do filho, por parte da lei, de seu direito ao progenitor (ele e ela), em cuja defesa a Justiça defende seu direito, afastando o filho do processo, ajustando-se a Lei à relação entre as duas partes geradoras; por essa razão, a Justiça impossibilita a separação dos pais (ele e ela) do filho.

Lei Geral do Divórcio

Se considerarmos a evolução da Liberdade, desde a Escravidão até o Conceito de Autoridade Parental, certamente perceberemos uma evolução ontológica crescente e positiva. Mas, uma vez que o Ser assume a plenitude de sua liberdade, assumir, por parte de quem é livre, a escravidão que o conceito de autoridade parental encerra — pelo qual outro Ser se torna propriedade — não é apenas um contrassenso, mas perpetuar o status assassino que, durante milênios, serviu de base às classes aristocráticas na hora de estabelecer seu direito ao crime, tanto individual quanto em massa.

Tomando como medida de toda Liberdade Social e Ontológica o Direito Natural, entende-se que a natureza do Conceito de Autoridade Parental, na medida em que divide o Ser e faz com que ele seja apropriado por uma das Partes do Casamento Procriador, é um Crime contra a Liberdade Original do Ser, que admite Tutela, mas jamais sua Propriedade, pois qualquer ou toda Propriedade do Ser sobre o Ser determina um status de escravidão, e o fato de esta ser parcial ou total não diminui nem aumenta o Fato.

Toda Escravidão é, como defendemos, seja parcial, seja total, um atentado contra o Direito Natural Universal.

Portanto, qualquer que seja a parte do Casamento Procriador que recorra à Autoridade Parental em detrimento da Tutela Ontológica, é uma parte criminosa e integra-se à Razão Delinquente formada pelo Poder que elaborou a Lei e, contra a Justiça, aplica essa Lei escravizante. Assim, partindo da Lei do Divórcio que o século XX colocou em pauta, a quem surpreende que as consequências da aplicação de uma lei fundamentada em um conceito escravocrata tenham levado ao que se passou a chamar de violência de gênero?

Mas não é porque o Futuro costuma estudar o Passado com a paixão de quem observa o comportamento de um pátio de loucos que o Presente, que vive sob os efeitos dessa loucura, possa se dar ao luxo de rir. E não é porque o Presente não esteja livre.

O fator determinante da inteligência é a abstração, plataforma a partir da qual o espírito observa o tempo e deduz suas leis e suas consequências. E se a partir das causas se obtêm certos efeitos, é uma lição muito antiga que, a partir dos efeitos, pode-se chegar às causas.

O fato de a união entre justiça e política ter imposto, no século XX, o banimento dessa razão simples de sua esfera, afirmando que o sistema de causa e efeito não deve ser aplicado à sua classe específica, não significa que a lei deixe de seguir seu curso. Ou seja, se existe um estado de violência e crime de gênero, é porque existe uma causa, neste caso, uma lei penal que regula a relação reprodutiva, cujo efeito, em casos extremos, é o crime. Assim, se, seguindo a lei, tornarmos a causa ineficaz, o efeito deixará de ocorrer.

A legitimação do fracasso da lei política, que chamam de “divórcio”, como processo natural inerente à própria estrutura do Ser, é o que recebeu o título pomposo de “crime de gênero”.

Observemos que, em sua época, a geração de Darwin legitimou o fracasso da força racional humana em superar o dilema da tragédia da Civilização, desde os tempos antigos dividida em duas classes, antagônicas e inimigas: a dos fortes e a dos fracos, elevando o fracasso à categoria de ciência e dando-lhe um nome científico: Seleção Natural. Com esse título pomposo e essa filosofia, o Poder buscou a obediência cega do Homem que se rebelara, negando que o Poder recebesse de Deus seu direito sobre a vida e a morte. Como diz a canção: “A kind of magic”.

Neste caso do divórcio, a classe política quis encobrir seu fracasso para superar os efeitos da natureza criminoso do homem enquanto Propriedade, que se reflete no conceito de autoridade parental, elevando as consequências dessa lei criminal à estrutura natural da relação entre homem e mulher. E deu-lhe um nome: violência de gênero.

Se o século de Darwin quis reduzir a luta pela liberdade do homem a um estado de loucura dos pobres, canonizando assim, por meio da ciência, seu fracasso em compreender as causas dessa luta milenar dos pobres contra os ricos, o século XX lavou as mãos em relação às consequências da lei penal que serve de base ao crime de gênero, entregando o homem e a mulher ao império da lei penal que regulava sua união procriadora.

Evolução da Lei

A única saída para essa situação desastrosa é a abolição do conceito de autoridade parental como título de propriedade, para dar lugar à razão da tutela ontológica, estabelecendo a igualdade de direitos e responsabilidades no ato de formação do ser gerado e tipificando como crime a separação do gerado de seu gerador por parte do casal gerador. Direitos iguais, deveres iguais!

A análise do efeito da negação da Plenitude da Liberdade do Ser, que nega ao Filho, ao separar-o de seus Pais, seu Dever de Filho para com seus pais; devolve a Autoridade Parental ao caráter de Propriedade, em virtude do qual o Filho é privado, por lei, de seu Direito sobre ambas as partes do Casal gerador.

Enquanto o Ser estiver sujeito ao conceito de autoridade parental, ele nasce escravo. O direito inato e divino do gerado em relação aos seus geradores é anulado pela lei. O Crime de Gênero, no que se refere a esta Lei, mesmo que as outras causas fossem eliminadas, continuaria existindo porque, sendo o gerado uma Propriedade, a parte geradora alienada lutará até a morte pelo que é seu; e, sendo uma propriedade para a parte favorecida, esta usará o que é seu como arma de vingança ou simplesmente de escárnio. Nessa batalha contra a natureza, tanto uma quanto a outra parte esquecem que o Ser Humano não é propriedade de ninguém e está apenas sob a tutela de seus progenitores até que a vida nele alcance a plenitude de sua autonomia física e intelectual.

Observamos, na experiência do divórcio, como a maldade, apoiada pela injustiça que o poder estabelece e a lei defende, irrompe na civilização e priva o Ser da liberdade conquistada por direito, natural e divino. Sob as rodas do confronto lógico na fase do divórcio, a abolição da liberdade e a involução rumo à escravidão do ser humano tornam-se o pão de cada dia do ser, que, indefeso para lutar por si mesmo, assiste impotente ao fato de ser arrastado, contra a natureza, para longe de seu direito natural, para ser tratado como um mero escravo cuja propriedade pertence, por lei, a uma das partes de sua Origem.

Dizem que não, a justiça afirma isso, a autoridade parental nega. Mas o simples fato de sua existência já constitui tráfico de pessoas e, conseqüentemente, um crime, de modo que sua própria existência é causa de crime. Nos casos mais extremos, observamos que o sangue é derramado. Mas, na maioria dos casos... quem vê o que morre no Ser?

Obviamente, a justiça lava as mãos dessa morte.

No que diz respeito, portanto, à autoridade parental como causa eficiente e contribuinte para o crime de gênero, sua abolição e a Declaração da Tutela Ontológica, determinando direitos e deveres iguais, são uma necessidade existencial sem concessões. Partindo dessa plataforma, as partes terão de definir seu divórcio e suas relações posteriores de acordo com uma Lei da Liberdade e não com um Delito pelo qual o Ser do Filho se torna um escravo cuja propriedade pertence a todos, menos a ele mesmo.

O divórcio em si, visto a partir dessa plataforma de opressão da liberdade e do direito do ser, é um crime e, conseqüentemente, as partes agem sem levar em conta o terceiro membro do casamento, o filho. O filho deve sofrer as conseqüências dos erros dos pais?

A Lei do Divórcio do século XX determinou que sim. E os pais mais afetados e mais fracos responderam com o crime. A Justiça foi a culpada, o Poder foi a origem, e a lei, sua razão.

A Justiça nunca deve olhar para o mais forte, mas sim para o mais fraco. Mas quando a Justiça e a Lei são determinadas pelo Poder, o que se pode esperar senão o crime e a infração como fruto da justiça e da lei criadas por esse Poder?

No que diz respeito ao divórcio como causa que contribui para o crime de gênero, tudo o que for dito além disso é uma ofensa contra o Ser e sua liberdade natural e divina. Pois é evidente que a base sobre a qual a pessoa se move determina seu pensamento. Se tiver que caminhar por uma região lamacenta, ela se adaptará e pensará de acordo com a natureza do terreno; se for por uma zona pedregosa, escolherá os sapatos e a roupa adequados a essa natureza. Da mesma forma, se àquele que se divorcia for oferecida uma plataforma na qual seus rancores, suas vinganças e seus ciúmes possam ser descarregados, ele pensará de acordo com essa opção sombria. Mas se o divórcio a colocar em um

terreno onde esses sentimentos não tenham espaço, ela lidará com o fato do divórcio de acordo com essa nova realidade.

E como a função da justiça é defender o fraco — e, neste caso, a criança —, uma lei que oferece às partes um terreno propício à vingança, aos rancores e... ao crime... é uma lei maligna, e aqueles que a aplicam são responsáveis pelos crimes cometidos por meio dessa lei. Se a missão dos homens é mudar as leis para que a Lei seja o reflexo da riqueza de seu Ser, quanto mais aqueles que precisam agir dentro dela têm a missão de se levantar contra o Poder e se unir à Sociedade, exigindo a abolição das leis malignas que, por imposição do Poder, devem aplicar, tornando-se parte do crime que o Poder protege com sua lei!

CAPÍTULO SEXTO

ONTOLOGIA E ORIGEM DO ABSOLUTISMO

I

A origem da Guerra é o Desejo de Poder Absoluto; e o meio de concretizar esse Desejo é o Crime. A experiência, que não nos falta neste assunto da Ciência do bem e do mal, assim o atesta, levando perante o tribunal da História o fratricídio de Caim contra Abel como exemplo visível do massacre que, em seus dias, ocorreu e desencadeou o fim da Primeira Era da Humanidade

Já são múltiplos os testemunhos de fontes escritas não bíblicas — que nem sequer conheciam a Bíblia —, os quais, ao emergirem do esquecimento, revelaram à Memória da Civilização uma tragédia que marcou um antes e um depois na História da Humanidade. É compreensível que o ateísmo científico, já consolidado, tenha feito todo o possível para silenciar a voz dos mortos, sobretudo quando a ciência, em seu conjunto, havia substituído a doutrina da igualdade dos direitos divinos do homem pela teoria da divisão da raça humana em duas espécies: a dos pobres e a dos ricos, em termos darwinistas: Fortes e Fracos. Um evangelho darwinista que veio dar resposta ao dilema do poder de Deus e à tragédia da humanidade. Pois, se, por um lado, veio justificar com sua hipótese o direito das classes governantes ao poder absoluto — inicialmente a partir da Reforma Anglicana, declarando divino o trono do Império Britânico —, mais tarde, com base na doutrina ideológica da seleção natural, veio absolver o crime no exercício do poder em nome da lei da natureza.

O evangelho darwinista veio para dar nova forma ao direito divino das coroas protestantes: o direito ao crime de Estado e à guerra como instrumento de sua manutenção em prol da civilização.

A malignidade do evangelho darwinista consumou sua obra-prima na Segunda Guerra Mundial. Mas digamos, em defesa da carga latente de hiperfascismo que Darwin delineou em sua Teoria da Evolução, que o pobre homem, sendo, por sua formação, um nacionalista, defensor ferrenho da tendência imperialista em voga na civilização britânica de sua época, o direito da Coroa Britânica de esmagar as nações no exercício de seu Poder Divino sobre a Vida e a Morte era, para Darwin, uma realidade natural. Com seu pensamento predeterminado por essa deficiência mental do nacionalismo imperialista britânico, era lógico que sua inteligência fosse incapaz de abstrair-se do problema da Natureza de seu Século e, escravo de sua origem, não visse nenhuma violação da Lei Natural no Poder Absoluto, que convinha à Coroa: não por Ordem Divina... mas sim pela Seleção Natural.

A quem surpreende que a Coroa tenha elevado seu novo profeta ao altar da Câmara dos Lordes?

Não vamos nos aprofundar agora na participação do ateísmo científico no conjunto de causas que, acumulando-se, arrastaram as nações do século XX para o campo das Guerras Mundiais. A participação ideológica do ateísmo científico em suas diversas formas de materialismo foi massiva.

Rastrear cada um dos elos da cadeia neste momento e neste lugar nos afastaria do verdadeiro epicentro de onde partiu esta investigação em busca da resposta para a Crise de Esquizofrenia Suicida que a Humanidade vem vivenciando há seis mil anos. O que nos interessa hoje é como abolir a herança do Poder Absoluto, que nunca foi eliminada, mas apenas passou de umas mãos para outras; e legar às gerações que nos sucederão uma Civilização Universal e Livre, fundada não no medo do genocídio que é a guerra, mas no direito do homem à vida e à paz.

Basta estudar a estrutura do mundo tal como ela se apresenta à nossa inteligência e seguir a trajetória de queda dos povos no absolutismo para encontrar o alvo para o qual direcionar a flecha do pensamento, com o objetivo de impedir que qualquer homem, seja ele quem for, tenha acesso ao poder como trampolim para a ditadura e a tirania.

II

A realidade é firme em seu argumento: “A estrutura do mundo é o reflexo do nosso pensamento”.

NÃO é um contrassenso afirmar que o Pensamento é a origem da Ideia que move as forças da História e, ao estender seu Braço, dá forma a uma Civilização. A Sociedade é o campo de ação onde essa Força dá corpo material ao Pensamento Criador. Seja ele do Homem ou de Deus, o resultado final dependerá sempre da Ideia produtora que, ao intervir na Sociedade, a move rumo à realização dessa Civilização que vive em semente no Pensamento.

O Poder da Inteligência reside em promover essa articulação do Pensamento com a Sociedade como Matéria sobre a qual projetar as Forças necessárias para erguer o Edifício, em cujas dimensões se desenvolverá, ao longo do Tempo, a Civilização que vive no Espírito Criador.

O jogo de forças, que observamos na História Universal escrita, se desenrola em uma luta real entre Deus e o Homem para que cada um implemente sua Ideia do que deve ser a Civilização. Parece ser uma contradição que a Criatura se levante contra seu Criador e queira impor à sua Criação uma Civilização de acordo com o Pensamento que o Homem tem sobre si mesmo e sobre seu universo.

Enfim, essa dialética pertence ao campo da História do Cristianismo, e creio ter penetrado em sua dimensão na História Divina de Jesus Cristo com garantia suficiente de ter dado resposta a essa

questão. Não há, portanto, necessidade de nos perdermos em uma discussão metafísica sobre a conexão indissolúvel entre pensamento, ideia e sociedade, do ponto de vista da inter-relação do homem com Deus. Assim, voltemos à terra firme e sigamos melhor a Palavra da Sabedoria: “ao César o que é do César e a Deus o que é de Deus”.

Já com os pés no chão do dia a dia, podemos afirmar com plena convicção e sem qualquer preconceito que a existência da Ideologia, como entidade filosófica criadora — ora para o bem, ora para o mal —, é um fato universal que determina a natureza das forças sob cujos princípios — ora políticos, ora religiosos, econômicos ou científicos — as nações são governadas.

As palavras são supérfluas quando o discurso se baseia nos fatos. Mas aqui poderíamos descer às camadas mais baixas da dialética e debater-nos detalhadamente com seus princípios.

Tem sido o método, o costume, o instrumento de guerra — ou como quer que se queira chamá-lo — adotado pelos pensadores de todos os tempos refutar os sistemas para abrir caminho ao próprio. É um método puritano tão batido que a simples ideia de recorrer a ele seria, da minha parte, uma forma de esquivar-me da questão sobre a relação entre pensamento e estrutura social. Basta dizer que, como o pensamento não existe em nenhuma espécie, exceto no Homem, é natural que a Civilização seja exclusiva da Vida, que tem no Pensamento sua natureza. Estamos falando de nós, o Homem.

A importância da natureza do Pensamento, conseqüentemente, emerge dessa exclusividade universal que priva todas as espécies de qualquer manifestação organizacional sujeita a leis não automáticas — do tipo instinto — e se torna exclusiva da espécie inteligente, em cujo corpo a Vida atinge seu apogeu ao ser ela própria a Vida que se torna Ser.

Fora das contradições e diante da estrutura de um mundo que nos é dado, temos muitas maneiras de agir sobre a estrutura social das nações. A História está repleta de exemplos de ações baseadas na Força. Mas somente nos últimos séculos o Pensamento passou a fazer parte da Razão Criadora da Civilização.

Embora o pensamento já atuasse há milênios, ele sempre esteve submetido à força das armas e, conseqüentemente, o pensamento utilizou a força das armas, gerando o conceito de Revolução como método de ação sobre a estrutura do mundo.

Mas o ideal utópico da Inteligência é o Pensamento Livre de qualquer Força que prive a vida, como instrumento e método de transformação das estruturas sociais. Daí nasce o conceito de Diálogo como Parlamento.

III

A experiência, essa realidade que nos é imposta e que observamos em toda a sua extensão sobre a face do nosso mundo, tem como vocação degradante aborrecer o pensamento não sujeito a ideologias pré-estabelecidas e, por fim: tornar o homem um escravo do pensamento escrito, comentado e transmitido por decreto às gerações, entre as quais nós mesmos somos uma entre tantas.

Ora, Deus criou o homem nu, e não exatamente para que o homem e a mulher fizessem do sexo o ápice da experiência que pudessem viver. Contrariando tantos beatos e outros ignorantes, a nudez do homem referia-se à sua “ausência de armas de guerra” e, o que é mais transcendente, “à sua ignorância

sobre a ciência da guerra”. Maravilhosa ignorância pela qual a Palavra e o Diálogo foram os instrumentos de ação das primeiras famílias e de suas criações.

É verdade que, nas cavernas e nas primeiras habitações humanas, as pinturas refletem o conhecimento do arco e das flechas. Assim como não é mentira que, nessas mesmas projeções da mentalidade humana de nossas origens mais remotas, essas flechas jamais tivessem o homem como alvo, mas sim os animais.

Arcos e flechas, facas e machados pré-históricos não eram armas de guerra, mas sim instrumentos necessários para a existência das primeiras sociedades naturais. O alto grau de composição pictórica alcançado nas pinturas rupestres das cavernas negaria essa afirmação e confirmaria a negação estabelecida por meio da representação do homem como inimigo, algo que só viria a ocorrer no que chamamos propriamente de História, e que era desconhecido na Pré-história: “a Guerra”.

E como a Ciência da Guerra, ou Ciência do Bem e do Mal, era desconhecida, a arte pré-histórica exerceu sua influência colocando o homem diante da natureza, e jamais o homem diante do homem.

Já sabemos que, posteriormente, e a apenas um passo no tempo, as grandes mentes da ciência, utilizando a técnica de lavagem cerebral, apagaram do Passado do Homem sua verdadeira Memória e instalaram em sua Mente uma História das Eras Pré-históricas escrita nos esgotos do Poder, dentro da qual o homem era uma fera para o homem desde que a fera se tornou homem.

Haveria mil maneiras de refutar essa perversão do conhecimento científico, nunca corroborada pelos fatos, imposta à história com base na mediocridade do intelecto científico dos dois últimos séculos. Este século se encarregará de secar os cérebros lavados. Portanto, continuemos.

IV

Pensar não é tudo, mas é o máximo, e daí que a ruína das sociedades e a destruição das civilizações tenham surgido como efeito do embrutecimento do cérebro humano. Sem ir muito longe, não nos esqueçamos de que o mecanismo de todo poder, independentemente de sua aparência democrática, tem na anulação do pensamento — por meio da impossibilidade de exercê-lo devido à escravização do homem ao trabalho — seu aliado dantesco.

O trabalho é necessário, pois o homem, enquanto ser, é um ente criativo e criador que precisa se expressar agindo sobre a matéria; mas quando o trabalho se torna uma corrente presa à parede da sobrevivência, ele se torna uma maldição. Daí que, conhecendo essa lei, Deus tenha falado em Seu Julgamento, revelando ao mundo — uma vez que o mundo escolheu ser Força em vez de ser Palavra — a consequência de sua escolha: “Ganharás o pão com o suor da tua testa, e quando lavrares a terra, ela te dará espinhos e cardos”.

Assim como antes a Nudez era interpretada a partir da carne, contra a bênção da reprodução natural já estabelecida, ao interpretar essa nova sentença os gênios das interpretações desviam o espírito para a matéria, poupando a inteligência de qualquer patologia maligna que pudesse reverter seus efeitos destrutivos sobre a História da Vida na Terra.

A lógica elementar não se cansa de nos tomar por tolos e, como tal, nos trata, acreditando que somos completamente idiotas por sermos incapazes de compreender que quem é Espírito não pode, sob

nenhuma circunstância, reduzir seu Pensamento e sua palavra à Matéria, e, ao dizer que lhe dará “espinhos e cardos”, referia-se ao efeito final do trabalho da Inteligência Racional quando ela corta suas raízes com a Inteligência Criadora e se declara livre para criar um mundo e um universo à sua medida. Deus simplesmente se limita a conceder o que lhe é tirado. E cada um que se vire com o fruto de sua loucura.

Cada século teve o seu. O do século XX foi o de produzir “espinhos e abrojos” até transformar o homem em um monstro. Seja Stalin, seja Hitler, a Ciência foi sua mãe putativa.

Temos, então, duas realidades, as duas faces de uma mesma moeda. O trabalho como expressão do desenvolvimento criativo da inteligência do ser humano, inerente à sua própria existência; e o pensamento como expressão criadora da inteligência.

Por meio do trabalho, o homem atua na sociedade como indivíduo personalizado; por meio do pensamento, o homem atua no conjunto da civilização. De forma natural, digamos que, com o trabalho, transformamos o espaço social em que nos movemos e, com o pensamento, atuamos sobre o tempo que nossa civilização esculpe no universo.

Quando o ser se fixa no espaço, tornando o trabalho e sua atividade o absoluto, a sociedade se condena à escuridão da cegueira daquele que não orienta o curso de sua ação nas fronteiras do tempo e faz do aqui e agora seu tudo, abandonando o futuro às forças caóticas inerentes à loucura da negação do ser.

Ou seja, somos inteligentes por natureza; o Tempo não pode ser dissociado do Espaço, ou, o que dá no mesmo, do trabalho do pensamento.

Um homem que pensa e não trabalha não é um sábio, é um escravizador; e aquele que trabalha e não pensa é um escravo. O futuro imediato da História da Humanidade tem, no encontro desse equilíbrio, seu próximo salto.

Diferenciemos, portanto, entre Poder absoluto e Poder Natural.

V

O Poder Absoluto provém da negação da Palavra à Sociedade sobre a razão que emana das armas.

O Poder Natural é aquele baseado no Diálogo da Palavra e fundamenta suas conclusões no Pensamento; e esse Diálogo se realiza entre homens despojados, ou seja, que voluntária e livremente abraçam a afirmação da Palavra como Caminho e a negação do recurso à Força — negação que se torna Lei, de tal forma que o tempo para o Diálogo é “todo o tempo do mundo” e a ação estrutural segue seu curso no Pensamento da Sociedade.

Identificamos aqui a atitude do sujeito absolutista. E, sendo a História Universal rica em memórias, não nos será muito difícil conceber que o sujeito absoluto tende, por inércia mental — superior às suas próprias forças —, a investir-se de todos os poderes de quem exerce a Força do Estado para impor à Sociedade seu Pensamento sobre o que seja a Civilização.

Sem ir muito longe, mas elevando o olhar para as alturas, o dilema entre Deus e o Homem passou a ser o dilema entre homens e homens.

Se, a princípio, foi o Homem quem se levantou para reivindicar de Deus seu direito de ser independente e criar uma Sociedade à sua medida, esse dilema passou depois a surgir entre homens e homens, cada um lutando para impor sua lei na selva de suas ideias geniais sobre o que deve ser uma Civilização à medida do próprio pensamento de cada um.

A loucura é visível. A civilização tornou-se um traje que cada um cortava para se vestir de ser divino, governando por decreto o movimento da sociedade sobre a qual se ergueria como poder absoluto. “EU SOU O ESTADO: EU e somente EU possuo a inteligência, o gênio e a sabedoria para conduzir a história da sociedade”. Declaração utilizada desde os milênios mais remotos pelos mais diversos nacionalismos como ponte para a divinização do poder.

Não é à toa que, conhecendo Deus essa estrutura histórica, repetida no universo uma e outra vez, e aceitando o fato inevitável do desejo irreprimível do Homem de viver em um mundo à sua medida, cedendo ao seu desejo, Ele lhe anunciou seu fim: “Tu és pó e ao pó retornarás”. A queda de civilizações e sociedades no pó da História confirma a Sabedoria Divina.

VI

A lição que a história universal das civilizações desaparecidas nos proporciona é inestimável.

Nas sociedades absolutistas dos séculos passados, a chefia do Estado e a direção de todos os órgãos policiais, além do governo de todas as estruturas da sociedade nacional, eram propriedade do soberano absolutista. E essas propriedades lhe cabiam por direito divino — inicialmente pelo sangue azul e, por fim, pela lei darwinista do evangelho do mais forte.

Nas sociedades do século XX, esse absolutismo assumiu forma e tornou-se legal na pessoa do Chefe de Estado da República. A República Socialista é aquele sistema de governo em que a chefia do Estado perde a coroa de metal sobre sua cabeça. O restante do corpo continua sendo absoluto.

Pelo que sabemos — e a observação não desmente —, a única república não absolutista foi aquela em que os fundamentos cristãos permaneceram acima das ideologias da época. Seja a França ou os Estados Unidos.

Nas demais repúblicas, o absolutismo não desapareceu, mas se adaptou à época atual. Contudo, o destino que se deve reservar ao absolutismo não é sua adaptação: é sua abolição.

Transformando-se para permanecer ativo, o Presidencialismo Republicano do Socialismo Ideológico tornou-se o produto final dessa adaptação da besta absolutista às circunstâncias sociais repressivas à sua realização e, a partir dessa nova posição, celebrou suas orgias bélicas, arrastando as nações para o campo das Guerras Mundiais.

Não importa, portanto, a bondade das pessoas; a maldade da posição sobre a qual se estabelece o pensamento com base na Força que confere o Poder sobre os corpos dos Estados é o alvo contra o qual lançar, com toda a sua Potência, o Ser do nosso Pensamento. Por que um indivíduo aspira à Direção Onipotente dos exércitos e das forças policiais, senão em razão da necessidade que tem de impor sua vontade, contra a Natureza da própria Sociedade, valendo-se da Força do Medo, das armas e do Terror, em oposição às políticas de Bem-Estar Social como princípio de um Mundo Feliz?

A Sabedoria que fala com a Língua da Experiência e trabalha com a ciência da Vida nos diz, em seu Livro, que é a própria figura do Chefe de Estado que se opõe à Liberdade do Ser e se ergue entre o Presente e o Futuro para submeter a Sociedade ao pensamento de um grupo.

Essa figura do passado é a herdeira direta do poder absoluto dos antigos imperadores e reis sobre a paz e a guerra, o que, do ponto de vista do Ser, constitui a negação do acesso do homem à sua própria natureza; pois, ao deixar a inteligência nas mãos de um indivíduo e de seu grupo de poder, essa repressão da Vontade do corpo social torna-se uma violação da Inteligência do homem enquanto Cidadão de uma Sociedade que transcende a Identidade Nacional e conduz o curso da História de todas as nações rumo à sua Unidade no Homem enquanto Ser Universal.

Contra essa perversão milenar da Identidade Humana pela República Ideológica e pela Estrutura Monárquica, a convivência pacífica das nações fracassou no século passado, e elas colocam em risco a Paz e a Liberdade em nosso século.

Enquanto essas duas figuras — a democracia presidencialista, com poder sobre a paz e a guerra, e a coroa constitucional, com atribuições de chefe de Estado — continuarem existindo, o pensamento humano e a civilização continuarão avançando ao ritmo das revoluções.

A essência de todo governo e a exaltação da Palavra como Lei Suprema fundamentam seu valor todo-poderoso na separação entre governo e Estado, plataforma de encontro da qual nos separa, de um lado, a figura do chefe de Estado e, do outro, a República Socialista Ideológica.

Da concretização dessa separação durante o nosso século dependerá a sobrevivência da nossa civilização, tal como a concebemos em nosso pensamento, baseada na liberdade e na paz para o desfrute das gerações que nos sucederão, nascidas de nossa carne e formadas para manter separadas a força e a palavra.

VII

O Exército, tomado como conceito, tem por função a custódia de um território, e essa custódia deve ser tal que nenhum Exército viole as fronteiras sob sua custódia e, sob nenhuma circunstância, caso essa violação não ocorra, o Exército passe para o outro lado das fronteiras sob sua custódia.

Nesse sentido, o Exército é o Direito à defesa da Vida de um Povo enquanto Nação. Não representa nenhuma Força genocida, mas sim a expressão real de um Direito.

A partir dessa plataforma, o Exército nunca sai de seus quartéis. A partir desse princípio, afirmamos a impossibilidade invencível de um golpe de Estado. Os Parlamentos resolvem os problemas por meio da palavra, e somente por meio da Palavra.

E as nações resolvem suas diferenças por meio do diálogo, e somente por meio do diálogo.

Esse princípio determina a separação entre o quartel e o Parlamento, entre o militar e o político. E daí que a conexão entre o Governo e o Exército, por meio da filiação partidária, seja entendida como violação do dever militar de defesa da paz no território sujeito ao seu direito de intervir contra os processos geradores de Guerra Civil; negligência de funções que causa diretamente a rescisão do contrato entre o indivíduo e o Estado.

E, no caso do político, se for encontrado em situação de potencial crime por associação criminosa com o objetivo de provocar uma revolta e consumir um golpe de Estado como promotor de uma Guerra Civil, o Direito torna-se Dever para que a Paz brilhe sobre a loucura do Poder Absoluto disfarçado de democracia do Bem-Estar Social para um Mundo Feliz.

VIII

A Polícia, enquanto conceito, é o corpo social voltado para a luta contra o Crime, e sua submissão a um Governo temporário constitui uma violação de sua natureza, na medida em que sua escravidão ao Poder a impede de exercer sua função com as garantias de Liberdade natural em seu trabalho. A partir desse princípio, a utilização do corpo policial contra as manifestações do povo no exercício da liberdade de expressão é um crime contra a própria estrutura social da nação, e sua transformação em um corpo repressor, sem mediar a violência do povo na manifestação de sua humanidade, é um crime contra a sociedade.

Daí se conclui que a Polícia tem o dever de combater o crime, e qualquer desvio desse dever de trabalho, recaindo sobre o povo, constitui causa de rescisão do contrato entre o indivíduo e o Estado, e determina a criminalidade do Governo ao promover derramamento de sangue na perversão de suas funções.

A Polícia nunca sai de seus postos de trabalho a não ser no cumprimento do dever para o qual seu corpo foi contratado, a luta contra o crime, isolado ou organizado, e jamais em violação a esse contrato. Por meio desse princípio, o abismo entre o Parlamento e o Povo é abolido, e a manifestação da Voz da Nação se sobrepõe à tendência do absolutismo do Poder, que recorre à repressão sangrenta e violenta contra o exercício da Humanidade natural do ser.

IX

Resumindo: basta estudar a estrutura do mundo tal como se apresenta à nossa inteligência e seguir a trajetória de queda dos povos no absolutismo para encontrar o alvo para o qual direcionar a flecha do pensamento, com o objetivo de impossibilitar a qualquer homem, seja ele quem for, o acesso ao Poder como alavanca para a criação de uma ditadura encoberta e de uma tirania baseada no bem do povo. A mera exposição dessa política estabelece que o homem é um deficiente intelectual, incapaz de governar a si mesmo.

Daí se deduz que o primeiro passo rumo à Paz Universal é a revogação da figura do Chefe de Estado. Seja monárquico ou democrático, religioso ou ideológico, todo Chefe de Estado é, em potencial, inimigo da Paz.

Não há desculpa que sirva de justificativa para coexistir diante de uma figura que, valendo-se das circunstâncias, pode proceder livremente à instauração da tirania e da ditadura.

A Memória da Civilização, que chamamos de História da Humanidade ou História Universal, dependendo do ponto de vista do historiador, nos apresenta inúmeros casos de transição de ditadores em potencial para ditadores em ação, utilizando esse processo que leva à transfiguração de uma pessoa

em uma Figura. E que, enquanto o milagre não se concretiza, o sujeito consegue manter sua aparência de cordeiro, máscara que retira quando já é tarde demais, e o lobo que se escondia por trás do cordeiro de ontem tornou-se o ditador e tirano de hoje. Quem, é claro, irá desculpar e justificar seu crime com a necessidade de combater o fascismo da oposição...

A demagogia é tão antiga quanto a democracia.

Mas o que realmente impressiona é como, sendo tão antiga, os povos continuam caindo em sua teia.

É a História que testemunha contra a figura do Chefe de Estado, legado das monarquias absolutas, cuja sobrevivência é um perigo constante para a civilização, ao impossibilitar a regulamentação das ações do Exército de acordo com a lei para a qual ele foi criado: a proteção das fronteiras sob sua custódia e a proibição de avançar sobre elas contra outra nação que viva sob a bandeira da paz.

Como o Exército não está sujeito a nenhuma outra lei, é impossível que a democracia degenera em ditadura, pois a consagração desta última depende do Exército; e, estando o Exército livre de qualquer participação na dinâmica política: a saída do quartel do Exército é um crime contra a nação que aqueles que a cometem praticam, expondo-se às consequências decorrentes da ameaça de guerra civil.

X

A sociedade, enquanto civilização, está sujeita a transformações constantes, decorrentes de seu progresso e avanço no conhecimento das forças do universo, que, quando aplicadas à tecnologia, trazem à tona novos problemas, cuja solução cabe aos governos. Essas respostas baseiam-se na inteligência e, como a inteligência humana está sujeita à dinâmica do erro e do acerto, a síndrome do Poder Absoluto se manifesta na tentativa de impor a vontade pessoal a todo custo, revestindo-se da figura do Poder Absoluto: ou seja, ameaçando com Guerra Civil e Ditadura caso essa Vontade Pessoal seja rejeitada. A manifestação dessa síndrome é o Governo por Decreto. Forma de governo que tem sido característica de reis, ditadores e tiranos de todas as épocas.

A necessidade histórica de abolir a figura do chefe de Estado e separar o governo do Estado é, como se vê pelos fatos, vital. É essa figura, representada ontem pelas coroas, com sua Ordem Divina, e atualmente pelo sistema presidencialista democrático, baseado na Ordem Natural — dizem eles —, a caverna onde o dragão da Guerra e o basilisco da Ditadura crescem e permanecem à espreita até a hora de cuspir por suas bocas o Fogo do Horror.

Ora, o absolutismo político precisa dessa Figura para impor, por via democrática, o interesse do partido, e empregar o discurso da Guerra Civil como instrumento de imposição da vontade daquele que, por meio do medo, impõe a infalibilidade de sua resposta aos novos problemas que, como se vê, a civilização coloca em pauta à medida que as gerações se sucedem.

Nada é mais contrário à inteligência do homem livre do que a aceitação dessa infalibilidade política, e nada é mais natural para ela do que a identificação dessa mentalidade com a de um ditador em potencial que está abrindo caminho para a tirania com base na teoria criminosa de justificativa que lhe é conferida — segundo sua doutrina — pelo fascismo da oposição.

Mas seja qual for o desfecho que o Futuro reserve aos nossos descendentes, entende-se que, uma vez interrompido o acesso do Governo ao Estado — que repousa exclusivamente em seu Estado-Maior —, o caminho para a Ditadura fica impossibilitado, e será a própria tentativa que acusará o Governo em exercício do Crime consequente, em razão do avanço do golpe de Estado que se pretende dar, causando, entre a cúpula do Exército, uma divisão ideológica de qualquer natureza.

O Exército obedece exclusivamente à Lei da Paz e da Defesa das Fronteiras atribuídas à sua custódia; e, no âmbito internacional, ao que dispuser a Aliança Internacional das Nações, ao cujo Conselho da Plenitude das Nações o Corpo dos Estados-Maiores dessa Aliança deve sua obediência no que diz respeito às Forças de Pacificação Universal.

Somente com base nisso o Futuro da Civilização abrirá para nossos filhos e os filhos de seus filhos um caminho pelo horizonte dos séculos, cujos meandros e destinos afastem, a partir de hoje e para sempre, a possibilidade da Queda da Humanidade em um Novo Fratricídio em nível nacional ou mundial. Como chegar a esse ponto de partida é o problema.

O princípio é, sem sombra de dúvida, a abolição da figura do Chefe de Estado e a adoção do Exército de Guarda das Fronteiras da Nação, sendo essa Guarda estabelecida com base na Lei da Paz.

CAPÍTULO SÉTIMO

SEPARAÇÃO ENTRE GOVERNO E ESTADO

A Humanidade, enquanto Mundo, encontra-se em estado de Guerra Civil Universal há aproximadamente 6.000 anos. Os ideólogos da guerra como instrumento legítimo da seleção natural — privilégio ao qual a família do forte não deve renunciar, o direito à aniquilação em massa, quando for o caso, sempre de forma seletiva, do fraco, seja em nome do Estado, seja da sobrevivência do indivíduo — e que a ciência do século XX impôs como lei geral: expôs nosso mundo às guerras mundiais consequentes. A necessidade de nos levantarmos em comunhão com a Paz e pela Vida dispensa destaque neste dia que amanhece ao som dos tambores da Última Guerra Mundial. Esses tambores rufam porque os fundamentos históricos e sociais que levaram as nações a devorar-se mutuamente no século XX — assim como fizeram seus pais no século XIX, seus avós no século XVIII, seus bisavós no século XVII, seus tataravós no século XVI, e assim por diante — permanecem. A tecnologia de destruição em massa evoluiu. Desde a mandíbula de burro usada por Caim para matar seu irmão Abel até a mandíbula nuclear da Rússia para cometer o genocídio na Ucrânia, o fundamento do homicídio em grande escala segue o mesmo princípio do cometido individualmente: a sede de poder e a fome de riquezas de uma dinastia familiar, de um partido político. Riquezas e poder, unidos na mesma moeda, transformam-se em suas essências para se tornarem as duas faces patológicas de uma mesma moeda. O verdadeiro poder não tem nada a ver com as riquezas; a verdadeira riqueza não tem nada a ver com o poder. Será que, para construir universos, Deus compra estrelas no mercado das galáxias? O poder é sabedoria a serviço da paz entre os povos e as nações; a riqueza é participação na criação de bens a serviço da saúde do corpo e da mente de todos os seres humanos. Definitivamente, todo ser humano deve compreender que não há ciência fora da ciência da vida; o resto é tecnologia. Podemos existir sem Tecnologia, não podemos viver sem Saúde. Quando todo ser humano compreender isso, que as máquinas não são ciência, são Tecnologia; que a invasão da Tecnologia na Ciência significa a transformação do ser humano em um produto de consumo para o enriquecimento das Indústrias da Morte; quando todo mundo compreender isso, então todos se levantarão para, sob pena de morte para

quem reabrir o Negócio da Morte, separar a Ciência a serviço da Tecnologia e colocar a Tecnologia a serviço da Vida. Desde o primeiro reino fundado na Mesopotâmia do Éden, o homem e a mulher escolheram a Morte como meio de integrar todas as famílias da Terra dentro de suas fronteiras: escolheram a Lei da Guerra em vez da Lei da Paz. Desde então, todos os povos, como burros tropeçando à vontade na mesma pedra, entre a Guerra e a Paz, escolheram a Morte de todos, a Guerra como meio para alcançar um estágio de Civilização fundamentado no Poder e nas Riquezas, com licença para matar. A oposição entre esse tipo de Estado político e o conceito divino de civilização universal trouxe ao horizonte da humanidade a destruição em massa de todos os tipos de vida na Terra. Não que Deus a provoque; o fogo se alastrou na floresta, e o inferno armou sua tenda: ontem, na loucura das famílias dinásticas; hoje, nos partidos políticos. Dizem que a necessidade da licença para matar corresponde à necessidade da paz. Mas o que a história nos mostra é exatamente o contrário: elas são as causas das guerras que preenchem as páginas do livro da história das nações. A sede de poder de uns e a fome de riquezas de outros deitam-se juntos na cama onde Vênus e Marte geraram Satanás. Confiar nos adoradores da justificativa do mal como meio de alcançar o bem é colocar o pescoço no laço do enforcado. Religiões e sistemas políticos que defendem a necessidade da morte — por guerra civil ou martírio — do vizinho, do próximo, são produto do carvão amaldiçoado e conduzem as forças históricas a um mesmo ponto: a Guerra Mundial. Nosso dever para com as gerações nascidas de nosso ser deve se concentrar em blindar essas gerações contra a tentação de cair na concepção do Poder e da Riqueza como arma de definição do Forte (o Rico), em cujas mãos a Morte colocou a Vida dos Fracos (os Pobres). Glória a Darwin e ao seu evangelho da Necessidade de esmagar os povos em prol do domínio da Casta Pura e Imaculada dos sábios das Repúblicas Socialistas do Século XXI! É nessa vasilha que o Pilatos da Era Moderna, o Ateu Científico, lava as mãos dos genocídios que seus senhores protagonizaram contra as nações. E não serão julgados por Deus da mesma forma que o Império Romano foi, por ter assinado a sentença de morte do Primeiro dos Cristãos, o próprio Cristo Jesus? Pegue, então, o touro pelos chifres e julgue-o de acordo com a lei: “Se o touro já chifrou anteriormente, que a fera seja exterminada”.

Primeiro Ponto

O fim, a meta, o objetivo de uma civilização é sua projeção para a imortalidade. Isso implica que a guerra seja o inimigo número um dessa projeção natural para a própria existência da civilização.

Nada justifica a origem da Guerra. A Guerra é sempre efeito de uma loucura! Seja científico, seja político, seja religioso, seja quem for que a defenda, uns e outros são homicidas defendendo uma maldade injustificável. Nem a partir da Ciência, nem da Política, nem da Religião se pode justificar o Crime e o Genocídio como Razão de Estado.

A questão é como alcançar a imunização absoluta e invencível da civilização de todas as nações contra a guerra, seja ela civil ou internacional.

Segundo Ponto

A guerra pressupõe uma paralisia das forças intelectuais da civilização no que diz respeito à sua projeção no tempo. A guerra é o triunfo da besta política, a animalização doméstica do homem e seu confinamento em uma sociedade concebida para um tipo específico de gado: o animal racional humano.

Ora, a História é a Memória da luta constante e implacável entre sociedades-gado, seguindo seus líderes-feras pelas planícies dos séculos, contra as forças de uma Civilização Mundial que atua a partir

da Genética, encaminhada para um Estágio Final de uma existência Humana definida pela “Inteligência sem limites à imagem e semelhança da Divina”.

Para imunizar o Gênero Humano contra a Guerra, conseqüentemente, parece evidente que a primeira medida é a formação do Ser do Espírito da Inteligência no Homem, começando pela extirpação de seu cérebro do implante do materialismo científico do século XX, pelo qual o ser se vê a si mesmo como um animal e, por conseguinte, ele mesmo justifica o tratamento animalesco que recebe do Poder, sob o argumento de que esse é o tratamento que todo animal doméstico merece.

O homem-indivíduo-povo como animal doméstico (eleitor-contribuinte, cujo direito é votar, cujo dever é pagar, e aí se limita sua relação com o desfrute dos bens da Civilização), esse animal doméstico é o oncogênio, o vírus letal da Paz no corpo da Civilização, que o animal político tende a cultivar e cultiva a fim de manter seu status de besta-líder.

A contradição surge quando esse cultivo fica fora de controle e conduz a fera à guilhotina; o livro da História está repleto de exemplos desse descontrole.

Terceiro Ponto

“No dia em que dele comerdes, certamente morrerás”. Temos, portanto, que a Pena de Morte é reservada exclusivamente a todo homem e sujeito que use a Guerra como instrumento de Poder.

A Queda — por parte do Homem — não foi senão a instrumentalização da Guerra como meio natural de projeção da Civilização para todo o Gênero Humano. Como os povos daquela Primeira Civilização se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento intelectual, conforme se observa pela arqueologia e pela história das civilizações, Deus proibiu, sob pena de morte — estabelecendo essa condenação para a eternidade —, qualquer tentativa de usar a força da guerra a serviço da integração dos povos no curso da civilização.

Observamos também que a pena de morte foi revogada por Cristo em relação a toda ação humana, permanecendo, no entanto, Sua proibição contra a guerra, estabelecendo assim Deus, no Direito, a legitimidade da sentença contra a guerra como meio de civilização.

A guerra é, segundo o Direito Universal, um crime contra o homem e seu Criador. E todo aquele que a declara, sem que seu fundamento seja a defesa da paz em resposta à agressão genocida de um grupo de poder, comete crime contra a vida; a sentença contra esse inimigo do homem e de Deus é o banimento da vida.

Quarto Ponto

A experiência mostra que a origem da guerra reside na subordinação do Estado ao Governo. A necessidade de imunizar a civilização contra a guerra, conhecendo a causa do mal, não poderia ser mais direta: separação entre Estado e Governo.

Sendo a função histórica dos exércitos a defesa dos povos confiados dentro das fronteiras de sua nação: o Estado-Maior só pode agir legitimamente, sem cometer crime contra a Humanidade e sem incorrer em pena de morte, fundamentando sua ação em uma razão, não de Estado, mas de Defesa Nacional, que responde de forma autônoma e direta a qualquer agressão estrangeira e não obedece a nenhuma ordem de nenhum governo sujeito a interesses políticos.

Qualquer ação contra a nação, cuja vida protege, por parte desse Estado-Maior, é um crime contra a vida, e sua pena é a morte; utilizar a guerra, em sua forma civil, contra a vida da nação, é cometer um crime contra a paz: a sentença contra esse crime é o exílio da vida.

Ponto Quinto

A fundação de um Estado-Maior implica que os Exércitos assumam uma missão de paz constante dentro dos limites da administração territorial que é a Nação. Assim, a existência espontânea, posterior à fundação dessa Administração Nacional, dentro dos limites da qual ocorre o fenômeno destruidor da paz, chamado separatismo, se for pacífico, envolve o administrador político; e, se for violento, envolve os órgãos de defesa da Nação.

O Estado-Maior não pode intervir em uma luta sociopolítica espontânea sem abrir uma brecha entre a Lei e o Crime; sobretudo quando o próprio crescimento da Humanidade se move em uma dinâmica de constante transformação das sociedades.

Ora, se uma revolta separatista fundamentada no ódio contra seus semelhantes gerar uma declaração de guerra e exigir uma Mesa Organizada Militarmente, fala-se de Guerra Civil; e, embora localizada, o Estado-Maior, cumprindo seu dever de defender a vida do povo a quem serve, está legitimado a agir em conjunto com os Órgãos de Segurança do Estado. E aqueles que declaram o Estado de Guerra contra a nação ficam sujeitos à Lei da Guerra; sua pena é o exílio, se não houver derramamento de sangue; se houver: o exílio da vida.

O Governo Político que alimenta uma Guerra Civil, estabelecendo uma Lei do Ódio por meio da qual se protege o ódio do separatismo contra seus vizinhos, e paralisa o Estado, afundando-o no descumprimento de seu dever, da Unidade e da Paz da Nação: uma vez que a mecha estiver preparada, tem o dever de se levantar e declarar inimigos da nação o partido político e as organizações sociais que veem na guerra civil a alavanca para a consumação de sua existência no ódio contra a nação que lhes deu vida na história.

Uma nação não é um grão no traseiro de um continente; é o fruto de séculos e milênios de forja de um caráter específico, no caso ocidental: regado pelo espírito da Lei Cristã, cujas propriedades: Fraternidade, Igualdade e Liberdade não puderam se concretizar durante as eras anteriores à Era Moderna, nem alcançaram seu objetivo nos séculos imediatamente anteriores aos nossos. A Guerra dos Trinta Anos foi o fracasso da Civilização Cristã Medieval em erigir o Edifício da Civilização sobre esses pilares. As Guerras Mundiais representaram o fracasso retumbante das filosofias e dos sistemas sociais modernos em fazer, sem a Igreja, o que a Igreja não conseguiu com os reis: elevar a inteligência às alturas da cidadania do Reino de Deus.

Quanto à Liberdade, e como fica refletido no Caso da Tchecoslováquia e no Exemplo do Canadá, o referendo do povo com tendências separatistas é um direito, e deve ser realizado exatamente assim, sem medo da divisão de fronteiras nem pânico diante desse efeito. A liberdade implica a escolha de conviver de acordo com as mesmas leis ou de se separar e passar a viver à luz da paz, e que cada um assuma as consequências determinadas por suas decisões. O contrário é, como em um casamento mal-sucedido, conduzir a convivência à tragédia, neste caso, a ditadura da minoria sobre a maioria.

Ponto Sexto

Sendo a Pena de Morte um caso excepcional de grande transcendência, entende-se que o Tribunal Penal Internacional é o órgão competente para sua aplicação, ao mesmo tempo em que se compreende que qualquer outra matéria não é de sua competência, e deve se ocupar exclusivamente de crimes contra a humanidade, a fim de não transformar um tribunal de tal transcendência em um galinheiro, e evitar que o poder político o torne inoperante por meio da estratégia de sobrecarregar o tribunal com trabalho — política que governos corruptos utilizam ao criar leis paralisantes nas quais, de uma forma ou de outra, é impossível que o cidadão não seja atingido, um dia sim e outro também.

Ora, se o Poder de um Julgamento Final Internacional não for acompanhado de uma Decisão Executiva para os Estados-Membros, o Tribunal fica reduzido a uma mera máquina de limpar consciências, como foi o caso, por exemplo, da Sentença do Tribunal contra o Presidente do Sudão.

O Poder de Julgamento Final deve envolver todos os membros nacionais e submeter à obediência ao Direito Internacional o Estado ao qual se solicita a entrega do réu condenado e proceder à expulsão — em caso de recusa — de todo o seu corpo diplomático dos Estados-Membros; além da ordem de prisão imediata do condenado, onde e quando for encontrado fora de suas fronteiras.

Ponto Sétimo

A natureza da Justiça Universal tem como substância e essência a imunização da Civilização contra o Inferno da Guerra.

Quando o amor pela Paz Universal é vencido no Indivíduo e no Estado, e dá lugar à loucura da paixão pela Guerra, por meio do temor a um Tribunal com Poder Supremo sobre toda a vida — sejam políticos, militares ou particulares —, estabelece-se um Edifício de Paz todo-poderoso, cujo choque contra as paredes condena o Transgressor à ruína.

O envolvimento de todas as nações no estabelecimento da Justiça Universal imuniza seus Estados contra a Guerra Civil, uma vez que torna a Paz Universal de competência de todas as nações, e estando todos os Estados sujeitos ao Direito Internacional: a detenção dos golpistas torna-se direta e “legítima” a intervenção dos governos membros contra o governo golpista, cujos autores passam automaticamente à jurisdição do Tribunal, único competente para determinar a pena de exílio vitalício de acordo com o sangue derramado.

Ponto Oitavo

O Ser Humano tem seu início na Palavra e obtém sua natureza da Palavra. E qualquer uso da Força Animal considera morto o Ser no Indivíduo e na Nação.

O emprego da força é a negação do Ser e conduz à sua perda no indivíduo. A civilização, sendo o habitat natural do Ser, deve proceder diante de tais reações da mesma forma que se lida com as bestas assassinas que provaram o sangue e nas quais se gerou a paixão pela guerra como meio de se estabelecer no poder.

A existência e a constituição da Civilização têm sua raiz e sua essência racional na Palavra; a Palavra é o único instrumento válido para a solução dos problemas, em todos os níveis, e não há nível que esteja fora do Poder da Palavra. Todos os Seres estamos nus diante de todos, e nos sentamos todos ao redor da mesa da Civilização como quem não tem braços para empunhar uma arma, nem pés para

dar tropeços, e a partir dessa realidade estamos sujeitos, com todo o amor infinito pela Paz, a falar até que nossa boca fique seca.

A Terra está cheia de água! Vamos beber e recomeçar.

Consequentemente:

A missão de todo soldado em situação de violação da Paz, seja ela civil ou internacional, é:

levantar-se em armas e deter os comandantes superiores imediatos,

prosseguir com a revolta em todos os quartéis nacionais,

prosseguir com a detenção dos comandantes superiores em rebelião contra a Lei da Paz e continuar até a detenção de todo o Estado-Maior e do Conselho de Ministros, de quem depende a Lei da Guerra;

se houver derramamento de sangue, esse sangue recairá sobre suas cabeças; que os tribunais procedam e que haja eleições gerais.

Natureza do Poder Político

A origem do Poder Político tem seus fundamentos na História Universal, mas, para compreender sua Natureza, basta dizer que sua Origem é a Sociedade. E, sendo a Família o Princípio Natural da Sociedade Histórica, entende-se, por lógica, que todo ataque contra a estrutura da Família Natural é um ataque destrutivo contra os fundamentos históricos da Sociedade.

A estrutura social da Família Natural se repete em todas as espécies da Era dos Mamíferos, de acordo com um protótipo de distribuição de funções existenciais entre as partes integrantes e os componentes da Família. Para determinar a origem do poder político, é necessário, portanto, determinar a origem da Família.

A Família surge como um efeito natural da estrutura da Vida. O Fundamento reprodutivo heterossexual patriarcal (pai-mãe), sobre o qual se move a Vida na Terra, determina a Natureza Histórica da União dos Dois Sexos em uma Unidade Social regulada pela Lei da Proteção Mútua, no seio dos fundamentos filogenéticos do Ser.

Por sua origem filogenética, materializada na civilização, a Família Natural é a Escola Natural na qual o Indivíduo adquire todos os atributos inerentes a uma participação ativa dentro de uma sociedade cada vez mais complexa.

Daí se entende que toda transformação subjetiva desse protótipo natural, no qual a Vida se fundamenta para se projetar no Tempo, é um ataque direto, mais ou menos massivo, contra o próprio Futuro da Existência da Sociedade.

A destruição da Sociedade pode provir de diferentes frentes.

A anulação da Função Materna durante o Período de Amamentação, de um ano, em razão da necessidade de sobrevivência do núcleo heterossexual no seio de uma selva de interesses políticos em conflito, que sacrifica o Modelo Natural no altar da necessidade material ao ídolo do Consumo de Tecnologia Lixo — móvel ou fixa —, é um ataque frontal contra o desenvolvimento social da Infância.

A correção dessa distorção, devolvendo à Natureza sua Lei, a libertação da mãe das atividades fora do âmbito familiar durante o ano de amamentação, é e representa um retorno do Ser Humano à Lei da Natureza; e, sendo o Ser a base do Futuro, essa Lei tem poder superior a qualquer lei política derivada das estruturas econômicas e administrativas sujeitas a mudanças e modificações.

Pois o Poder Político tem como dimensão de trabalho existencial a criação de harmonia no aparente caos de uma sociedade complexa em constante movimento, cuja complexidade decorre de seu crescimento contínuo. Mas é aí que começa e termina o Poder Político; e quando o Poder Político ultrapassa seus limites e busca substituir a Lei Natural, o Poder Político se declara fora da Lei da Natureza, tornando-se o Inimigo Público Número Um da Sociedade Histórica.

O Poder Político, conseqüentemente, uma vez que a Família não se fundamenta senão na Lei da Natureza, atenta contra a Sociedade Universal, ou Civilização, quando intervém na Estrutura da Família, seja para destruir sua Essência de Distribuição de funções existenciais, seja quando pretende criar um novo modelo familiar com base em considerações meramente econômicas que não envolvem nenhuma função natural no que diz respeito aos Deveres de Procriação e apenas primam, nessas associações não heterossexuais, os Direitos Econômicos.

Ora, vemos que a Lei da Natureza “NÃO” estabeleceu a Origem da Família com base em razões econômicas e “SIM” com base na Proteção, por parte do Núcleo Procriador, da Vida Procriada.

Nessa ordem de pensamento, podemos afirmar que o uso do sexo de cada indivíduo e a maneira de usar seu corpo são assuntos pessoais, desde que não violem as leis; mas, seja qual for o modelo ao qual se submeta a estrutura do comportamento sexual individual: a Família, tendo sido ordenada pela Lei Natural, é Sagrada por ser Universal, e qualquer violação de seus fundamentos históricos constitui um atentado contra a vigência da Lei Natural no seio da sociedade universal, ou civilização.

Duas primeiras conclusões:

A isenção da mãe do trabalho durante o ano de amamentação como prioridade histórica da sociedade,

e a revogação da denominação de qualquer tipo de associação sexual não procriativa como “família”.

A Família tem apenas uma razão de ser: a procriação e a proteção da vida gerada. E, conseqüentemente, a denominação de “Família” para uma associação sexual alheia a essa razão de ser é uma negação da universalidade da Lei Natural.

Isso no que diz respeito à relação entre a Civilização e a Natureza.

Razão de ser do Poder Político

O princípio da sociedade é, de fato, a família. E a origem da família é, como se observa no universo dos mamíferos, a natureza. E, sendo a Lei Natural a causa da família, compreendemos por que o modelo humano elevou o futuro de nossa espécie acima das demais e determinou e disseminou diante de nosso gênero o que chamamos de civilização.

E é nesse contexto final que entra em jogo o Poder Político, de modo que, sendo a Família a Origem da Sociedade, essa Sociedade já formada pela Lei Natural é o Princípio do Poder Político, que

surge com o objetivo de estender a lei natural ao conjunto social, determinando o comportamento dessa Sociedade a partir do da Família Natural.

O Poder Político surge, assim, para manter os efeitos da Lei Natural sobre a Sociedade enquanto uma Grande Família, no seio da qual o Indivíduo, como entidade central, conserva todas as suas prerrogativas naturais, que se tornam Lei a título universal com o objetivo de que essas prerrogativas sejam o modelo de comportamento da Sociedade; e daí que o Poder Político se estabeleça sobre os pilares da Fraternidade, a Igualdade e a Liberdade, que são as prerrogativas naturais entre irmãos, agora estendidas ao âmbito universal.

A Civilização é, portanto, uma Fraternidade Universal fundada na Lei Histórica da Proteção Mútua e da Distribuição de Atividades entre seus Membros, à imagem e semelhança do Modelo Natural da Família. São os Valores desse Modelo Natural que constituem a seiva da Civilização e proporcionam à árvore da Vida suas Leis, sua Essência e sua Substância.

A função principal e transcendente do Poder Político é, nesse sentido, a defesa desse Modelo Natural, com o objetivo de que seus Valores — Fraternidade, Igualdade e Liberdade — permaneçam inabaláveis, independentemente das transformações tecnológicas decorrentes de uma Sociedade Complexa em constante crescimento ao longo do Tempo e, ao mesmo tempo, esses Valores Universais, elevados da Lei da Natureza à Lei do Espírito, não possam ser destruídos em virtude de interesses temporários e subjetivos que têm origem na rebelião contra a Lei Natural como Princípio da Família Histórica, no seio do qual esses Valores Universais cresceram e se forjaram.

Quando o Poder Político rompe a Proteção da Sociedade à Família Histórica e invade suas prerrogativas naturais para formar o Ser com valores exclusivos desse Poder, o Poder Político atenta contra o Futuro da Sociedade ao se rebelar contra a Lei Natural, no seio da qual esses Valores Universais têm seu Princípio, e sua justificativa para a destruição desse valor universal da maioria natural em defesa de uma minoria circunstancial é um discurso suicida que defende o fim da civilização, pois entende-se que não é a maioria que deve se submeter ao valor da minoria, mas sim o contrário.

Ora, observamos que o Poder Político, em rebelião contra a Lei Universal, tende a dividir em minorias a fim de formar uma maioria constituída por minorias, estabelecendo, com base na soma das minorias, o esmagamento da maioria, procedendo — democraticamente? — a cultivar o fim suicida ao qual chegaram tantas civilizações que trilharam seu caminho sob o chicote do império de uma minoria.

Isso no que diz respeito à razão de ser do Poder Político.

Mas observamos uma ruptura histórica da Lei Histórica, cujo efeito transformou o Poder Político em Império, e, por meio desse Império, a Sociedade deixou de ser garante da Lei da Família para se tornar uma entidade organizada sob o peso de uma minoria homicida e criminosa.

A arqueologia e a Bíblia — embora cada uma por si — afirmam que esse passo suicida teve origem na Mesopotâmia. A arqueologia não se aprofunda nas causas daquela Queda e expõe as ruínas, e a Bíblia não se aprofunda nos efeitos e expõe as causas da ruptura da Lei Natural sob a qual a Primeira Civilização havia iniciado sua trajetória histórica.

O resultado dessa ruptura foi o fratricídio e, com o fratricídio, a perda da Igualdade e da Liberdade.

Privada dos fundamentos da Lei da Família Natural, a Civilização tornou-se um agente destrutivo da Humanidade e da Sociedade.

Este foi, em definitiva, o drama que levou a Queda Bíblica ao mundo de Adão e que, traduzido para o espanhol, significou o uso da força como veículo de expansão da Civilização, ao que se opôs Abel, protótipo da Resistência de sua época, e contra cuja resistência Caim, o Império, lançou a bomba atômica de sua época: uma simples mandíbula de burro.

Digamos que a história da Força, desde então até os dias de hoje, tenha passado por muitas transformações, mas seu sentido é o mesmo: a submissão de uns à vontade de outros, ou a morte. E enquanto essa lei da Força continuar existindo — seja empregando a Guerra como meio de pacificação, seja o terrorismo como meio de conversão —, o Poder Político e o Crime permanecerão unidos da mesma forma que a mandíbula do burro ao braço de Caim.

Nesse sentido, o Fim Dialético do Socialismo era a conquista do Poder para arrancar do braço de Caim a mandíbula do jumento, mas, uma vez feito isso, o Socialismo rompeu com o discurso da Dialética para se tornar Demagogia, que, como todo mundo sabe, é o que os aspirantes a tiranos usavam contra os ditadores.

O tirano, de fato, usa a paixão inalienável pela liberdade para derrotar o ditador e, uma vez derrotado, usa o poder do Império contra o povo, nas costas do qual subiu ao trono do qual derrubou o ditador. A isso se chama demagogia.

Assim, a origem da escravidão encontra-se no momento em que o Poder Político transformou suas prerrogativas sociais em instrumento a serviço de uma causa originada de uma ideologia pessoal, individual, própria de um partido.

A Liberdade, portanto, não reside no Poder, mas no Ser, e todo discurso do Poder sobre a Liberdade no seio de uma democracia é demagogia. E isso sem privar esse mesmo discurso, se for contra uma tirania, do doce encanto da sabedoria.

Isso no que diz respeito à relação entre a Liberdade e o Poder Político.

Relação entre os Poderes

Podemos compreender a natureza política do Poder tomando como Origem seu Princípio Social, ou seja, a Família, e não como metáfora, mas como fundamento histórico. O comportamento da família diante de uma fonte de subsistência, em relação à qual a relação é determinada pela fraternidade, pela igualdade e pela liberdade, é o comportamento que o Poder Político herda e pelo qual se torna garante da preservação do Princípio Natural no âmbito da Sociedade.

Comparando os bens de uma sociedade a uma árvore e a nação como um todo a uma família, digamos que o Poder Político tem a função de impedir que qualquer membro da família se aproprie da árvore comum da qual depende a subsistência de toda a família.

Digamos, portanto, que Império é toda estrutura governada por uma elite, seja de sangue azul ou de sangue “vermelho”, mas que sempre, a sangue frio, se coloca acima da lei. Nessa ordem de coisas, o Parlamento dos Estados Unidos da Europa é o Império de uma elite que não se submete à lei de nenhum Estado e impõe a sua própria lei a todos os Estados-Membros. O fato de esse Império ter origem democrática não anula a lei da História e, contrariando a Sabedoria, conduz o curso da Civilização Comunitária rumo à sua Queda. Pois a História, assim como o Tempo, não perdoa.

Quem servirá de almofada para a CEE, uma vez que ela se tenha transformado nos EUAEE?

O herdeiro do Czar Vermelho aguarda o colapso da Comunidade Europeia, na convicção de que foi o peso da estrutura internacional que Moscou carregou sobre os ombros — e não a traição dos soviéticos à sua dialética — a causa da ruína do Império Comunista.

O Islã confia de que o agravamento da crise econômica, alimentado pelo petróleo, determinará a queda da democracia europeia.

Quem mais aguarda, como um abutre babando pelos restos? E, no entanto, o destino de todo império é sua queda. Quem está, portanto, financiando a criação de um superparlamento europeu com funções imperiais?

Até aqui, no que diz respeito à natureza do poder político.

O Desafio do Século XXI

Como venho dizendo, o futuro é nosso, mas o amanhã pertence a Deus; e, nessa ordem, deixando de lado a especulação sobre a quem pertence o amanhã — afinal, quem sabe como será o mundo no século XXV? —, mas, sendo próprio do Ser mover-se no Tempo, e assumindo esses limites pelos quais as forças do Indivíduo se concentram na esfera de sua dimensão social, onde seu Futuro se realiza e o chama à ação, e tomando essa consciência como ponto de partida, digamos que a Crise Mundial, que é uma crise de Civilização, tem sua etiologia em uma relação antinatural entre o Estado e o Homem.

Se a relação Estado-Homem tivesse se dado dentro de uma Estrutura Ontológica, os fundamentos da realidade seriam diferentes nesta fase da História.

A ausência de uma relação criadora entre o Estado e o Ser é um dos pilares que estão fazendo a civilização tremer e que, se não for corrigida, acabará por afundá-la.

O ponto fundamental que está fazendo com que toda a estrutura da civilização vacile consiste na manipulação desse período ontológico em que a força criativa do ser, em sua juventude, dá lugar e se transforma na energia criadora da sabedoria que provém da experiência de muitas décadas de vida. As forças desse ataque contra o Ser têm sua estratégia de ação na transformação da Juventude em um produto de consumo, e a ação do Estado em relação a esse estado ontológico é a mesma que a de um lenço que se usa e se joga fora.

O fundamento de uma estrutura social que aspira a um crescimento saudável e alegre, dinâmico e frutífero, tem na sabedoria proveniente da experiência sua espinha dorsal. O Estado moderno tem como função espremer o homem, sugar-lhe o sangue e, quando ele já não tem mais forças, jogá-lo no lixo. Mas sem juventude não há Estado, nem civilização, nem nada que se pareça com isso.

Assim, em um novo modelo de relação Estado-Homem, onde a realização do Ser é sua meta, e dado que sem juventude não existe mundo, e porque a juventude é a força do mundo, é natural que, uma vez vivificada essa força, a civilização responda colocando aos pés e nas mãos do Ser todos os seus benefícios.

Traduzindo isso para o momento atual, digamos que, a esta altura, a sociedade já deveria estar organizada para se reencontrar com o Ser, a quem financiou no auge de sua juventude e a quem agora volta a olhar, não para sua força, mas para sua sabedoria. É neste momento que ocorre a entrada na

Terceira Idade, em que a Civilização deveria colocar nas mãos do Ser uma nova quantia, multiplicada pelas décadas, promovendo assim não a retirada do Ser da Atividade, mas sua integração na Civilização a partir de uma nova perspectiva.

Em números reais, digamos que é simplesmente justo que, ao término do Período Ativo e no início do Período Passivo, a Família — entendida como o Casal Criador da Juventude do Futuro, já Presente — receba da Sociedade uma quantia decisiva, para que, em sua experiência, a administre de acordo com a Sabedoria: para o desfrute do Ser no Espaço e do Fruto de sua Carne e Sangue no Tempo.

Observamos, conseqüentemente, que, tendo o Estado tido na Juventude um produto de consumo e de extração de força sem compensação de qualquer tipo, exceto o confinamento em uma Terceira Idade privada de todo desfrute de sua experiência e Sabedoria, e alienada do cultivo de seu Sangue no Tempo por impotência de meios, e tanto a democracia quanto a ditadura tendem a impor essa sociedade contra o desenvolvimento e a maturidade do Ser como manifestação suprema da Criação, era apenas lógico que, mais cedo ou mais tarde, um mundo baseado em tais fundamentos entrasse em uma ladeira abaixo sem volta.

Mas digamos que o Mundo tenha entrado nessa Fase Final não por vontade própria. Observamos que tanto os sistemas de esquerda quanto os de direita tendem, infalivelmente, à perpetuação do Estado como Entidade Suprema de Regulação do Pensamento e de Subordinação do Ser ao sistema animal de conversão do Homem em uma besta, produtora do sangue de que o Poder necessita para se manter “forever young”.

Obviamente, presumo que ninguém acredite que uma sociedade possa se basear em períodos ontológicos, e assumo que o Poder tem nessa descrença sua arma letal. Mas este século dirá se a possibilidade se tornou realidade ou se transformou em um pensamento sem futuro.

Quanto ao que vemos, a ausência dessa Arquitetura tem sido o terreno fértil onde a loucura, a violência, a ditadura, o império e a corrupção que alimenta as infinitas guerras que vivemos, enquanto Humanidade, encontraram seu berço.

Ninguém tem culpa, e quem a teve já foi redimido; portanto, o que nos resta é a Ação. Pensar na possibilidade da articulação de uma sociedade mundial baseada nesses períodos ontológicos, de modo que as colunas de todo o edifício acreditem no poder do homem para tornar possível essa evolução transcendente e decisiva de sua civilização, é dar o primeiro passo para sua construção.

E, à medida que avançarmos, iremos vendo como resolveremos os problemas que surgirem em nosso caminho, especialmente se não esquecermos que estamos caminhando à beira do precipício.

Quanto à questão que nos preocupa, observamos que a estrutura do Ser na qual se baseou o Estado Moderno teve como protótipo um modelo animal do homem e que, uma vez superada — e já em vias de superação definitiva —, com o período de existência do Ser se estendendo de meio século para um século inteiro e buscando a realização dos 120 anos naturais propostos por Deus, todo o sistema de relações humanas deve se transformar com o objetivo de articular o Estado e a sociedade de acordo com essa nova dimensão que nos espera do outro lado do salto evolutivo que estamos prestes a dar — se não voluntariamente, pelo menos forçado pela situação mundial em que nos encontramos.

Uma coisa é conceber a Existência tomando como referência a expectativa de vida média do homem moderno: meio século; e outra coisa muito diferente é partir de um Ser cuja expectativa de vida natural é de um século. É toda a Estrutura que devemos transformar para que a existência da Civilização prossiga sobre Fundamentos Ontológicos.

É porque o Estado Moderno — democrático ou ditatorial, de esquerda ou de direita, não faz diferença, são a mesma coisa — não consegue conceber a existência de um Homem dotado de uma Vida Média Natural de um século, que seu sistema entra em colapso e gera a Guerra como meio de libertação da insuportável massa humana, da qual não tem forças para se livrar, assim como aconteceu nas Guerras Mundiais.

Esse Estado Moderno, incapaz de sustentar uma sociedade com vocação eterna — livre de doenças, de loucura, de criminalidade e de suicídio —, é, sem querer, mas por inércia, aquele que tende à perpetuação da guerra como meio de liberação de suas forças, e promove a impotência das energias da civilização a fim de perpetuar o *status quo* das famílias selvagens que se repartiram o poder e aspiram ao controle de todos os meios de nutrição e produção do mundo.

Incapaz de conceber uma sociedade humana livre de doenças, o poder moderno é obrigado a promover a doença ao mesmo tempo em que busca uma cura, eliminando, nesse processo, uma grande massa humana.

Verdade contundente e terrível que observamos na Associação Estado-Tabaco, onde, se por um lado busca-se a cura do câncer e das doenças associadas ao tabaco, por outro promove-se o câncer por meio de seu monopólio sobre a indústria do tabaco e da liberdade dos produtores de colocar em circulação um produto que atenta malignamente contra a saúde.

Encontramos o mesmo elemento de associação criminosa na legislação sobre o álcool, um produto altamente tóxico que atenta contra a saúde mental do ser humano e suas relações familiares e sociais, mas que é promovido pelo Estado Moderno com o objetivo de, por meio de suas consequências, eliminar essa massa humana cujo crescimento afundaria o sistema no qual se baseia seu poder.

O Delirium Tremens do fracasso do Estado Moderno é a necessidade da Guerra como medida final, para a qual ele é levado por sua impotência em se transformar e sua incapacidade de dar espaço a um Modelo Humano cuja expectativa de vida média é de um século.

O desafio, portanto, que temos pela frente e em cuja plataforma a civilização jogará seu futuro neste século XXI, é, como dizia o poeta, “Ser ou não ser”.

Ciência do Bem e do Mal

O mundo continua aberto ao futuro. Os desafios de cada século, de cada milênio, são realidades que cada geração deve enfrentar a partir da inteligência que visa o interesse universal. Somos semelhantes a Deus; somos o reflexo vivo de Sua Alma Social. A partir dessa Verdade, compreendemos que, a partir do momento em que um homem, um grupo de poder, um partido político, uma sociedade secreta, uma instituição religiosa etc. coloca o universo das relações sociais a seus pés para satisfazer seus próprios instintos e paixões, a partir desse momento o vírus letal da corrupção inicia sua jornada rumo ao seu objetivo: A Ditadura, a Tirania, a Teocracia e, finalmente, a Guerra.

Seis mil anos vivendo no inferno capacitam o homem a extrair conclusões definitivas sobre a natureza das leis que regem o comportamento dos vivos sob o domínio da Ciência do Bem e do Mal.

Seis mil anos de experiência sofrendo o inferno da corrupção além da justiça; seis mil anos são suficientes para reunir coragem e se levantar contra todo tirano, ditador, corrupto e ególatra demente

que, em nome de uma revolução feita à sua medida, visa apenas mascarar sua conquista do status de um deus à imagem e semelhança de Satanás.

Não podemos continuar vivendo de joelhos diante da Morte. O medo da morte é o princípio de todas as ditaduras e tiranias. Tão grave é o crime do ditador quanto a covardia do cidadão.

Não há conclusões a não ser em relação aos problemas do momento. Cada geração tem os seus, e cada século deve responder aos seus problemas de acordo com o mesmo espírito que conduz a Humanidade, de século em século, até alcançar a Paz Mundial com base na Verdade e na Justiça, nunca sobre os pilares malignos da ditadura das leis políticas e da tirania dos interesses individuais.

Nesse sentido, é bom afirmar que o Poder Político, em um mundo regido pela lei do Bem e do Mal, tem sua Origem no Crime, e sua Razão, tendo como meio o Assassinato, tem como Fim a ruína do povo sobre o cadáver daqueles que se opõem à execução do crime, sem cuja consumação não se pode alcançar o Poder.

O episódio de Caim e Abel é a lição suprema número um que Deus coloca diante de nossos olhos para que quem tiver olhos veja a origem e a razão do poder em sua natureza mais sórdida e repugnante: o assassinato do próprio irmão como resultado da oposição deste em apoiar os planos do aspirante a salvador do mundo.

A função e a missão de todo homem, deduzidas de seis mil anos de fratricídio universal ininterrupto, é abolir o Poder fundado sobre esse crime.

Um Poder Político que não tem como Princípio e Fim a Fraternidade Universal, mas que se ergue acima da Lei do “Eu Sou o Governo, Eu Sou o Estado”, é um Poder Assassino, Parricida, Matricida, Fratricida, Homicida; esse Poder é, em definitiva: um Crime contra a Humanidade, é um Poder que nasce da Corrupção para conduzir a Nação à Tirania.

Não há desculpa, não há justificativa, não há raciocínio nem discurso que valha em defesa desse Poder; o Poder, na medida em que justifica o crime e quer fazer do crime o meio necessário para um fim que transcende o próprio crime, esse Poder é, em si, um crime contra a natureza da vida.

Essa perversão da natureza do Estado nos coloca diante da necessidade da separação entre Governo e Estado, para que, por parte do Governo, essa necessidade seja abolida e, por parte do Estado, o Governo seja regulamentado, de modo que não possa usar os poderes do Estado para encobrir crimes de qualquer natureza.

Observamos que, nas nações onde o Poder e o Estado são uma única entidade, como no modelo socialista, o crime de Estado continua sendo uma necessidade legal.

Nas nações onde o Islã detém o Poder, o Crime faz parte do Estado e o assassinato seletivo, por razões religiosas ou políticas, é uma condição natural a ser cumprida para sua sobrevivência.

Assim, nos Estados socialistas, sem renunciar ao crime como razão política, o crime de Estado é contido, pois não pode se manifestar em toda a sua plenitude devido à repulsa que vai se formando no seio do povo, cuja aspiração à democracia cresce de forma imparável, embora reprimida.

Observamos que, nas nações islâmicas, sendo a democracia contrária ao crime de Estado, o Estado é criminoso por natureza religiosa; e sendo a democracia o Estado em que o crime político e religioso é considerado delito, é natural que a democracia e o Estado islâmico se encontrem sempre e eternamente presos no episódio de Caim e Abel.

A Revolução da Primavera Árabe fala melhor do que eu escrevo.

Assim, a mesma Lei que colocou o crime em cena como condição necessária para o acesso ao poder continua em vigor nas nações onde o poder, alcançado por meio do crime, necessita do crime como razão de sobrevivência.

Não é à toa que, tendo o cristianismo alcançado sua posição na civilização sem ter utilizado o crime como meio, ali onde o cristianismo cresceu, a democracia também cresceu; e, uma vez nascida, convivendo com o cristianismo, o povo, por sua própria inércia evolutiva, tende à supressão do crime como razão de Estado.

E vice-versa: tendo sido o Estado cristão o campo onde a árvore da democracia criou raízes e cresceu até atingir a evolução observada nos Estados europeus, a batalha pela extinção do cristianismo por parte do Poder Socialista é condição sine qua non para sua perpetuação no poder.

Após 30 anos de poder socialista, o que se poderia esperar para o futuro da Grécia senão a ruína?

A Lei é óbvia: onde quer que o socialismo seja implantado, cresce a ruína; onde quer que o Islã seja implantado, a democracia aborta.

Assim, seis mil anos de vida no inferno constituem um verdadeiro curso na Ciência do Bem e do Mal que, seguindo a inteligência natural, deveria ter feito de todo homem, seja ele homem ou mulher, um verdadeiro especialista no assunto. Lamentavelmente, observamos exatamente o contrário, ou seja, que cada pessoa age como se o mundo tivesse nascido com ela e a História não tivesse nada a ver com seu presente e seu futuro.

Essa desconexão entre a Memória e a Consciência é chamada de esquizofrenia.

Não é à toa que toda organização que busca o Poder tende a provocar esse processo esquizoide durante o Período de Crescimento da Inteligência Natural. Ao criar um abismo entre o Presente e a História Universal, o Poder intensifica a implantação de uma Memória Histórica Artificial, erguendo entre o Presente e o Futuro um Muro contra cuja dureza a Realidade se choca. Nesse jogo de interesses individuais, o homem fica, como diz o provérbio, dançando na corda bamba.

A Lei é lógica: onde não há cultivo da Inteligência, produz-se inevitavelmente a colheita do Eleitor Lixo, que é aquele incapaz de relacionar as leis da História — que são as conclusões da experiência — com o Presente e suas circunstâncias.

Existe alguma nação islâmica em que, sob o governo do Alcorão, reine a Lei da Democracia?

Existe alguma nação que, após trinta anos de poder socialista, não tenha sucumbido à ruína?

A ruína e a tirania são o desfecho a que conduz todo Estado submetido ao socialismo; exemplos de ruína, a Grécia; e de tirania, Cuba.

Voltando, então, à magistratura que concede seis mil anos de experiência no inferno da Ciência do Bem e do Mal, o homem, seja ele homem ou mulher, que busca um mundo para seus filhos onde a Lei seja a da Vida, tem como tarefa nunca tocar em nenhum dos ramos da Árvore da Ciência do Bem e do Mal, seja ela socialista ou islâmica, ao mesmo tempo em que tem como missão aperfeiçoar o Estado Democrático por meio da evolução de toda a sua estrutura até a supressão total e definitiva do Crime de Estado como Razão de Governo.

O Governo não tem o privilégio de usar o Estado para esmagar as forças da oposição; o Estado tem a função histórica de impedir que o Governo viole as Leis; ou seja, o Futuro da Civilização passa

pela Separação entre Estado e Governo, duas dimensões paralelas que coexistem, mas não devem se misturar.

Observamos que, onde o Estado fica subjugado ao Governo por lei, a corrupção política e a perversão dos governos por parte dos poderes econômicos internacionais e nacionais levam o Estado a intensificar suas capacidades repressivas, justificando o governo o abandono da herança democrática conquistada ao longo de décadas com a necessidade de sair da ruína, para a qual o povo foi conduzido por esse mesmo poder que agora se quer erguer como salvador da nação sobre a qual atraiu tal ruína.

É, portanto, um “fenômeno” ler as declarações dos governantes proclamando querer se erguer como salvadores da ruína que eles mesmos provocaram. Eles desferem a facada e exigem ser o médico que cura e fecha a ferida, e quem negar o dever que lhes cabe de curar o moribundo é um inimigo da democracia.

Se o “fenômeno” é esse tipo de governante, não menos “fenômeno” é o eleitor incapaz de relacionar a adaga com a ferida, e Judas com as trinta moedas de prata.

Torna-se difícil, portanto, para quem ama a História como fonte da Memória Universal, assimilar a esquizofrenia intelectual que o Poder — seja socialista ou islâmico — proclama como condição necessária para a preservação da Ordem e do Progresso do Estado.

Não é o Estado que deve progredir, é a Nação que deve evoluir de um estado selvagem, bárbaro e racional para um estado intelectual, tanto no plano material quanto no espiritual, onde o Poder não existe como Meio nem como Fim, mas como Princípio do Ser Humano; e esse Princípio, baseado na Palavra, torna-se Lei para fazer de cada homem uma lei em si mesmo; e, de acordo com essa evolução, o Estado cresce para manter sempre o governo dentro das leis.

Daí, pelo contrário, a corrupção e a ruína dos Estados: elas decorrem da criação de leis por parte dos governos que visam exclusivamente a legalização das atitudes e comportamentos criminosos dos poderes, sejam eles políticos, religiosos ou econômicos.

Já vemos, ao acompanhar o Curso sobre a Ciência do Bem e do Mal, que Deus teve de abrir, contra a Sua Vontade, para fazer do nosso mundo o livro onde se lê, escrito com o nosso sangue, por que Deus aboliu todo o Poder e declarou o Fim de toda Coroa e Senhorio, estabelecendo um Estado Universal, Único e Todo-Poderoso, ou seja, Incorrupível, permanecendo o Governo de cada Nação distinto desse Estado e, ao mesmo tempo, sujeito à Lei desse Governo Universal.

Em um plano de referência mais próximo, para falar em termos humanos, o Estado é para o Governo o que o esqueleto é para o corpo humano. A pessoa tem liberdade de movimento para orientar sua existência naquilo que lhe sugere seu desejo de vida; e, no entanto, a pessoa não tem nenhum domínio nem poder sobre seu esqueleto. O Estado (esqueleto), seguindo essa lei da vida, não tem a missão de reprimir ou impor ao Governo (o corpo) a direção de seu movimento; e, vice-versa, o Governo não pode manipular a estrutura do Estado, e quando o faz, entram na Nação a Corrupção e a Ruína que conduzem à Ditadura e, por meio da Ditadura, à Guerra Civil.

A atuação histórica do Governo e do Estado em coexistência “inseparável”, mas “separada”, é o que determina a imunização da sociedade, da nação e da civilização contra a corrupção, a ditadura e a guerra.

Obviamente, todo poder político ou religioso que busque seu próprio interesse — nada mais do que sua sobrevivência no privilégio — deve se levantar contra essa separação entre Estado e Governo; agora, bem, se Abel era santo e preferiu, como Cristo, deixar-se matar a responder à violência com

violência, o direito à defesa da vida é superior ao martírio quando não há motivo para a crucificação, e aquele que está disposto a cometer um crime colocou-se além de toda capacidade de redenção; ou, como reconhece a Carta Fundacional da Democracia: a Nação, o Povo e o Estado têm o dever de se levantar contra o Governo quando este pretende usar o poder como plataforma para a ditadura por meio da ruína da civilização.

Observamos no comportamento das classes políticas como a Crise Econômica Global está sendo utilizada para a criação de Figuras Totipotentes, cujos poderes especiais atentam contra a evolução da Civilização. A resposta da aliança entre os poderes políticos e econômicos aos problemas urgentes que a própria evolução promove não é outra senão a necessidade de dotar a Democracia de “poderes especiais”, em nome dos quais a liberdade de expressão e de movimento são sacrificadas em prol “da liberdade, da ordem e da paz”.

CAPÍTULO OITAVO

ONTOLOGIA DA FAMÍLIA

I

Abordagem do problema

A natureza da relação entre o homem e a mulher apresenta duas perspectivas. Na primeira, o uso do outro e o prazer do indivíduo em detrimento da importância do outro, sendo este relegado a uma mera função de manipulação, pela qual a pessoa se torna uma coisa, e a relação humana se transforma, nesse sentido, na manipulação de um objeto qualquer com funções específicas; e, por meio desse tipo de relação, o homem e a mulher tornam-se meros mecanismos de satisfação de um instinto desprovido de qualquer tipo de lei natural e não sujeito a nenhuma razão social além daquela imanente à satisfação pessoal do instinto, sob cuja lei vive o indivíduo, seja ele homem ou mulher. O adolescente segue essa linha de comportamento, embora sem consciência de causa e efeito, e submete seu comportamento à evolução da personalidade, ainda não consumada, em cujo crescimento os valores decorrentes da relação entre homem e mulher não se manifestam em sua plenitude.

Na adolescência, o amor é um jogo que não se baseia em uma relação definida e sujeita a leis; não há Direitos nem Deveres. Durante essa etapa de crescimento físico final e de desenvolvimento intelectual em fase inicial, a natureza da relação entre ele e ela se ajusta a um modelo ou outro de comportamento, de acordo com o padrão social determinante da família de onde provém. E o direito e o dever aos quais se submete a relação entre eles durante a adolescência são estabelecidos pelas leis sociais que regulam os limites da liberdade individual e promovem o respeito entre os indivíduos, homem e mulher. O término dessa fase de desenvolvimento do indivíduo enquanto ser não ocorre diante de uma única porta, mas apresenta várias opções: 1. – o celibato sacerdotal; 2. – o celibato não sacerdotal; e 3. – o casamento.

Fenomenologia da questão

Digamos, então, uma vez dentro desse contexto, que são muitas as causas determinantes da transformação de duas pessoas que, aos seus olhos, um dia eram maravilhosas, em dois verdadeiros monstros. Esse será o outro tipo de abordagem a partir da qual se deve proceder ao estudo da natureza da relação sexual entre o casal humano.

Como regra geral, e sem nos determos nas exceções, olhando mais para o futuro do que para o passado, mas tomando o passado como lição e matéria da qual extrair as conclusões pertinentes e necessárias para aplicar ao presente, a relação sexual foi estabelecida pela Natureza do Universo com um sentido teleológico definido e específico, a saber, a procriação da espécie humana no seio de uma organização familiar não criada pela espécie, mas sim determinada pelas leis da Natureza criadora do Homem. Aqui podemos criticar a sabedoria da lei natural por se intrometer na vida humana e mandar

a Natureza para o inferno. A demência tem muitas formas e suas ramificações chegam até os congressos, as academias e, por todas as esferas da sociedade, ela ergue trono e cátedra!

Nesta seção, a crítica não é nada; o que importa é o fenômeno consumado da existência de uma lei natural cujas implicações estendem o universo de suas consequências sobre todas as espécies da Terra, submetendo a reprodução de toda forma de vida à sua lei e ao seu mandato. Acreditar que o homem, enquanto espécie viva, esteja fora da lei natural universal é, em suas raízes, tronco e ramificações, o princípio de uma loucura; e seu efeito — estabelecer uma lei que anule a lei natural — é o domínio dessa loucura sobre o indivíduo, seja ele homem ou mulher.

A transcendência do conhecimento dessa lei natural — cujo domínio sobre a vida na Terra, desde o início da História até os dias de hoje, é uma coroa de sucessos — é de uma importância histórica inestimável, e sua ignorância é uma das causas pelas quais essas duas pessoas, maravilhosas em seu tempo, no dia seguinte se transformam em monstros para si mesmas. Não é à toa, nem com a intenção de disser sabedoria, que volto a esta questão do divórcio, abordando sua fenomenologia desde o início, pois, para que haja divórcio, deve haver primeiro um casamento. E é sobre ele que deve incidir qualquer estudo que conduza à estrutura central do divórcio como porta de saída para uma situação cujo controle escapou aos dois indivíduos e se abriu para uma psicopatologia que cultiva o monstro no ser, o qual, ao dar frutos, chega ao terrorismo de gênero.

O divórcio, em definitiva, como uma porta para a luz após um relacionamento cujas origens se baseiam no amor, e não para o inferno daquele que se vê ou se sabe impotente para nunca dar um passo para o outro lado dessa porta das trevas, atrás da qual o indivíduo não consegue controlar o ódio e passa a cultivar em seu coração o monstro, é o ponto de vista a partir do qual este estudo é contemplado.

Filogênese da Reprodução e Origem da Família Sapiens

A principal causa determinante da substituição da reprodução da espécie — base da existência — pela reprodução do divórcio — agente destrutor da própria espécie devido aos seus efeitos psicopatológicos sobre a prole — reside na ausência total de uma educação sobre o significado da reprodução da espécie humana no âmbito da Natureza.

Em uma sociedade governada pelos princípios da razão do animal político — tal como a que temos como habitat natural no alvorecer deste século e milênio —, não apenas o comportamento sexual da espécie humana se estabelece em uma alienação em relação à lei natural à qual todas as bestas obedecem, mas também se rompe o modelo natural animal e se interpõe outro, nascido da escravidão e da servidão do homem ao homem, sob cujo domínio a monstrosidade das classes monárquicas e teocráticas da Antiguidade humilhou o homem e a mulher por meio da espoliação de todos os seus valores naturais e ontológicos, transformando o ser humano em um mero objeto sem individualidade, personalidade, direito nem existência consciente, de acordo com a lei da Liberdade Universal.

Subjugado pelo monstrosismo teocrático das monarquias da Antiguidade, e pela selvageria inerente à paixão bélica de suas dinastias, em perpétuo estado de crime contra a humanidade, o comportamento sexual da espécie humana acabou assumindo o que outrora foi uma humilhação e um crime contra a Natureza como um comportamento social, levando o monstrosismo monárquico e teocrático a criar o Terceiro Sexo.

Foram, portanto, as classes monárquicas e teocráticas da Antiguidade, que persistiram em sua existência até os dias de hoje, que, com seu degeneracionismo de classe, impuseram um Modelo Sexual Não Natural no qual a Lei do Universo foi banida da Sociedade Humana e passou a ser substituída por uma lei antinatural que impõe à Reprodução da Espécie um Modelo não inscrito na filogênese da Humanidade.

As consequências de uma lei baseada em um crime contra a Humanidade se manifestam na reprodução do fracasso, em escala universal, da Família, criação natural do Universo, estrutura espaço-temporal em cuja matéria a Vida lançou suas raízes na busca pela Criação da Inteligência, cuja dinâmica de busca trazia em sua filogênese esse Modelo de Reprodução que chamamos de Família. É esse Modelo de Família Natural que tem sido atacado e está sendo demolido por aquela Lei nascida de um Crime contra a Humanidade, que as dinastias e as teocracias persistentes na Terra patrocinam e defendem com base na necessidade de manter seu status quo, “além da Lei”, pelo qual deverão responder perante o tribunal da História.

A reprodução do gênero humano, portanto, baseia-se no princípio da evolução da inteligência da vida sobre uma plataforma de gerações ao longo do tempo, a serviço da qual a Natureza trouxe à luz a Família Sapiens. A criação desse Modelo implicava uma Filogênese Antropológica do comportamento reprodutivo do Homem, fruto da qual surgiu o Modelo de Sociedade Nuclear, em cujo seio se realiza a Herança da Inteligência Adquirida de uma geração para outra; sobre essa Dinâmica Universal, a Sabedoria Criadora ergue aquele maravilhoso edifício que é a Civilização. Esse Modelo Antropológico, sobre o qual a Inteligência Sapiens se tornou possível e de cujo solo emergiu na História a Primeira Civilização — base da etapa final da Consciência e da Memória da Humanidade —, foi o Modelo contra o qual as classes monárquicas e teocráticas da Antiguidade se lançaram sem piedade nem misericórdia, declarando-se fora da Lei, e em um estado existencial perpétuo de crime contra a humanidade.

Foi naquela terra criminososa que surgiu o Terceiro Sexo, produto da escravidão, do império e do terror das dinastias bélicas, e um modelo familiar não filogenético, alienado de uma base antropológica, imposto pelo terror, cujas manifestações foram:

- 1.- a poligamia,
- 2.- o sacrifício humano dos filhos aos deuses da Guerra,
- 3.- o machismo monárquico,
- 4.- a mulher aristocrática putativa,
- 5.- e a prostituição teocrática inerente ao paganismo.

Efeitos monstruosos que o ateísmo herdou e, por meio da ciência, deu forma ao que foi, aos olhos da Natureza Criadora e do Criador do Universo, um crime, nascendo assim o ateísmo científico, ou seja, o monstrosismo como modelo de comportamento sexual-social.

Tais são as origens, na formação da inteligência humana, da ausência total e absoluta de qualquer referência a uma educação sexual baseada na filogênese da reprodução do gênero humano e em uma antropologia da família Sapiens, sendo essa lacuna preenchida, por uns, por meio da teoria da semente que repousa no bico de uma cegonha, e os outros, por meio da programação política da sexualidade humana. Se os primeiros baseiam sua inocência no fato de que até mesmo os ratos sabem como se insere e se retira, os outros fundamentam sua adoção do monstrosismo legado pela Antiguidade em razões de liberdades políticas, sendo os primeiros mais bons e os segundos mais maus, mas ambos sem abordar o problema da Família como Modelo Sapiens não criado pelo Homem e única estrutura válida perante

a Natureza, cuja transgressão implica, efetivamente, a extinção da espécie; daí que o Criador do Universo tenha anunciado ao Primeiro Homem que se levantou contra a Lei Natural as consequências de seu delito, dizendo: “Pó és e ao pó voltarás”.

Esse Modelo Natural, baseado na Filogênese da Reprodução Sapiens, é o que a Família Cristã herdou; porém, como efeito da sobrevivência no Cristianismo das monarquias e de seu modelo criminoso de comportamento sexual, ficou sujeito às perturbações inerentes à delinquência extemporânea das dinastias europeias.

A Educação Sexual

Temos, portanto, que, para estabelecer uma ciência do comportamento sexual dentro de uma sociedade sujeita à lei, devemos basear seus princípios na natureza e não nos efeitos sobre o corpo da civilização do império fratricida que as dinastias da Antiguidade exerceram e que mergulhou o mundo no inferno de uma guerra civil perpétua.

Mas se ao conhecimento científico da origem da sexualidade reprodutiva específica e à adoção, pelo cristianismo, do modelo de família sapiens não somarmos a consciência da estrutura da lei que rege os deveres e direitos dos membros da família, incluindo a própria lei do divórcio, provocaremos uma situação grotesca. Vemos no dia a dia que os jovens saem da escola com muita experiência em relações sexuais casuais e nenhuma sobre a definição das complicações posteriores às quais se expõem por meio do casamento, chegando às portas do divórcio sem conhecimento de suas consequências, motivos, disputas e provocações criminosas a que a contenda dá origem.

NÃO vamos dizer que o legislador e o educador se confabularam para abençoar o inferno e lançar a juventude nas mãos do demônio do ódio, precursor do divórcio. A estrutura da Formação Humana, mesmo tendo deixado para trás a Era Atômica, continua ancorada na estrutura medieval, que a Era Moderna não rompeu, limitando-se esta a acrescentar ao Quadrivium as novas ciências, sem jamais abordar o Problema da Família como Núcleo, sem o qual a existência da espécie humana afunda no processo de sua extinção, de uma forma ou de outra. Para o morto, uma vez morto, não faz diferença se foi morto com veneno de rato ou com veneno contra reis. Não se trata, portanto, de se perder na busca por culpados. Pois no casamento, assim como na vida, não há um único culpado.

Infelizmente — e eis aqui a origem do terrorismo de gênero, ou violência de gênero, conforme a quem o pratica —, a culpa pela ruptura do casamento recai exclusiva, total e absolutamente sobre ele. Daí que a injustiça, revestida de justiça, atue como uma máquina e viole o espírito da Lei ao pré-estabelecer um julgamento deliberado sobre uma situação sujeita aos tribunais. Pois, como até mesmo o mais cruel assassino bem sabe, um julgamento cujo tribunal já está predeterminado em sua sentença não é justiça, é uma farsa; e, no mundo real, essa farsa constitui um crime terrível. O que, no mundo real, é um crime, no mundo do divórcio é lei. E daí decorre sua consequência: o terrorismo de gênero.

O objetivo metafísico da Educação Sexual tem início na Formação da Personalidade do Indivíduo, mas o princípio dessa formação exige a revogação de tal lei criminosa imposta à Civilização pelas dinastias criminosas que, desde a Antiguidade, impuseram à Civilização um Modelo de Comportamento Sexual e Familiar que, em essência e substância, destrói o Modelo Sapiens que a Natureza trouxe à luz, fruto de uma evolução criadora, semente da Vida Inteligente na Terra.

São, portanto, duas as grandes esferas que uma Educação Sexual do Indivíduo deve abranger. A primeira é o Conhecimento científico da Filogênese do Sapiens e seu Modelo Natural de Reprodução. E a segunda é o Casamento como Lei. E uma terceira, na qual ainda não nos aprofundamos: a Ontologia do Ser, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo dentro do casamento quanto no que diz respeito à psicologia da formação do ser dentro da família. Área esta que, se, ao falarmos das duas primeiras, observamos o silêncio, sobre esta terceira é o Nada que predomina. De tal forma que o indivíduo não apenas se lança no casamento sem conhecimento da natureza do processo de divórcio, mas, o que é mais terrível e trágico, sem qualquer tipo de conhecimento sobre o que é o Ser, a Formação do Ser e a Psicologia da Família, tomando como núcleos da ciência o pai, a mãe e os filhos.

A quem surpreende que, dada a complexidade da Inteligência e a absoluta ausência de uma Ciência da Família, o fracasso do casamento não seja uma questão, mas um problema?

Deus e a Ciência do bem e do mal.

O nojo, a repugnância, o ódio, o desprezo total, a rejeição absoluta, a indignação suprema e invencível, o julgamento de Deus contra a Ciência do bem e do mal, ou seja, a lei pela qual a injustiça de sociedades privadas e secretas se erguem como poder legislativo, administrativo e executivo, a corrupção como *modus vivendi* político, o poder sobre a vida e a morte como privilégio fundamental da classe dominante e, enfim, tudo o que é natural ao sistema sob cujas rodas criminosas a humanidade trilhou seu caminho desde Adão até os dias de hoje; esse ódio invencível de Deus contra tal lei assassina e maligna, com base na qual alguns poucos se revestem de justiça e verdade para, com sua mentira e injustiça, levar o mundo inteiro ao status quo de uma guerra permanente como meio perfeito de consolidar seu domínio *per seculam seculorum*; esse nojo, indignação e repulsa de Deus por uma lei que consagra, na ordem natural, o direito dessa classe de esmagar, pisotear, demolir, arruinar e massacrar impunemente; esse ódio Divino é o Espírito Santo que rege o futuro do Universo, e diante da obstinação suicida de sua criatura, incapaz de compreender de onde vem a Deus esse ódio tão definitivo, concreto, avassalador, invencível, tão grande que não perdoou nem mesmo ao seu próprio Adão quando este transgrediu a Lei, e porque a necessidade de colocar em evidência a causa e a origem dessa coexistência impossível entre o espírito de Deus e a Ciência do bem e do mal determinou o Julgamento pelo qual a Criação viveria, na carne do Gênero Humano, essa causa que encontrou em Deus solo fértil e deu como fruto um amor incontável pela Verdade como princípio e fundamento da coexistência entre seres inteligentes, uma paixão selvagem pela Justiça como núcleo indestrutível de toda Civilização nascida para crescer eternamente, um sentido cósmico da Paz como força baseada em um Direito Universal ao gozo da Liberdade e da Vida.

E, tendo de escolher entre ambas as opções — a de se tornar o Chefe de uma estrutura social maligna governada por uma cúpula além do bem e do mal, ou ser o Chefe de uma Civilização governada por uma Lei Onipotente que submete todo indivíduo, seja ele quem for, à sua Justiça, Deus escolheu a segunda opção com a força invencível de quem seu ódio pela opção da Ciência do bem e do mal é absolutamente irreconciliável com seu amor pelo Direito à Liberdade de todos os seres, na perfeição. E sua escolha tornou-se tão categórica que, ao mesmo tempo em que o castigou de acordo com a Lei de seu povo — pois seguiu a Lei até as últimas consequências —, Ele o elevou à Cabeça dessa Civilização em razão, pela qual Ele abriu a Criação à Vida Inteligente à Sua Imagem e Semelhança, pois, sendo todo-poderoso para vencer todos os seus inimigos e se elevar acima da Lei, por amor à Lei colocou o ápice de

sua força aos pés da Lei... Mas aonde tudo isso nos leva, sendo essa uma doutrina antiga dos cristãos de outrora?

Nos conduz ao término do Julgamento pelo qual nossa Espécie se tornou o espetáculo do universo, ou seja: a proferir nosso Julgamento sobre a Ciência amaldiçoada que Deus quis ocultar de toda a sua Criação, e em razão da qual uma criatura repugnante e nojenta se creu tão astuta a ponto de fazer com que o Homem, ignorante da existência dessa Lei assassina, caísse.

Que orgulho há em medir forças com uma criança? E que ciência há em se acreditar capaz de desafiar Deus para um duelo até a morte? A loucura é o núcleo de onde irradia criminalmente a mente que ama o que Deus odeia e despreza o que Deus ama. E ao afirmar isso, não o faço como alguém que está com as calças sujas de fezes e morre de terror diante do Poder de Deus. A Verdade é Verdade com Deus e sem Deus, mas, com Deus, tornou-se invencível e elevada à Glória daquilo que nasce para ser eterno.

A abstração do Fato é, portanto, necessária, para que, sendo nossa carne a que sofreu o terrível dilema final no qual Deus e sua Criação ficaram presos, nós, enquanto espíritos inteligentes, observemos a História do nosso Mundo como aqueles que também fomos colocados — como se não a tivéssemos vivido em nossa carne — ao redor da mesa para escolher entre a Lei como Fundamento da Civilização ou a Força que provém de um Grupo de Poder cujo princípio é o domínio do mundo e que tem na Guerra sua lei. A escolha cabe a cada um.

Ninguém pode dizer que ignora o que é a Ciência do bem e do mal. Ninguém pode dizer que ignora o conteúdo e a forma de uma lei que estabelece o direito de alguns poucos de esmagar e escravizar o universo inteiro com base em um certo direito natural. A escolha cabe a cada um.

Sem ir mais longe e deixando de lado essas demonologias para idiotas, uma parte da própria Casa de Deus rejeitou a Lei do Espírito Criador e defendeu a transformação da Cúpula Dirigente do Reino de Deus em um Olimpo de deuses, cada um deles além do bem e do mal, imunes à Lei e responsáveis apenas perante Deus. Discurso que pretendia eliminar o Juiz em Deus e substituí-lo pelo Pai. A resposta de Deus a essa imensa manipulação de Sua Verdade está escrita com o sangue de Cristo nas Crônicas da História da Humanidade. Não há nada a acrescentar ou retirar a esse respeito; o que nos cabe e nos é permitido é tirar as conclusões, tomar uma decisão final e colocar sobre a mesa nossa escolha entre a Lei da Vida e a Lei da Morte.

E a partir dessa escolha final, é natural que quem opta pela opção do Diabo aja em conformidade e busque a instauração de um modelo de Sociedade do Poder no topo de uma Civilização Mundial dominada pela lei de seu império, onde o direito tem como núcleo a vontade desse grupo.

Tendo sido criado à imagem e semelhança de Deus, supõe-se que o Homem deva afastar a Vontade de Deus e colocar a sua própria. Mais cedo ou mais tarde, por imposição ou de bom grado, a escravidão, patrocinada por esse Neo-Império, lenta mas inexoravelmente, e utilizando a Guerra como catalisador que acelera o processo de tomada do Poder Mundial, tem de forjar seu Império Global por meio da destruição da força oponente e da assimilação das forças competentes. É a conclusão lógica a que chega toda inteligência que adota a defesa de seus privilégios e interesses como origem de sua lei e rejeita, por considerá-la inimiga de seus interesses e privilégios, a Lei Universal do Universo.

Mas isso não é nada novo; é o que o Diabo e seu Inferno buscaram e não obtiveram de Deus, o que conduziu a Criação aos pés da Cruz de Jesus Cristo. Mais ainda, eu diria que é preciso ser um pouco idiota para, tendo diante de nós a História do nosso Mundo, acreditar que essa tendência seja algo novo ou, indo ao outro extremo, que essa tendência seja uma paranóia de certos intelectuais de nossos dias .

Digamos que o que diferencia a tendência atual das forças que buscavam o mesmo em outras épocas é a necessidade de agir nas trevas.

Antigamente, o domínio universal era buscado à luz do dia e ninguém escondia que o império era seu objetivo. Hoje em dia, essa manifestação, aos ouvidos de todos que não são surdos, é impossível, tanto mais que até mesmo os surdos de hoje sabem ler lábios.

Ora, também não estamos dizendo nada de novo quando nos limitamos simplesmente a constatar a existência de uma realidade que tem suas raízes em milênios. O que diferencia nossa posição das posições que as gerações de outros séculos tiveram não é a realidade, mas o conhecimento da realidade. E o que nos coloca em uma encruzilhada histórica é que nos foi deixada a decisão final para a qual a História da Humanidade tem tendido nos últimos seis milênios. Ou seja: com Deus, ou contra Deus e com o Diabo.

Primeiro Ponto

Se for com Deus:

abolição de todas as sociedades secretas privadas, desmantelamento de toda organização estatal com poder para matar que tenha na violação da Lei e do Direito seu princípio de existência. Visto que sua origem é um fim criminoso, justificado na antiga divindade dos monarcas — doutrina em voga até os dias de hoje e à qual foram sacrificados bilhões de vidas —, a necessidade é óbvia e sua aplicação exige uma ação imediata, pois, sendo o instrumento armado daqueles que jamais colocarão seus privilégios e interesses a serviço do Bem da Humanidade, pela própria natureza de sua decisão criminosa, eles precisam usar esse braço para destruir qualquer um que se oponha a eles — necessidade que só pode prosperar por meio do confronto até a morte entre o Povo e a classe dominante. Ora, se a parte do povo for a do covarde, quem impedirá que a lógica alcance seu fim?

Se for com o Diabo:

Toda imunidade para o crime deve ser concedida aos órgãos secretos do Estado, a fim de conjurar, pela morte, a ruína do Direito na nação e no mundo e instaurar uma civilização fundamentada na superioridade de classe de sua cúpula dirigente.

A coerência com o próprio espírito é uma lógica natural que deve ser aplicada a si mesmo e ao seu coletivo por quem quer que seja que deseje tomar a decisão de impedir que o Ato Supremo para o qual a História da Humanidade tem tendido nos últimos milênios alcance seu Desfecho Final. Nada há mais lógico para qualquer grupo que pretenda impor sua vontade em nível mundial do que a limitação dos direitos civis, a absolutização do Direito Universal e a ampliação do poder para matar seletivamente e a critério por meio desses órgãos secretos do Estado.

Que aqueles que optam pela escolha do Diabo ajam em conformidade é tão natural quanto a neve cair no inverno. A tendência inercial daqueles que se acreditam sementes de deuses nascidos para dominar é a do Império. Não é nada novo; basta abrir o Livro da História Universal para constatar isso. Não é acusar ninguém extrair da Ciência do bem e do mal as conclusões e os princípios cujos mecanismos movem a máquina de seu inferno.

Que cada um se olhe no espelho e veja em que lugar se colocou, pois, assim como o Diabo soube enganar o maior Homem de sua época e, desde então, se reveste de todo tipo de luzes, pode ser que alguém, acreditando estar ao lado da Lei de Deus, acabe sendo um mero instrumento do Diabo. O Juízo Final ainda não ocorreu, porque, para que ocorra, deve haver uma Escolha consciente. Que ninguém se

engane, portanto. Uma vez concluído o “Curso da Ciência do Bem e do Mal”, o Criador retorna para retomar o que estava fazendo, e quem poderá resistir à sua Onisciência?

Segundo Ponto.

Se, com Deus:

Abolição de toda imunidade para qualquer indivíduo, sob qualquer circunstância, e submissão de todo homem à Lei da Responsabilidade por seus atos, seja quem for, ocupe o cargo que ocupar.

A Justiça é onipotente e, ao seu chamado, desde o homem mais poderoso de uma nação até o mais humilde dessa mesma nação, todos acorrem, ambos sujeitos aos mesmos deveres e direitos. Qualquer exceção que prive a Justiça de sua onipotência é um golpe de Estado contra a Lei e o Direito.

O Futuro tem como norma o crescimento do Bem e a consequente potencialização de todos os sistemas internos de proteção da Vida; a Imunidade, ao criar ilhas de salvação onde se refugiam os ladrões das Riquezas das Nações, é uma aberração contra a Justiça, e seu efeito, a cegueira, é a escuridão que, inundando os Parlamentos, os transforma em covis dos criminosos mais temíveis.

A decisão cabe a cada um. Deus tomou a sua e abominou essa Exceção que é a Imunidade do Indivíduo perante a Justiça, que lhe exige responsabilidade por seus atos. Não há maior direito de propriedade intelectual do que aquele que une o Homem aos seus Atos, Pensamentos e palavras.

Se for com o Diabo:

A absolutização da imunidade do indivíduo perante a lei e a consagração do direito ao delito e ao crime desse indivíduo ou grupo, por meio da alienação de sua pessoa ou coletivo do dever de responder por seus atos perante a Justiça, bem como a extensão dessa excepcionalidade — em seus dias monárquicos —, é a consequência natural de quem opta por viver em um sistema social baseado na lei para todos e no delito para poucos como meio de vida. Além disso, o contrário — que a impunidade-imunidade se espalhe sem que, com ela, se espalhem a corrupção, a infração e o crime — é uma paródia da inteligência política, que somente um idiota integral pode assumir como realidade necessária e inerente ao sistema democrático, no qual se abençoa em alguns o que, em todos, é punido com as penas mais severas.

Ora, o natural para quem defende o privilégio do crime para a classe dominante e defende esse privilégio como um sinal de classe dominante, o natural é que não apenas defenda e advogue por esse delito contra a Natureza da Ciência Política, mas que invada todos os estratos da Justiça e desloque a oposição por meio da substituição, em suas cúpulas, por peões escravos perfeitamente lobotomizados, a fim de elevar à categoria de instituição natural o delito que representa tal Artigo Constitucional sobre a Imunidade de Reis, Presidentes, Parlamentos e Diplomatas. E o contrário, ou seja, que quem opta por um modelo social baseado no Poder como Jogo democrático, aja deixando à Justiça o que é da Justiça, é, por ser incongruente, a maior estupidez concebível. Quanto mais firme for a decisão de integrar-se a essa classe privilegiada sujeita ao “direito dos deuses”, mais contundente será a irrupção desse partido na esfera da Justiça, derrubando todos os pilares da legalidade independente e anatematizando toda oposição à sua força. É uma questão de lógica. O contrário seria uma aberração de incoerência com a própria política de excepcionalidade estabelecida pela cúpula dirigente do Partido.

“Pelas obras, portanto, os conhecereis”. Dependendo do gato, ele será rã ou sapo. Se essa demolição da independência dos órgãos da Justiça ocorrer, sabemos que a irrupção de um Grupo Absolutista totalitário e com fins criminosos se introduziu no Estado e pretende formalizar um golpe

por meio da perversão da própria estrutura do Direito. Por que um partido se intromete na Justiça senão para promover o crime como lei natural da classe política? A escolha cabe a cada um. O Curso de Ciência do Bem e do Mal chegou ao fim.

Terceiro ponto.

Se for com Deus:

Abolição do Poder da Guerra e da Paz nas mãos de um único indivíduo e de seu grupo dirigente exclusivo, e submissão desse Poder à Nação, à cuja Lei e somente à sua Voz deve se submeter o Movimento das Forças de Defesa da Nação. Não é essa a tendência histórica que escreveu suas páginas em nossa carne? O que mudou se o Poder da Guerra e da Paz passa de uma cabeça para outra?

Ao abolir toda coroa e colocar sobre a cabeça de seu Filho a Coroa Universal, Deus arrancou desse poder todos os governos de seu Reino, limitando seu ato à defesa. O poder da guerra e da paz nas mãos de um homem ou de um grupo é um crime contra o futuro da humanidade. E, consequentemente, quem está do lado da lei tem na revogação desse poder seu objetivo necessário e sua meta imediata.

Proibimos a guerra ao nos proibirmos de praticar qualquer tipo de violência contra nossos vizinhos, sejam eles amigos ou inimigos.

O direito à defesa, na sua forma de dever, é o poder que Deus colocou nas mãos das nações, ao mesmo tempo em que impediu que os exércitos fossem mobilizados a serviço dos interesses de um grupo, seja ele qual for, que faça parte de uma nação. A proibição da guerra é, consequentemente, sua consequência natural.

A proibição que Deus decretou sobre a Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal dirigia-se contra a guerra, seu fruto.

Se, com o Diabo:

Consagração do Poder da Guerra e da Paz nas mãos de um indivíduo e de seu coletivo, abandonando a Paz da Nação e da Humanidade aos pés dos interesses do coletivo que esse indivíduo representa, cujo poder o elevou a essa posição a fim de servir aos interesses malignos desse coletivo. Que coisa mais lógica! Aquele que odeia a Paz e coloca acima da Liberdade os interesses nos quais se baseiam seus privilégios de classe deve, por lógica, fazer da Guerra seu *modus vivendi*, seu instrumento de domínio, seu sistema de defesa por meio do ataque contra os filhos de Deus, conforme está escrito: Bem-aventurados os pacíficos, porque eles serão chamados filhos de Deus. O contrário, esperar que aquele que, desprezando a Lei da Liberdade e da Vida, coloque seus privilégios de classe acima da Lei e se dedique a fazer o oposto do que faz por inércia — semeando a guerra como meio de manter seus privilégios e caminho para seu império —, é de tal incoerência que seria preciso estar discutindo com um verdadeiro idiota para sequer se envolver em um péssimo filme de réplicas e contra-réplicas.

O lógico para o Diabo é semear no inferno, e não há nada de errado nisso; Deus não vê mal nisso, simplesmente que ele vá para o inferno e lá semeie quantas vezes lhe der na telha. Ele tem a eternidade para plantar quantas vezes quiser. Deus não é coerente consigo mesmo?

Quarto Ponto

Se for com Deus:

Abolição da pena de morte e revogação do poder sobre a vida nas mãos de um indivíduo. O poder sobre a vida e a morte cabe apenas a Deus.

Se for com o Diabo:

Absolutização do poder sobre a vida e a morte nas mãos do poder dominante e de seus membros, e extensão da pena de morte aos crimes indicados por esse grupo de interesses, sejam eles religiosos, econômicos ou políticos.

Ponto Quinto

Se for com Deus:

Separação entre Governo e Justiça no seio do Estado. Pois como a Lei perseguirá o criminoso se este se esconde no Governo, sendo o Governo o verdadeiro senhor da Justiça?

Se for com o Diabo:

Subordinação da Lei e da Justiça ao Governo; pois, de que outra forma o criminoso e o delinquente poderiam se esquivar da responsabilidade devida por seus atos se não existisse um Parlamento dentro das portas do qual a Lei não tem jurisdição?

Ponto Sétimo

Se for com Deus:

Limitação dos poderes do Governo no Estado em razão dos Deveres administrativos e apenas em torno dos Direitos que adquire em função de sua natureza administrativa do Estado, sendo um o administrador e outro o dono daquilo que é administrado. O dono do Estado é a Nação, e o Administrador é o Governo. É, portanto, o Dono quem define as funções do Administrador, e não o contrário, pois se o Governo se tornar dono absoluto da propriedade da Nação, por esse fato o Povo da Nação será expropriado de seus direitos.

Se for com o Diabo:

Poder absoluto ao Governo da Nação para expropriar o povo de seu direito sobre o Estado e usar o Poder do Estado para impor a lei desse Governo com total e absoluta impunidade, o crime por lei e o povo como inimigo sobre o qual descarregar o delito de apropriação do Estado por parte desse Governo.

Conclusão

A experiência é a mãe da ciência, e de fato o é. E o conhecimento é o pai da inteligência, o que é tão verdadeiro quanto o anterior. E daí que todo governo fundado na opção pela ciência do bem e do mal tenda a limitar a experiência do homem aos clássicos e estúpidos elementos de “álcool, sexo e drogas”, e podar o acúmulo de conhecimento que um homem pode absorver por meio da manipulação de todos os níveis de ensino, cujo estado final supremo é a conversão da Formação da Inteligência humana em um processo de aprendizagem profissional, qualificado ou não, é absolutamente o mesmo.

A primeira das funções da Pedagogia é o cultivo da Inteligência humana e seu fruto é o amor do Homem pelo Conhecimento. Mas seguir essa lei Divina significaria levar às urnas um eleitor com personalidade intelectual própria, imune à manipulação da mídia de massa, livre de qualquer obediência a organizações políticas, dotado de um julgamento cuja base é a História Universal como Memória Crítica, de uma Inteligência ativa e dinâmica que se move dentro de horizontes abertos aos limites naturais que a eventualidade do tempo impõe ao nosso conhecimento; e esse tipo de eleitor, por instinto animal, é o inimigo número um de qualquer Poder que tenha na Lei da selva política seu habitat e seu status quo. Mas esse é o fim natural do Ensino, e é por isso que todos os Governos buscam a destruição desse Método e o substituem por reformas educacionais cujo objetivo é a busca e a formação de um eleitor superidiotizado pela mídia de massa, absolutamente lobotomizado por uma experiência cujo horizonte é o álcool, o sexo, as drogas — qualquer que seja a barreira que sirva para afastar o Homem de seu verdadeiro Valor Universal: A Inteligência.

CAPÍTULO NONO

O FUTURO DO DIREITO INTERNACIONAL

A Vida baseia-se em um Único Princípio inteligente, cujo raio de ação submete à sua natureza o comportamento de todas as nações do Universo. Sendo a Origem de todos os seres a mesma, Deus, a estrutura básica da Inteligência é Universal. A formação da cultura do ser individualizado, na medida em que é um ser em crescimento, provém de diferentes pontos, parte de diferentes bases, de acordo com a singularidade objetiva do mundo de origem e sua constituição física; mas o resultado final, a Inteligência Criadora, é comum a todas as civilizações do Universo. É a partir dessa base que $2+2=4$ tem um valor cósmico e qualquer reflexão que implique a negação desse princípio eterno é um ato de irracionalidade.

A Linguagem da Criação tem, portanto, sua origem em seu Criador. Essa Comunidade na Origem permite que todas as Nações, independentemente de sua origem no espaço e no tempo, se reúnam em torno de uma mesma Civilização Universal, multifacetada, multiforme e aberta, e se compreendam no infinito graças à Linguagem Universal que o Criador de todas as Nações oferece como Base de Comunicação. Essa Linguagem é própria de Deus, que, sendo perfeita Nele, constitui um campo de conhecimento aberto ao infinito para nós e envolve todas as Nações da Criação em uma Evolução da Inteligência, cujos limites de horizonte se iniciam na Onisciência Criadora e encontram na Ciência da Criação seu crescimento natural e lógico.

O Pensamento é, de fato, a atividade do Espírito na matéria animada pela Vida Inteligente, à imagem e semelhança da Inteligência daquele que fez de seu Pensamento a Causa da existência do Homem. Foi a própria Natureza, deixada livremente agir, que levou o ser humano ao encontro com o Pensamento, no qual o homem se encontrou a si mesmo, e essa descoberta da Imagem Divina, por si só, deu início à revolução que conhecemos como Civilização.

Todos sabemos o que aconteceu depois: como a Queda destruiu essa Imagem no Homem, e a Humanidade, afastada de seu Criador, mas ansiosa pela imagem perdida de seu Ser, inventou uma imagem mental com o objetivo de satisfazer a necessidade natural de seu pensamento.

O curso da História Universal, desde a Queda até a Redenção, é o que chamamos de Mundo Antigo. Chamamos de Era Medieval a etapa que vai da Queda do Mundo Antigo até o Nascimento da Civilização Cristã. E de Idade Moderna a etapa em que o Homem, novamente livre, voltou a fazer do Pensamento seu princípio de conduta.

Será que, na vida do ser humano, a fase da infância é mais importante do que a da adolescência ou a da idade adulta? Somente a partir de um princípio de irracionalidade se poderia demonizar a criança ou desejar retornar ao período da infância. Não há adulto sem criança, e a natureza da infância não depende do homem, mas do Universo que forjou sua existência.

O olhar para o Passado a partir de uma plataforma de julgamento é, portanto, um ato de esquizofrenia, e as consequências desse confronto com o Passado conduzem a um processo patológico. A partir dessa plataforma esquizofrênica, o século XX foi a consequência do confronto entre Razão e Fé que o pensamento científico e filosófico suscitou ao demonizar a Infância da Civilização Cristã, ou seja, a Idade Média; buscando a alienação dessa Natureza na Civilização como meio para atingir um fim, a saber, a construção, sobre as ruínas do Cristianismo, de um novo modelo social, o pensamento científico

e filosófico não hesitou em atacar a infância da Civilização, por ser cristã, sem querer compreender que, uma vez iniciado o processo, somente por meio da destruição do ser é possível impedir que a Criatura alcance seu Destino, neste caso: o nascimento de um Homem dotado de Inteligência à imagem e semelhança de seu Criador.

Temos, portanto, que buscar a causa primordial da ruptura entre o Criador e sua Criação, cujos efeitos foram a privação do Homem da imagem de seu Ser, tal como foi posta em movimento e determinou o curso da História do Universo em função do nascimento da criatura humana. E, ao mesmo tempo, precisamos concentrar a busca onde se encontra a resposta, abandonando a postura irracional da ciência — aquela que, diante do fracasso em alcançar, sem a Fé, o Conhecimento de todas as coisas, inventou um universo à sua medida a fim de satisfazer sua necessidade de conhecimento.

O momento determinante na História da Humanidade, por suas consequências futuras, está gravado na Memória do Gênero Humano. Em um tempo e espaço concretos, durante a fase final da Primeira Civilização que a Terra conheceu — e germe da plenitude das nações que viriam a preencher sua superfície —, ou seja, no final do Neolítico, a Lei Universal sobre a qual foi edificada a Primeira Sociedade Humana, a saber, a proibição, sob pena de morte, de qualquer e todo tipo de declaração de guerra, essa Lei foi violada, e, por sua transgressão, entrou na História da Humanidade um jogo de forças suicidas e fratricidas cujo principal inimigo residia na negação positiva da Lei. Esse jogo de forças, que irrompeu no curso da História Humana para impor sua própria lei sobre e contra a Lei Universal até então vigente, causou a ruptura entre o Criador e sua Criação, cujo efeito foi o abandono do ser humano, enquanto Mundo, à sua própria sorte.

Qual foi a natureza essencial e substancial desse jogo de forças que provocou a ruptura entre Deus e o Homem, origem da Queda do Mundo Antigo no inferno que a Humanidade viveu desde Adão até Cristo?

O fato de a Teologia não ter respondido a essa questão deve-se à natureza determinante do próprio crescimento da Civilização a partir das ruínas do Mundo Antigo. Foi essa ignorância da Teologia que colocou em jogo o que chamaram de Dogma, atrás da infalibilidade do qual se esconde a ignorância dos bispos para responder ao porquê de Deus ter abandonado o Homem nas mãos daquele que tinha de destruí-lo para salvar sua vida.

A Teologia nasceu de um Fato: a Esperança da Ressurreição. E toda a sua filosofia e ciência tiveram nesse Fato seu Mistério. Em razão da natureza desse acontecimento, a própria realidade teológica ficou condicionada à defesa e à divulgação da RESSURREIÇÃO DE JESUS CRISTO à plenitude das nações. A teologia definiu a Ressurreição como o cerne de todo o mistério de Cristo: Redenção, Salvação... mas seu raio de pensamento ficou limitado à Ressurreição como Resposta à Queda, e vice-versa, deixando Deus o Mistério da Queda fora desse raio de ação que Ele concedeu à Teologia, predestinando seus Segredos à Geração que nasceria do Matrimônio entre Cristo e sua Igreja, por meio da qual foi escrito o Testamento de Cristo, do qual a Igreja foi depositária.

Cumpridos os tempos de espera, a liberdade dos filhos de Deus define a própria essência da inteligência do nosso século, e seu discurso abre o espírito do homem à Linguagem de seu Criador como fase final de um Crescimento centenário que finalmente deu seus frutos. Ciência, Filosofia e Teologia, independentemente de seus encontros, de suas virtudes e de seus defeitos, e mesmo em uma oposição e irracional, cada uma em seu lugar, mas todas unidas em uma mesma empreitada que as superava a todas, cumpriram as expectativas que deram início ao seu desenvolvimento. De fato, “Se, falando-lhes de coisas terrenas, vocês não acreditam, como acreditarão se eu lhes falar de coisas celestiais?”. O trabalho de formação da inteligência humana ficou, portanto, restrito a superar essa limitação imposta, pela qual nós, homens, não estávamos preparados para acreditar nessas “coisas celestiais”.

Assumindo isso, voltamos nosso pensamento para o Princípio e abrimos a Porta que permanecia fechada até o nascimento deste Dia. A Resposta ao porquê de Deus ter abandonado o Homem às suas próprias forças — e não exatamente em condições ideais de independência, mas sim sujeitando a existência do nosso mundo à destruição buscada por uma força que não é deste mundo — encontrou sua Hora. E a Resposta é a Lei.

Já vimos acima que Deus abriu o Futuro para toda a sua Criação por meio da proclamação de sua Inteligência como Linguagem Universal, independentemente da origem no espaço e no tempo do mundo em questão. A Lógica é, portanto, Universal, e o valor das leis pelas quais a matéria, o espaço e o tempo são regidos é de valor positivo-absoluto. Dois mais dois são quatro em todas as partes do universo, em todo tempo e lugar, embora cada um utilize um sistema de sinalização próprio. A origem do movimento é distinta, mas o fim é geral, e o ponto de encontro ocorre no mesmo ponto final.

Mas essa Lei da Inteligência, graças à qual múltiplas civilizações, baseadas em diferentes campos científicos, se unem em um mesmo Edifício Universal, como ramos de uma mesma árvore — a Árvore da Vida! —, foi criada e cultivada por Deus, estabelecendo como Lei de conduta um Espírito Universal, único, à cuja Lei todas as nações estão sujeitas. Por essa Lei, todo ser é responsável por seus atos perante a Justiça, independentemente da relação desse indivíduo com Deus e de sua situação no edifício social ao qual pertence.

Por essa Lei, o Criador entra em sociedade com sua Criação como Juiz, tornando-se Cabeça de uma Justiça cujo Tribunal tem jurisdição universal; em razão de sua Natureza Divina, a Justiça torna-se o Princípio Todo-Poderoso, em cuja onipotência a Paz e a Liberdade de todas as nações de seu Reino encontram sua Felicidade e sua Vida.

Ao assumir a responsabilidade de Juiz Universal, o próprio Criador tornou-se garante da igualdade de todas as suas criaturas perante a Lei. E, colocando seu Todo-Poder e sua Onipotência a serviço da Justiça, nenhuma criatura fica isenta da responsabilidade devida por seus atos, palavras e pensamentos, sendo essa impossibilidade que, por sua própria Natureza, levantou a Proibição que nos foi manifestada no Éden, no início de nossos dias. E é, por sua essência e substância, a garantia invencível em cujo corpo todo-poderoso repousam a Paz e a Liberdade de toda a Criação.

A proibição é, como vemos, efeito da própria natureza da Lei. Pois onde há uma Lei ineficaz ou com poder limitado, a proibição torna-se motivo de escárnio. Mas quando a Justiça se fundamenta em um Poder sem limites para ativar a Responsabilidade que a Lei impõe, independentemente da natureza do infrator, a Lei se torna Proibição por efeito de sua própria essência magnífica.

Observamos no Éden que, ao proibir, a Lei não anulou a Liberdade. Pois é impossível que, sendo a Liberdade a propriedade determinante da essência do ser, a Lei, para se afirmar, venha a negar aquilo que, sem a Liberdade, a torna ineficaz. A característica substancial da Inteligência é a Liberdade, e precisamente porque essa realidade é inquestionável, a Lei impõe sua proibição sem revogar a Natureza.

Certamente, a Lei provém da Justiça, e a Justiça, de um Poder alheio ao próprio indivíduo. Mas, se não fosse assim, a Lei não seria Justiça. E se a Lei fosse determinada pelo indivíduo, sua Justiça seria um ato criminoso em si, sobre o qual o Absolutismo e a própria História da Ciência do bem e do mal na Terra nos ofereceram toda uma gama de exemplos. Ao vir o Criador à sua Criação como Criatura, ou seja, ao entrar em Sociedade com sua Criatura na qualidade de Juiz, Deus estende a Lei do individual ao universal e exalta o espírito da Lei ao erguer, entre a Justiça e a Corrupção, o muro indestrutível que

é o seu próprio Espírito, que não precisa de nada nem de ninguém para alcançar o mais alto grau de satisfação em Sua existência.

Mas a Liberdade, como vimos, subsiste. E sendo a propriedade essencial de seu espírito o poder de escolher, delinquir ou não, aceitar essa Justiça ou rejeitá-la, a decisão fica sempre nas mãos do indivíduo, pois a Criação não pode basear-se em um Princípio de Liberdade e, ao mesmo tempo, em uma Regra de obediência animal à Lei.

O animal é regido pela lei na forma de instinto; por ser parte de sua estrutura física, ele é incapaz de agir de acordo com uma escolha consciente, e é essa incapacidade que torna o instinto uma lei robótica. O filhote de veado não foge ao sentir o cheiro do predador, mesmo sem ver o inimigo, seguindo um processo mental consciente: é a própria lei que se torna seu instinto e move seu comportamento.

Mas, no ser inteligente, essa lei desmorona e o princípio da consequência abre-se para o pensamento que antecede a liberdade de movimento. Ao criar o ser à sua imagem e semelhança, o Criador supera a lei animal e eleva a vida à consciência que lhe é própria, determinando a relação de sua criatura com a Lei de acordo com o princípio da liberdade que provém do conhecimento.

Toda criatura, portanto, tem o poder de amar a Lei e o poder de se levantar em rebelião contra a Justiça. Como vemos, Deus não pode separar a Liberdade da Consciência. E a Consciência implica a Inteligência, e a Inteligência, o poder de escolha.

Esse foi o jogo que se desenrolou na Queda. O ponto contra o qual se levantou a rebelião daquele que até então era um filho de Deus dizia respeito à Liberdade da Criação de aceitar ou rejeitar, em parte ou na totalidade, a Natureza conferida por Deus à Lei. Esse ponto, a Igualdade de todos os indivíduos, independentemente de sua relação com o Juiz e de sua posição na Sociedade, perante a Justiça, era o ponto que aquela geração de filhos de Deus não podia aceitar, falando pela boca daquele que se colocou à frente do grupo insatisfeito com a Natureza Universal e Onipotente da Lei.

De acordo com a Lei: ninguém, nem aquele que se assenta no trono do Rei, nem aquele que vive como os passarinhos e os lírios do campo, está acima da Lei, de modo que, ao cometer um delito, em razão de sua relação com o Juiz, se considere imune à responsabilidade exigida de todas as demais criaturas.

A Lei é uma só para todos. Todo homem, todo cidadão — desde aquele que ocupa um cargo no Conselho de Ministros até aquele que cultiva o campo —, todos estão sujeitos à Lei, que é a mesma para todos, e o Juiz aplica a Lei sem levar em conta a função do sujeito no Reino de Deus.

Não há desculpa, nada justifica o crime contra o qual a Lei se ergue, nem o nome de Deus, nem o nome da Igreja, nem o nome do Estado, nem o nome do interesse privado; nada justifica nem desculpa, perante a Lei, o ato criminoso. E Deus, para garantir essa Igualdade Universal, tornou-se Criatura para, ao entrar em sua criação, entronizar Deus no Trono do Juiz Universal, garantindo, por meio da Natureza Divina, a Incorrupção da Justiça e o Todo-Poder da Lei para fazer com que o criminoso pague por seu crime.

Agora, nossa missão é construir o Reino de Deus na Terra, o que significa tomar o Modelo Divino como base da construção humana. No entanto, observamos que ainda estamos longe da perfeição, embora muito mais próximos do que nossos pais estiveram. Observamos como o Poder e o Dinheiro compram o Juiz, prostituem a Lei e cometem impunemente os crimes contra os quais a Lei se ergue. Sacerdotes assim como políticos, empresários assim como cientistas, todos se regem pela Lei da excepcionalidade de suas funções, com base na qual a Lei tem um poder limitado e deve, por suas funções, subjugar a Igualdade que a Lei defende

A excepcionalidade da Lei, no entanto, é ignorada pelo Universo. As leis universais não têm exceções. A criação de Estados como meio de escapar à Lei Universal, restringindo a jurisdição da Justiça, é um crime contra a Natureza do Espírito da Lei, que é Santo.

Observamos, portanto, que o sonho de todo delinquente, associação terrorista ou simplesmente criminosa, é ter um Estado próprio, a fim de, ao impor sua própria lei, escapar dos crimes cometidos em outro Estado, sob pena de declaração de guerra. Observamos, portanto, que esse estado de coisas obedece e responde à impotência da Lei para impedir a criação de Estados criminosos e à incapacidade da Justiça de fazer valer sua jurisdição sobre a totalidade das nações. Mas o fim espiritual da Justiça é sua universalidade, e sua razão é a onipotência da Lei; e é para esses objetivos que caminha a História, como vemos na criação dos órgãos adequados com os quais o Criador está dotando nossa civilização e que, embora sejam simples atualmente, ninguém deve ignorar que a árvore que carrega a semente, por menor que seja, não é visível até que seu germe desdobre toda a sua grandeza. Mas, sendo o Criador sua Origem, compreende-se que o Futuro da Justiça Internacional caminha rumo à Formação do Modelo sobre o qual se funda o Reino de Deus. Os obstáculos não importam; a Força que move o Movimento Histórico é Invencível e sua Liberdade para levá-lo a bom termo, uma vez alcançada a Plenitude das Nações, é igual à sua Onipotência.

CAPÍTULO DÉCIMO

A GUERRA E A PENA DE MORTE.

RESPOSTA AO PROBLEMA DA PAZ

A humanidade, enquanto mundo, encontra-se em estado de guerra civil há cerca de 5.000 anos, aproximadamente. Os ideólogos da guerra como instrumento legítimo da seleção natural, arma à qual a espécie dos Fortes não deve renunciar e que consiste no direito à aniquilação em massa, quando for o caso, sempre de forma seletiva, dos Fracos, em nome, seja do Estado, seja da sobrevivência do indivíduo ou da espécie, e que a Ciência do Século XX impôs como Lei Universal: expôs nosso Mundo às conseqüentes Guerras Mundiais.

Não vamos nos aprofundar na loucura de tal ideologia do materialismo científico, sobretudo seguindo o provérbio que diz, mais ou menos, que conversar de igual para igual com um louco é coisa de loucos. É verdade que, segundo a doutrina divina, é imoral chamar o irmão de louco, mas o materialismo científico não é, de forma alguma, irmão do Evangelho e, portanto, ao pão, pão; ao vinho, vinho.

Curiosamente, essa ideologia está em ação no atual conflito bélico entre a Geórgia e a Federação Russa, onde o Forte passa a esmagar o Fraco em função de sua razão de Estado; e da mesma forma que a besta não entende de lei nem de direito, mas age em função de sua razão de sobrevivência, a Federação Pós-Soviética, seguindo essa ideologia de que o homem é uma fera e o poder pertence à fera mais forte — ou seja, a Putin-Stalin II e seu fantoche na Presidência —, a partir dessa lógica animal que não compreende a diferença entre crime e lei, nem entre o Direito Internacional e o Poder Nacional, a Federação Imperial Russa passa a exercer seu direito, na qualidade de “o Forte”, para a aniquilação em massa da oposição aos seus interesses — razão que é respaldada pela ciência do século XX e legítima, se for o caso, a elevação da luta pelo império de seus interesses a uma nova guerra mundial, se necessário.

O lado positivo da ideologia do materialismo é que, ao reduzir o homem a uma fera, faz com que o homem-fera seja determinado por sua razão animal e seu comportamento — derivado do instinto de sobrevivência —, tornando-se previsível em todas as suas facetas, da mesma forma que o comportamento, uma vez descobertos seus instintos, desta ou daquela outra fera. Putin é um animal, age como um animal e seu comportamento criminoso só pega de surpresa os animais submetidos ao medo do Grande Irmão Líder, cujo Poder para o Crime é tão grande quanto o Estado pelo qual sua força é determinada.

A História Universal está repleta de genocidas do tipo Putin. E só um idiota se surpreende com o comportamento de mais um deles.

Não é de se estranhar que, para todo partido e organização pró-ditatorial, a primeira das disciplinas do conhecimento a ser eliminada da formação do ser humano seja a História Universal. Se a Ciência dos Animais nos ensina a conhecer as espécies e seu comportamento, e se a ignorância leva ao suicídio quando um animal humano estúpido é colocado ao lado de um leão faminto, compreende-se que, ao ter o aluno lobotomizado e ser-lhe impossível distinguir o Putin histórico do Putin no poder no momento, esse animal político possa conduzir o rebanho de “eleitores” até seu próprio matadouro. Temos, por exemplo, atualmente em evidência o caso de Chávez; um ditador que busca o status de Castro, seu ídolo, levando suavemente sua vítima ao próprio degolamento.

A guerra, portanto, é de dois tipos: civil e internacional. A guerra civil é aquela em que um grupo organizado, seja um partido ou uma sociedade de interesses, utiliza as condições existentes para tomar o poder; que se legitima, como diz a Carta Fundacional dos Estados Unidos, quando o poder a ser derrubado tem o crime como lei. Pois o direito do homem de existir é sempre superior ao direito que o poder tem de existir. Foi com base nesse direito que a Revolução Comunista se legitimou. Mas a Guerra Civil como instrumento de acesso ao poder — como no caso do PSOE dos anos 30 — implica o cultivo

de condições pré-civil-belicistas, a fim de usar a guerra como alavanca para alcançar o poder. No caso mencionado, o cálculo deu errado para o PSOE dos anos 30, e a Guerra Civil Espanhola resultou em uma ditadura. A acusação de que a Guerra Civil teria sido premeditada pela direita é uma farsa que se desmonta ao compreender que quem detinha as rédeas econômicas e financeiras do poder não tinha necessidade de se derrubar a si mesmo; a existência dessa mentira baseia-se na idiotice que a Esquerda atribui, por natureza, ao seu próprio eleitor, e que se confirma nos fatos observados nos últimos tempos — refiro-me à idiotice do eleitor socialista espanhol.

Primeiro Ponto

O fim, a meta, o objetivo de uma civilização é sua projeção para a imortalidade. Isso implica que a guerra é o inimigo número um dessa projeção natural para a própria existência da civilização.

Nada, nem a ciência nem Deus, justifica a origem de uma guerra. A guerra é sempre o efeito de uma loucura! E seja científico, seja político, quem a defende, tanto um quanto o outro são dois loucos defendendo sua loucura: que a do primeiro venha legitimada pela Academia Nobel e sua Organização Internacional de Universidades, e que a loucura do segundo seja alimentada pelo Poder do Estado; nem uma nem outra tiram o fato de que ambos — o cientista materialista e o animal político — são dois loucos cuja Razão é lei, e essa lei é o crime, como parte intrínseca da existência animal do homem-fera, que, sendo mais fera do que homem, age assim quando faz a Guerra, e a paz é apenas um período de rearmamento após uma fase de fraqueza, como no caso do Império Soviético e de sua Etapa da Federação Russa, cujo período de letargia para o reforço do instinto criminoso do Czar-Líder foi dado por encerrado com a invasão da Geórgia.

A questão é como alcançar a imunização absoluta e invencível da civilização diante da guerra civil e da guerra internacional.

A guerra pressupõe uma paralisia das forças intelectuais e tecnológicas da civilização no que diz respeito à sua projeção no tempo. A guerra é o triunfo das bestas políticas e a animalização doméstica de uma sociedade-rebanho. Ora, a história é a memória da luta constante e implacável entre essas sociedades-rebanhos, seguindo seu líder-besta pelas planícies dos séculos, contra as forças da civilização.

Para imunizar o Gênero Humano contra a Guerra, conseqüentemente, parece evidente que a primeira medida é a formação do Ser no Homem, começando por extirpar de seu cérebro o implante do materialismo científico do século XX, pelo qual o ser se vê a si mesmo como um animal e, por conseguinte, ele próprio justifica o tratamento animal que recebe do Poder, com base no argumento de que esse é o tratamento que todo animal doméstico merece.

Mas o homem como animal doméstico (eleitor-contribuinte, cujo direito é votar e cujo dever é pagar, e aí se limita sua relação com o desfrute dos bens da Civilização), esse animal doméstico é o oncogênico, o vírus letal da Paz no corpo da Civilização, que o animal político cultiva a fim de manter seu status de animal-líder.

A contradição surge quando esse cultivo fica fora de controle e conduz a besta à guilhotina; o livro da História está repleto de exemplos desse descontrole.

Segundo Ponto

“No dia em que dele comeres, certamente morrerás”. Temos, portanto, que a Pena de Morte é reservada exclusivamente a todo homem e sujeito que use a Guerra como instrumento de Poder.

A Queda – por parte do Homem – não foi senão a instrumentalização da Guerra como meio natural de projeção da Civilização para todo o Gênero Humano. Como os povos daquela Primeira Civilização se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento intelectual e tecnológico, conforme se observa pela arqueologia e pela história das civilizações, Deus proibiu, sob pena de morte – estabelecendo essa condenação para a eternidade –, qualquer tentativa de usar a força da tecnologia a serviço da integração desses povos não mesopotâmicos no curso da civilização.

Observamos que a pena de morte foi revogada por Cristo no que diz respeito a toda ação humana, permanecendo, no entanto, no que se refere à proibição contra a guerra; desta forma, Deus estabeleceu juridicamente a legitimidade e a bondade da sentença contra aquela Primeira Civilização, ao mesmo tempo em que fundamenta a paz na onipotência daquele que tem o poder de fazer com que o transgressor enfrente o preço de seu crime.

A guerra é, conseqüentemente, um crime contra a humanidade e a criação. E todo aquele que a declara, sem que seu fundamento seja a autodefesa ou a libertação do próximo, comete crime contra a humanidade e a criação, e a sentença é a pena de morte.

Terceiro Ponto

A experiência mostra que a origem da guerra reside na subordinação do Estado-Maior ao Poder, ou seja, ao Governo. A necessidade de imunizar a civilização contra a guerra, conhecendo a causa do mal, não poderia ser mais direta: a separação entre o Estado-Maior e o Governo.

Sendo a defesa a função histórica dos exércitos, um Estado-Maior só pode agir legitimamente, sem cometer crime contra a humanidade e sem incorrer na pena de morte, fundamentando sua ação em uma razão não de Estado, mas de defesa nacional, que responde de forma autônoma e direta a qualquer agressão estrangeira e não obedece a nenhuma ordem de nenhum governo sujeito a interesses políticos.

Qualquer ação contra a nação, cuja vida protege, por parte desse Estado-Maior, é um crime contra a humanidade, e sua pena é a morte; se utilizar a guerra, em sua forma civil, contra a vida da nação, comete crime contra a paz, e seu crime é punível com a morte.

Ponto Quarto

A fundação de um Estado-Maior implica uma missão de paz dentro dos limites de uma administração territorial. Assim, a existência espontânea, posterior à fundação dessa administração, dentro dos limites da qual ocorre o fenômeno nacionalista, se for pacífica, envolve o administrador político, e, se for violenta, envolve as forças de segurança nacionais, na medida em que a reivindicação separatista se baseia no derramamento de sangue a título individual e, sendo entendida como “terrorismo”, trata-se de um ato criminoso com o agravante de loucura homicida oculta sob a máscara do independentismo: prisão e hospital psiquiátrico.

O Estado-Maior não poderia intervir em uma luta independentista espontânea sem abrir uma brecha entre a Lei e o Crime; sobretudo quando o próprio crescimento da Humanidade se move em uma dinâmica de constante transformação das sociedades. Ora, se a revolta separatista ocorrer sob uma

declaração de guerra e o crime for perpetrado por um Comitê Organizado Militarmente, fala-se de Guerra Civil; e, embora localizada, o Estado-Maior, cumprindo seu dever de defender a vida do povo a quem serve, está legitimado a agir em conjunto com os Órgãos de Segurança do Estado. E aqueles que declararem o Estado de Guerra contra a nação ficam sujeitos à Lei da Guerra, e sua pena é a morte.

Quanto à liberdade, e conforme refletido no caso da Tchecoslováquia e no exemplo do Canadá, o referendo do povo com tendências separatistas é um direito e deve ser realizado exatamente assim, sem medo da divisão de fronteiras nem pânico diante desse efeito; a liberdade implica a escolha de conviver de acordo com as mesmas leis ou separar-se e passar a viver com aquelas que cada um julgar adequadas, e que cada um assuma as consequências determinadas por suas decisões. O contrário é, como em um casamento mal-sucedido, conduzir a convivência à tragédia, neste caso, a ditadura da minoria sobre a maioria.

Pois uma das coisas que a História nos ensina e que observamos até mesmo na prática é que, embora a democracia seja a forma mais feliz de sociedade, com todas as suas imperfeições no que diz respeito à liberdade de desfrutar dos bens da Civilização, há povos que preferem a ditadura, e mesmo assim é preciso respeitá-los, desde que não queiram impor sua lei àqueles que, nem mesmo loucos, viveríamos sob uma “ditadura branda”.

Ponto Quinto

Sendo a Pena de Morte um caso excepcional e transcendente, entende-se que o Tribunal Penal Internacional é o único órgão competente para sua aplicação, ao mesmo tempo em que se compreende que qualquer outra matéria não é de sua competência, e deve se ocupar exclusivamente de crimes contra a humanidade, a fim de não transformar um tribunal de tal transcendência em um galinheiro e permitir que o poder político o torne inoperante por meio da estratégia de sobrecarregá-lo de trabalho — política que governos corruptos até a medula utilizam, criando leis paralisantes nas quais, de uma forma ou de outra, é impossível que o cidadão não seja atingido, um dia sim e outro também.

Ora, se o Poder de uma Justiça Universal não for acompanhado de uma decisão vinculativa para os Estados-Membros, o Tribunal fica reduzido a uma mera figura de fachada, como foi o caso, por exemplo, da sentença do Tribunal contra o presidente do Sudão. O poder desse Julgamento Final deve abranger todos os membros nacionais e obrigar o Estado ao qual se solicita a extradição do réu condenado a obedecer ao Direito Internacional; caso contrário, deve-se proceder à expulsão de todo o seu corpo diplomático dos Estados-Membros, além da ordem de prisão imediata do condenado, onde e quando ele for encontrado fora de suas fronteiras.

No caso da Ditadura Federal Russa e do crime contra a humanidade cometido pelo governo durante a invasão da democracia da Geórgia, percebe-se que a inexistência desse Supremo Tribunal com Poder Internacional Efetivo promove esse tipo de comportamento feroz e selvagem de um governo de bestas que não responde a nenhuma linguagem humana e apenas e exclusivamente à das bestas mais selvagens, que são aquelas que, uma vez que provaram o sangue — como no caso da Chechênia —, já não conseguem deixar de continuar bebendo sangue.

Ponto Sexto

A natureza de uma Justiça Universal tem como substância e essência a imunização da Civilização contra o Inferno da Guerra, quando o amor pela Paz foi derrotado no indivíduo ou no Estado e deu lugar

à loucura da paixão pela Guerra, por meio do temor a um Tribunal com Poder Supremo sobre a Morte contra os Homens de Guerra — sejam eles políticos, militares ou particulares.

O envolvimento dos governos dos Estados-Membros nesse Poder imuniza esses Estados contra a Guerra Civil, uma vez que torna a Paz Universal de competência da totalidade das Nações-Membros, e, estando todos os Estados sujeitos ao Direito Internacional, a detenção dos golpistas é direta e a intervenção dos governos membros contra o governo golpista é “legítima”, cujos autores passam automaticamente à jurisdição do Tribunal, único competente para determinar a pena de morte de acordo com o sangue derramado.

Conclusão

O Ser Humano tem sua origem na Palavra e obtém sua natureza da Palavra. E qualquer uso da Força Animal considera morto o Ser no Indivíduo e na Nação — caso fosse uma nação como um todo que a legitimasse.

O emprego da força é a negação do ser humano e, consequentemente, acarreta a perda da raça humana no indivíduo e na nação, caso esta a endosse; e a civilização, sendo o habitat natural do ser humano, deve agir diante de tais bestas com forma humana da mesma maneira que se lida com as bestas assassinas que provaram o sangue e nas quais se gerou a paixão pelo sangue.

A existência e a constituição da Civilização têm sua raiz e sua essência racional na Palavra, e é a Palavra o único instrumento válido para a solução dos problemas, em todos os níveis; não há nível fora do Poder da Palavra, pelo que todos os homens estamos nus diante de todos, como no Princípio, e, para dizer de forma um pouco menos poética do que Deus, sentamo-nos à mesa como quem não tem braços para empunhar uma arma nem pés para dar tropeços, e a partir dessa realidade estamos sujeitos, com todo o amor infinito pela Paz, a falar até que nossa boca fique seca. A Terra está cheia de água! Bebamos e recomeçemos.

POSDATILLA.

A missão de todo soldado em situação de violação de fronteiras internacionais é se rebelar em massa, deter os comandantes imediatos, dar início à revolta em todos os quartéis nacionais, prosseguir com a detenção dos comandantes imediatos em rebelião contra a Lei da Paz e continuar até a detenção de todo o Estado-Maior e do Conselho de Ministros do qual depende a Lei da Guerra; se houver sangue, esse sangue recairá sobre suas cabeças; que os tribunais procedam e que haja eleições gerais.

CAPÍTULO XI

RESPOSTA AO PROBLEMA DA NATUREZA DO PODER POLÍTICO

A origem do Poder Político tem seus fundamentos na História Natural, mas, para compreender sua Natureza, basta dizer que sua Origem é a Sociedade. E, sendo a Família o Princípio Natural da Sociedade Histórica, entende-se, por lógica, que todo ataque contra a estrutura da Família Natural é um

ataque destrutivo contra os fundamentos históricos da Sociedade. A estrutura social da Família Natural se repete em todas as espécies da Era dos Mamíferos, de acordo com um protótipo de distribuição de funções existenciais entre as partes integrantes e os componentes da Família. Para determinar a Origem do Poder Político, é necessário, portanto, determinar a Origem da Família

Civilização e Natureza

A Família surge como efeito natural da estrutura da Vida. O fundamento reprodutivo heterossexual sobre o qual a Vida se move determina a natureza histórica da união dos dois sexos em uma unidade social regulada pela lei da proteção mútua no âmbito da distribuição de funções existenciais. Essa distribuição determinada pela Vida é a origem da sociedade, a escola natural na qual o indivíduo adquire todos os atributos inerentes a uma participação ativa dentro de uma sociedade mais complexa em razão do número de seus membros.

Daí se entende que toda transformação subjetiva desse protótipo natural, no qual a Vida se fundamenta para se projetar no tempo, é um ataque direto, mais ou menos massivo, contra o próprio futuro da existência da sociedade histórica. A destruição da sociedade pode provir de diferentes frentes. A anulação da Função Materna durante o Período de Amamentação, de um ano, em razão da necessidade de sobrevivência do núcleo heterossexual no seio de uma selva de interesses políticos em conflito, que sacrifica o Modelo Natural no altar da necessidade material ao ídolo do Consumo de Tecnologia Lixo — móvel ou fixa —, é um ataque frontal contra o desenvolvimento social da Infância. A correção dessa distorção, devolvendo à Natureza sua Lei, a libertação da mãe das atividades fora do âmbito familiar durante o ano de amamentação, é e representa um retorno do Ser Humano à Lei da Natureza; e, sendo o Ser a base do Futuro, essa Lei tem poder superior a qualquer lei política derivada das estruturas econômicas e administrativas sujeitas a mudanças e modificações. Pois o Poder Político tem como dimensão de trabalho existencial a criação de harmonia no aparente caos de uma sociedade complexa em constante movimento, cuja complexidade decorre de seu crescimento contínuo. Mas é aí que começa e termina o Poder Político; e quando o Poder Político ultrapassa seus limites e busca substituir a Lei Natural, ele se declara fora da Lei da Natureza e se torna o Inimigo Público Número Um da Sociedade Histórica.

O Poder Político, conseqüentemente, não estando a Família fundamentada senão na Lei da Natureza, atenta contra a Sociedade Histórica quando intervém na Estrutura da Família, seja para destruir sua Essência de Distribuição de funções existenciais, seja quando pretende criar um novo modelo familiar com base em considerações meramente econômicas que não envolvem nenhuma função natural no que diz respeito aos Deveres Procriadores e apenas privilegia, nessas associações não heterossexuais, os Direitos e e Econômicos. Ora, vemos que a Lei da Natureza “não” estabeleceu a Origem da Família com base em razões econômicas, mas “sim” com base na Proteção, por parte do Núcleo Procriador, da Vida Procriada.

Nessa ordem, podemos dizer que o uso do sexo de cada indivíduo e a maneira de usar seu corpo são assuntos pessoais, desde que não violem as leis; mas, seja qual for o modelo ao qual se atinja a estrutura do comportamento sexual individual: a Família, tendo sido ordenada pela Lei Natural, é Sagrada por ser Universal, e qualquer violação de seus fundamentos naturais é um atentado contra a vigência da Lei Universal no seio da Sociedade Histórica.

Um indivíduo, homem ou mulher, pode decidir não ter filhos, por um lado, e, por outro, direcionar o uso natural da razão biológica sexual exclusivamente para o prazer reprodutivo; mas toda transferência desse poder do indivíduo sobre seu próprio corpo para a esfera do Modelo de Família Natural constitui um ataque direto contra a Lei Universal sobre a qual se fundamenta a Sociedade Histórica, no seio do qual o Ser se forma socialmente, derivando sua natureza social da estrutura histórica desse Modelo Natural, no qual o Ser aprende a dar seus primeiros passos na Sociedade Complexa que pressupõe a existência de uma Civilização. O amor à Sociedade, o respeito à Humanidade, a palavra como instrumento de Entendimento, o senso de Proteção Mútua... têm na Família Natural sua Base, Origem e Princípio. E é por isso que a transformação desse Modelo Natural Universal em um protótipo reduzido à função sexual não reprodutiva constitui um atentado direto contra o Futuro da Civilização.

Duas primeiras conclusões: a isenção da mãe do trabalho durante o ano de amamentação como prioridade histórica da sociedade e a revogação da denominação de qualquer tipo de associação sexual não reprodutiva como “família”. A Família tem apenas uma razão de ser: a procriação e a proteção da vida gerada. E, conseqüentemente, a denominação de “Família” para uma associação sexual alheia a essa razão de ser é uma negação da universalidade da Lei Natural.

Isso no que diz respeito à relação entre a Civilização e a Natureza.

Razão de ser do Poder Político

O Princípio da Sociedade é, de fato, a Família. E a Origem da Família é, como se observa no Universo dos Mamíferos, a Natureza. E sendo a Lei Natural a causa da Família, compreendemos por que o Modelo Humano elevou o Futuro de nossa espécie acima das demais e determinou e disseminou diante de nosso Gênero o que chamamos de Civilização. E seria nesse contexto final que entraria em jogo o Poder Político, de modo que, se a Família é o Princípio da Sociedade, essa Sociedade já formada pela Lei Natural seria a Origem do Poder Político, que surgiria com o objetivo de estender a lei natural ao conjunto social, determinando o comportamento dessa Sociedade a partir do da Família Natural.

O Poder Político surge, assim, para manter os efeitos da Lei Natural sobre a Sociedade enquanto uma Grande Família, em cujo seio a Família, como entidade nuclear, conserva todas as suas prerrogativas naturais, que se tornam Lei a título universal com o objetivo de que essas prerrogativas sejam o Modelo de comportamento da Sociedade; e daí que o Poder Político se estabeleça sobre os pilares da Fraternidade, da Igualdade e da Liberdade, que são as prerrogativas naturais entre irmãos, agora estendidas ao âmbito universal.

A Civilização é, portanto, uma Fraternidade Universal fundamentada na Lei Histórica da Proteção Mútua e da Distribuição de Atividades entre seus Membros, à imagem e semelhança do Modelo Natural da Família. São os Valores desse Modelo Natural que constituem a seiva da Civilização e conferem à árvore de suas Leis sua Essência e Substância.

A função principal e transcendente do Poder Político é, nesse sentido, a defesa desse Modelo Natural, com o objetivo de que seus Valores — Fraternidade, Igualdade e Liberdade — permaneçam inabaláveis, independentemente das transformações tecnológicas decorrentes de uma Sociedade Complexa em constante crescimento ao longo do Tempo e, ao mesmo tempo, esses Valores Universais, elevados da Lei da Natureza à Lei do Espírito, não possam ser destruídos em virtude de interesses

temporais subjetivos originados da rebelião contra a Lei Natural como Princípio da Família Histórica, no seio do qual esses Valores Universais cresceram e se forjaram.

Quando o Poder Político rompe a Proteção da Sociedade à Família Histórica e invade suas prerrogativas naturais para formar o Ser com valores exclusivos desse Poder, o Poder Político atenta contra o Futuro da Sociedade ao se rebelar contra a Lei Natural, no seio da qual esses Valores Universais têm seu Princípio, e sua justificativa para a destruição desse valor universal da maioria natural em defesa de uma minoria circunstancial é um discurso suicida que defende o fim da civilização, pois entende-se que não é a maioria que deve se submeter ao valor da minoria, mas sim o contrário. Ora, observamos que o Poder Político, em rebelião contra a Lei Universal, tende a dividir em minorias a fim de formar uma maioria constituída por minorias, estabelecendo, com base na soma das minorias, o esmagamento da maioria, procedendo democraticamente (= astutamente) para cultivar o fim suicida ao qual chegaram tantas civilizações que trilharam seu caminho sob o chicote do império de uma minoria.

Assim, a Origem do Poder Político é a defesa da Lei da Família no seio da Sociedade. E como em uma Família todos os filhos são iguais perante seus pais, compreendendo-se na fraternidade a existência da mesma liberdade, a primeira origem e a razão histórica do Poder Político é a Defesa dessa Lei a título universal, mantendo sua vigência no seio de uma Civilização complexa em contínuo crescimento tecnológico que, por sua complexidade, passa a criar uma aparência de caos, cuja aparência se resolve nas mãos, precisamente, do Poder Político, em cujas mãos a Família, ao preservar sua lei, alcança seu fruto natural: o Ser.

Isso no que diz respeito à razão de ser do Poder Político.

Liberdade e o Poder Político

Mas observamos uma ruptura histórica da Lei Histórica, cujo efeito transformou o Poder Político em Imperium, e por meio desse Imperium a Sociedade deixou de ser garante da Lei da Família para se tornar uma entidade organizada sob o peso de uma minoria homicida e criminosa. A Arqueologia e a Bíblia — embora cada uma por si — afirmam que esse passo suicida teve origem na Mesopotâmia. A arqueologia não se aprofunda nas causas dessa Queda e expõe as ruínas, e a Bíblia não se aprofunda nos efeitos e expõe as causas da ruptura da Lei Natural sob a qual a Primeira Civilização havia iniciado sua trajetória histórica. O resultado dessa ruptura foi o fratricídio e, com o fratricídio, a perda da Igualdade e da Liberdade. Privada dos fundamentos da Lei da Família Natural, a Civilização tornou-se um agente destrutor da Humanidade, e a Sociedade, um território do qual era preciso fugir para manter viva a liberdade.

Este foi, em definitiva, o drama a que a Queda Bíblica conduziu o mundo de Adão, e que, traduzido para o espanhol, significou o uso da força como veículo de expansão da Civilização, ao qual se opôs Abel, protótipo da Resistência de sua época, e contra cuja resistência Caim, o Imperium, lançou a bomba atômica de sua época: uma simples mandíbula de burro. Digamos que a história da força, desde então até os dias de hoje, tenha passado por muitas transformações, mas seu sentido é o mesmo: a submissão de uns à Civilização dos outros ou a morte. E enquanto essa lei da Força continuar existindo — seja empregando a Guerra como meio de pacificação ou o terrorismo como meio de conversão —, o Poder Político e o Crime permanecerão unidos da mesma forma que a mandíbula do burro ao braço de Caim.

Nesse sentido, o Fim Dialético do Socialismo era a conquista do Poder para arrancar do braço de Caim a mandíbula do jumento, mas, uma vez feito isso, o Socialismo rompeu com o discurso da Dialética para se tornar Demagogia, que, como todo mundo sabe, é o que os aspirantes a tiranos usavam contra os ditadores. O tirano, de fato, usa a paixão inalienável pela liberdade para derrotar o ditador e, uma vez derrotado, usa a mandíbula do Império contra o povo sobre cujas costas subiu ao trono do qual derrubou o ditador. A isso se chama demagogia, e é o que o poder político faz quando fala de liberdade com o objetivo de conduzir os povos democráticos à escravidão em relação aos meios econômicos.

Portanto, a origem da escravidão está no momento em que o Poder Político transformou suas prerrogativas sociais em instrumento a serviço de uma causa originada de uma ideologia pessoal — seja ela individual ou própria de um partido. Pois, como já dissemos, o Poder Político não tem a função de promover a transformação social — que ocorre no seio da própria Humanidade —, mas sim a preservação da Lei Natural no processo de crescimento da Sociedade, impedindo que esse crescimento se volte contra seus próprios fundamentos e faça da destruição de suas Origens seu destino, a fim de reconstruir, sobre as ruínas de sua História, seu próprio edifício. Por essa razão — como nos ensina a História — toda tentativa de direcionar o curso da Civilização com base em uma ideologia acabou em tirania. Lei da qual nenhum Império escapou, nem a União Soviética conseguiu contornar, e contra a qual, no entanto, continuam a se levantar os aspirantes a tiranos, na crença de que a História abrirá uma exceção para eles.

A Liberdade, portanto, não reside no Poder, mas no Ser, e todo discurso do Poder sobre a Liberdade no seio de uma democracia é o canto da demagogia. E isso sem privar esse mesmo canto, se for contra uma tirania, do doce encanto da sabedoria.

Isso no que diz respeito à relação entre a Liberdade e o Poder Político.

Relação entre os Poderes

Podemos compreender a natureza política do Poder tomando como Origem seu Princípio Social, ou seja, a Família, e não como metáfora, mas como fundamento histórico. O comportamento da família diante de uma fonte de subsistência, em relação à qual a relação é determinada pela fraternidade, pela igualdade e pela liberdade, é o comportamento que o Poder Político herda da primeira Civilização e pelo qual se torna garante da preservação do Princípio Natural no âmbito da Sociedade.

Comparando os bens de uma sociedade a uma árvore e a nação como um todo a uma família, digamos que o Poder Político tem a função de impedir que nenhum membro da família — no caso, Caim — se aproprie da árvore comum da qual depende a subsistência de toda a família, e de manter aberto o acesso à satisfação das necessidades individuais.

O liberalismo, nesse caso, é Caim, mas que consegue o que quer sem derramar sangue. Ora, o fato de não haver derramamento de sangue não implica que o efeito não venha a causar a mesma consequência: o colapso da sociedade sobre a qual o liberal Caim impôs, ao preço do sangue de seu irmão, sua lei, da qual, com o tempo, surgiu o Império. Lei que é cumprida à risca na Comunidade Econômica Europeia dos nossos dias, quando o domínio do liberalismo, em suas formas do Partido Popular e do Partido Socialista, deu finalmente o passo rumo à Constituição do Império dos Estados Unidos da Europa.

Digamos, pois, que Império é toda estrutura governada por uma elite — seja de sangue azul ou de sangue “vermelho”, mas sempre a sangue frio — que se situa acima da lei. De fato, o Parlamento dos Estados Unidos da Europa, ainda não aprovado, é o Império de uma elite que não se submete à lei de nenhum Estado e impõe a sua própria lei a todos os Estados-Membros. O fato de esse Império ter origem democrática não anula a lei da História e, contra a Sabedoria, conduz o curso da Civilização Comunitária rumo à sua Queda. Pois a História, assim como o Tempo, não perdoa.

Certamente, o Império da União Soviética caiu e sua dissolução não causou uma crise apocalíptica. Mas isso é esquecer que o Czar Vermelho contava com a CEE como colchão de segurança. Quem serviria de colchão para a CEE uma vez que ela se transformasse na UE? O herdeiro do Czar Vermelho aguarda o colapso da Comunidade Europeia, na crença de que foi o peso da estrutura internacional que Moscou carrega nas costas, e não a traição dos soviéticos à sua dialética, a causa da ruína do Império Comunista. O Islã confia de que o agravamento da crise econômica, alimentado pelo petróleo, determinará a queda da democracia europeia. Quem mais espera, como um abutre, para dividir os despojos? E, no entanto, o destino de todo império é sua queda. Quem está, portanto, financiando a criação de um superparlamento europeu com funções imperiais? Ao situar-se fora da lei dos Estados-Membros, tal superparlamento: não estariam todos os seus membros fora da lei?

A experiência mostra que, apesar de todos os seus defeitos, um Parlamento composto por mil homens é infinitamente mais difícil de corromper do que outro composto por cem. E, ao falarmos de corrupção, estamos nos referindo ao controle da política desse poder por parte de grupos de interesses econômicos alheios à própria estrutura do poder político. A compra da vontade de um grande número de parlamentares reduz, por um lado, o número de vendedores e, por outro, aumenta a qualidade do comprador. A redução do número de vendedores beneficia o comprador, pois, mesmo que o preço do produto político aumente, o comprador amplia seu controle sobre mais vendedores após a redução de seu número. Esse é, em definitiva, o sentido da criação do Superparlamento Europeu. Quem são os compradores, ou seja, os financiadores desse Império da Corrupção? “Não se sabe, não se responde”...

Até aqui, no que diz respeito à natureza do poder político.

CAPÍTULO XII

O DESAFIO DO SÉCULO XXI

Como venho dizendo, o Futuro é nosso, mas o Amanhã é de Deus; e, nessa ordem, deixando de lado a especulação sobre a quem pertence o Amanhã — afinal, quem sabe como será o mundo no século XXV? —, mas, sendo próprio do Ser mover-se no Tempo, e assumindo esses limites pelos quais as forças do Indivíduo se concentram na esfera de sua dimensão social, onde seu Futuro se realiza e o chama à ação, e tomando essa consciência como ponto de partida, digamos que a Crise Mundial, que é uma crise de Civilização, tem sua etiologia em uma relação antinatural entre o Estado e o Homem.

Se a relação Estado-Homem tivesse se dado dentro de uma Estrutura Ontológica, haveria dois fundamentos da realidade nesta fase da História.

Existem dois momentos decisivos na existência do Ser. Um deles é quando o Ser se encontra forte, em todos os sentidos, ou seja, quando assume sua Consciência como Homem, o que ocorre, em alguns um pouco antes, em outros um pouco depois, mas sempre na faixa etária entre 18 e 25 anos. A esse Homem, individualizado, cheio de energia criativa, espírito social e vontade de participação ativa no seio do mundo, deve-se garantir o livre acesso aos meios necessários para a realização de seu projeto como Ser.

Traduzindo para termos comuns, digamos que, ao atingir esse ponto em que o Ser, por inércia, se volta para o Mundo a fim de desfrutá-lo, fazendo parte de sua atividade, a Sociedade tem o dever de colocar em suas mãos uma quantia — tomando como referência o local onde me encontro e em relação ao seu poder aquisitivo — de cerca de 100.000 euros, ponto de partida que serve de aspiração motriz durante o percurso e de projeção participativa posteriormente, na medida em que a insuficiência propõe a colaboração em grupo com vistas à criação de um projeto; espírito participativo que tem sua origem na Natureza e se desenvolve em toda a sua Potência durante o Percurso da Aspiração.

Essa ausência de relação criadora entre o Estado e o Ser é um dos pilares que estão fazendo a Civilização tremer e que, se não for corrigida, acabará por afundá-la.

O outro ponto fundamental que está fazendo com que toda a estrutura da Civilização se abale encontra-se no outro extremo desse Período Ontológico, no qual a Força Criativa do Ser, em sua Juventude, dá lugar e se transforma na Energia Criadora da Sabedoria que provém da Experiência de muitas décadas de Vida.

Se o Estado e as forças de ataque contra o Ser que o Estado Moderno colocou — e vemos — em movimento tiveram sua estratégia de ação na transformação da Juventude em um produto de consumo, e a ação estatal em relação a esse estado ontológico é a mesma que a do lenço que se usa e se joga fora — crime contra o Ser que a Modernidade “progressista” de esquerda fundou na própria natureza do Progresso; não porque a direita não o fizesse à sua maneira, mas o que torna um crime mais detestável é a tentativa de legalizá-lo como uma necessidade natural.

Mas deixando o vômito para quem vier dessas orgias em que os Estados se servem — às custas do contribuinte-eleitor — de um menu de até 18 pratos enquanto um terço da Humanidade morre de fome, e porque as orgias levam ao vômito como método de perpetuar a boa mesa, vamos direto ao ponto, que, embora transgênico e nos injeite uma bactéria adormecida, só eles sabem o efeito patológico em nossas veias quando essa bactéria despertar — e porque ainda estamos frescos e vivos, temos o maior dom que existe, o Poder do Pensamento, um Poder contra o qual os Estados Modernos, de Esquerda ou de Direita — tanto faz, tanto faz — inventaram a Globalização como Meio de Repressão, e contra cujas Forças a Civilização criou uma Nova Plataforma de Comunicação, que é exatamente onde nos encontramos.

É valendo-nos dessa plataforma — e justamente porque nos valem dela — que os Estados tendem inevitavelmente — como se vê atualmente, o que nos ameaça — a legislar sobre nossa presença, um movimento repressivo que é apoiado publicamente pelas Sociedades de Autores com base em seus interesses, os quais, embora não coincidam com os do Estado, precisam do legislador para continuar mantendo em vigor sua invenção do Imposto Revolucionário Universal. E assim, unindo-se a fome de riquezas à sede de poder, estamos testemunhando a repressão contra o pensamento em nome de... não sabemos como mais se poderia chamar a repressão. É de se imaginar que a genial dupla dinâmica Sarkozy-Brown conheça essa outra palavra mágica e daí o Estado Repressor contra a Plataforma P2P que eles promovem, defendem e querem impor com todo o poder do Modelo de Civilização que carregam em suas cabeças — (mas será que eles têm algum modelo?). Mas voltemos ao Ser.

O segundo Fundamento de uma Estrutura Social com aspiração a um crescimento saudável e alegre, dinâmico e frutífero, tem na Sabedoria que provém da experiência sua espinha dorsal. O Estado Moderno tem como função espremer o homem, sugar-lhe o sangue e, quando ele já não tem mais forças, jogá-lo no lixo. Mas é óbvio que, sem Juventude, não há Estado, nem Civilização, nem nada que se pareça com isso.

Assim, em um novo modelo de relação Estado-Homem, onde a realização do Ser é sua meta — ao implicar sua consumação —, é ali que a civilização o aguarda para introduzi-lo em seu novo período ontológico, a maturidade, período ao qual uns chegam antes e outros depois, em função de sua própria individualidade. Visto que sem Juventude não existe Mundo, e porque a Juventude é a Força do Mundo, é natural que, uma vez oferecida essa Força, a Civilização responda colocando aos pés e nas mãos do Ser todos os seus benefícios.

Traduzindo isso para o momento atual, digamos que, a esta altura, a Sociedade já deveria estar organizada para se reencontrar com o Ser, a quem financiou no auge de sua Juventude e a quem agora volta a olhar, não para sua Força, mas para sua Sabedoria. É nesse momento, em que ocorre a entrada na Terceira Idade, que a Civilização deveria colocar nas mãos do Ser uma nova quantia, multiplicada pelas décadas, promovendo, dessa forma, não a retirada do Ser da Atividade, mas sua integração na Civilização a partir de uma nova perspectiva.

Em números reais, digamos que é simplesmente justo que, ao término do Período Ativo e no início do Período Passivo, a Família — entendida como o Casal Criador da Juventude do Futuro, já Presente — receba da Sociedade uma quantia decisiva, para que, em sua experiência, a administre de acordo com a Sabedoria: para o desfrute do Ser no Espaço e do Fruto de sua Carne e Sangue no Tempo.

Agora, coloquem vocês um valor: 100.000 euros por família, esse é o meu; em caso de separação da Unidade, metade para ele e metade para ela.

Observemos, portanto, que, tendo o Estado considerado na Juventude um produto de consumo e de extração de força sem compensação de qualquer tipo, exceto o confinamento em uma Terceira Idade privada de todo desfrute de sua experiência e Sabedoria, e alienada do cultivo de seu Sangue no Tempo por falta de meios, e tanto a democracia quanto a ditadura tendem a impor essa sociedade contra o desenvolvimento e a maturidade do ser como manifestação suprema da criação, era apenas lógico que, mais cedo ou mais tarde, um mundo baseado em tais fundamentos entrasse em uma ladeira abaixo sem volta.

Mas digamos que o mundo tenha entrado nessa fase final não por vontade própria. Não sejamos tão ineptos quanto a esquerda a ponto de culpar as forças do capitalismo pelo estado de miséria em que o mundo se encontra, nem sejamos tão ridiculamente palhaços a ponto de culpar as forças rebeldes contra suas leis predatórias pela crise do capitalismo. Observamos que tanto os sistemas de esquerda

quanto os de direita tendem infalivelmente à perpetuação do Estado como Entidade Suprema de Regulação do Pensamento e Subordinação do Ser ao sistema bestial de transformação do Homem em uma besta produtora do sangue de que o Poder necessita para se manter “forever young”.

Obviamente, presumo que ninguém acredite que uma sociedade possa se fundamentar em períodos ontológicos, e suponho que o Poder tenha, nessa descrença, sua arma letal para impedir o nascimento e a criação de uma civilização fundamentada no Ser. Mas este século dirá se essa possibilidade se tornou realidade ou se transformou em um pensamento sem futuro. Quanto ao que vemos, a ausência dessa Arquitetura tem sido o terreno fértil onde a loucura, a violência, a ditadura, o império e a corrupção que alimenta as infinitas guerras que vivemos, como Humanidade, encontraram seu berço.

Ninguém tem culpa, e quem a teve já foi redimido; portanto, o que nos resta é a Ação. Pensar na possibilidade da articulação de uma sociedade mundial baseada nesses períodos ontológicos — como se fossem as colunas de todo o edifício —, acreditar no poder do homem para tornar possível essa evolução transcendente e decisiva de sua civilização, é dar o primeiro passo para sua construção. E, à medida que avançamos, já veremos como vamos resolvendo os problemas que surgirem em nosso caminho, especialmente se não esquecermos que estamos caminhando à beira do precipício.

Quando se caminha, o mais importante é saber para onde. E como o caminho se faz ao caminhar, e para ter problemas basta estar vivo, não se deve ter medo dos problemas, mas sim partir com o futuro bem em vista. E Deus já dará resposta a cada caso.

Quanto à questão que nos preocupa, observemos que a estrutura do Ser na qual se baseou o Estado Moderno teve como protótipo um Modelo Animal do Homem e que, uma vez superado — e já em vias de superação definitiva —, com o período de existência do Ser se estendendo da média de meio século para um século inteiro e buscando a realização dos 120 anos naturais propostos por Deus, todo o Sistema de Relações Humanas deve se transformar com o objetivo de articular o Estado e a Sociedade de acordo com essa Nova Dimensão que nos espera do outro lado do Salto Evolutivo que estamos prestes a dar, se não voluntariamente, pelo menos provocado à força pela situação mundial em que nos encontramos.

Uma coisa é conceber a Existência tomando como referência a expectativa de vida média do homem moderno: meio século; e outra coisa muito diferente é partir de um Ser cuja expectativa de vida natural é de um século. É toda a Estrutura que devemos transformar para que a existência da Civilização prossiga sobre Fundamentos Ontológicos.

Isso implica, obviamente, uma reformulação dos Períodos Ontológicos Humanos no seio de uma sociedade cujo Modelo de Indivíduo se basearia em uma expectativa de vida média de um século por pessoa e que, portanto, a Infância, a Puberdade, a Adolescência, Juventude e Madureza rompem os limites até então fundamentais e em torno dos quais o Estado Moderno estabeleceu sua regulamentação, e cuja permanência subjetiva se mantém com base no constante massacre a que a Humanidade está exposta sob o peso de doenças incuráveis, pan-epidemias regulares, genocídios tribais e guerras de pequeno porte com as quais o Poder alimenta sua querida mídia.

É porque o Estado Moderno, democrático ou ditatorial, de esquerda ou de direita — é a mesma coisa —, não consegue conceber a existência de um homem dotado de uma expectativa de vida natural de um século, que seu sistema entra em colapso e gera a guerra como meio de libertação da insuportável massa humana, para cuja manutenção ele não tem forças, assim como aconteceu nas Guerras Mundiais, cuja orgia libertou o Estado Moderno do peso que afundava seus sistemas, acabou finalmente por

derrubar o Império da União Soviética e agora faz com que o Império dos Estados Unidos da América vacile.

Esse Estado Moderno, incapaz de sustentar uma sociedade livre de doenças, de loucura, de criminalidade e de suicídio, é, sem querer, mas por inércia, aquele que tende à perpetuação da guerra como meio de liberação de suas forças e promove a impotência das energias da civilização, a fim de perpetuar o status quo das famílias selvagens que se repartiram o poder e aspiram ao controle de todos os meios de nutrição e produção do mundo. Incapaz de conceber uma sociedade humana livre de doenças, o poder moderno é obrigado a promover a doença ao mesmo tempo em que busca uma cura, eliminando, nesse processo, uma grande massa humana.

Verdade contundente e terrível que observamos na Associação Estado-Tabaco, onde, se por um lado busca-se a cura do câncer e das doenças associadas ao tabaco, por outro promove-se o câncer por meio de seu monopólio sobre a indústria do tabaco e da liberdade dos produtores de colocar em circulação um produto que atenta malignamente contra a saúde.

Encontramos o mesmo elemento de associação criminosa na legislação sobre o álcool, um produto altamente tóxico que atenta contra a saúde mental do ser humano e suas relações familiares e sociais, mas que é promovido pelo Estado Moderno com o objetivo de, por meio de suas consequências, eliminar essa massa humana cujo crescimento afundaria o sistema no qual se baseia seu poder.

O Delirium Tremens do fracasso do Estado Moderno é a necessidade da Guerra como medida final, para a qual ele é levado por sua impotência em se transformar e sua incapacidade de dar espaço a um Modelo Humano cuja expectativa de vida média é de um século.

O desafio, portanto, que temos pela frente e em cuja plataforma a civilização jogará seu futuro neste século XXI, é, como dizia o poeta, “Ser ou não ser”.

LEI DE PROCRIAÇÃO DO SÉCULO XXI

A origem da lei é a promoção do bem e a erradicação do mal. A submissão da lei a interesses individuais, partidários e corporativistas, que neutralizam sua origem, é, em si, um crime; ao diminuir o poder da lei de manter o bem em crescimento constante e contínuo, a Lei “escravizada” ativa as forças contra as quais a Lei existe, sendo o efeito dessa perversão abominável o crescimento do Crime no âmbito de organizações — sejam elas políticas, industriais ou mafiosas —, de onde provém a Ciência da Engenharia Financeira a serviço do Tráfico de Pessoas, Drogas e Armas. No entanto, o Fim do Mal é a perversão abominável da Lei, cujo estado supremo de maldade atinge seu apogeu na adoção, pela Justiça e pela Civilização, sob um Estado governado pelo Crime, como o estado natural da Sociedade Política, daí a Crise Global deste início de século e milênio. Tendo a Sociedade Política “escravizada” a Lei aos interesses partidários, de um lado, e corporativistas, do outro, o quadro fenomenológico que se apresenta diante de nós não surpreende tanto pela Crise Global, que é seu efeito natural, assim como o sangue é ao crime, quanto pelo fato de a Guerra Nuclear ainda não ter entrado em cena; fenômeno singular que surpreende o observador na medida em que coloca diante de seus olhos o grau de controle que o crime alcançou sobre suas próprias forças; e, no entanto, não é menos verdade que esse controle foi exercido às custas dos povos. Pois, sem sacrificar nada de seus privilégios, a Sociedade Política atribuiu ao cidadão todos os efeitos inerentes aos seus “defeitos”, para chamá-los de uma forma mais “política”, uma vez que a Política ficou definida por seus atos como o Crime que é julgado como “defeito de classe”.

LEI SISTEMÁTICA

Os Estados conferirão às clínicas de maternidade, privadas e públicas, o poder de realizar o teste genético de paternidade, como dever do Estado; o original do resultado será encaminhado ao Registro Genético Nacional criado para esse fim, sendo entregues cópias ao homem e à mulher envolvidos no ato de procriação, ficando o original à disposição do procriado em relação a qualquer violação de seus direitos sobre seu procriador que possa surgir no futuro, tanto no que diz respeito à sua parte nos bens do procriador enquanto este estiver vivo quanto ao seu testamento após a morte deste.

O direito do Filho sobre o Pai é inalienável e, por meio dele, o Filho pode recorrer à Justiça em seu auxílio, em caso de violação de seus direitos, decorrente de mudanças familiares, contra o Pai, enquanto este estiver vivo, e contra seu testamento, após sua morte.

A recusa por parte do Procriador em prestar ao Procriado a assistência física e mental que lhe é devida por direito natural, seja qual for a causa dessa recusa, constitui um delito moral e civil; e, como tal, caso o Procriado se sinta agredido e privado de seu direito, a mãe, em sua representação, deve ter a garantia da Justiça para que a Lei assegure o cumprimento desse direito.

Se, nas mudanças familiares ocorridas durante o crescimento do Filho, após o divórcio, a situação econômica do ambiente familiar do Filho for superior à do Pai, a Justiça protege o Pai; caso contrário, a proteção recai sobre o Filho, a fim de que as emoções decorrentes do divórcio não sejam manipuladas pela parte separada como arma de vingança contra um ser inocente sobre o qual se deseja recarregar todo o peso do fracasso matrimonial.

Considerando que a perseguição contínua ao ser inocente constitui um delito, o progenitor perseguido, diante do assédio, dispõe de fundamentos jurídicos suficientes para reverter a causa e, em virtude de sua inocência, proceder à reversão da situação criada, e, caso tenha sido injustamente privado de seu filho, obter justiça por meio da revelação da maldade criminosa de seu ex-cônjuge — maldade essa que constitui a causa efetiva da ruptura matrimonial consumada por meio de perseguição que chegou ao ponto do assédio, sendo que o assédio a um inocente é um delito moral, com implicações penais quando induz ao suicídio, à demência ou ao crime.

LEI AUTOMÁTICA

Se, no parto, a Lei Sistemática colocar nas mãos das partes do ato de procriação o caso de fraude de paternidade, o homem abandonará a mulher a toda velocidade, ficando isento de toda culpa e livre para defender sua honra e seu nome de qualquer calúnia por meio da cópia do teste genético de paternidade que lhe terá sido fornecida pelo Estado. A mulher cometeu fraude; todo o efeito de seu crime recai sobre ela.

Se, durante o período de gestação, e sem saber da fraude que a mulher preparou contra o homem, este se casou, o casamento, uma vez descoberta a fraude na hora do parto, fica automaticamente anulado perante Deus e os homens. O Estado anulará automaticamente as certidões de casamento, e o mesmo fará a Igreja. A Verdade é onipotente e emite seu julgamento final de acordo com a Justiça; a mediação do tribunal é desnecessária e improcedente. O homem fica livre perante Deus e os homens para se casar.

Se, durante o período de gestação, o casal tiver investido no futuro do casamento a ser celebrado, uma vez descoberta a fraude, a lei agirá automaticamente, retirando de todos os contratos assinados em nome do casal o nome da mulher. Tudo ficará para o homem, sem qualquer possibilidade de reclamação por parte da parte fraudulenta e de sua família, quer ela estivesse envolvida na fraude, quer tenha sido inocentemente apanhada nela, assim como o homem.

Se a fraude ocorrer no decorrer do casamento consumado, configurando-se como adultério, a adúltera não retornará à casa do homem; seu casamento será automaticamente anulado, tanto pelo Estado quanto pela Igreja, e o homem ficará livre, perante Deus e os homens, para se casar novamente. Os filhos nascidos do casamento antes do adultério consumado permanecerão na casa do homem.

Se um homem, conhecendo a Verdade, adotar o filho de uma mulher logo após o nascimento, a adoção equipara o adotado ao filho biológico e o torna sujeito de direito no mesmo nível que os demais filhos de seu pai adotivo, sem qualquer prejuízo perante a Justiça no que diz respeito à negação de seus direitos em razão de futuras mudanças familiares que possam ocorrer durante a vida do homem, e, conseqüentemente, em relação ao seu testamento.

Se, na hora do parto, uma mulher reivindicar a paternidade de seu filho em relação a um homem, a Lei agirá com todo o poder e autoridade para submeter o homem ao teste de paternidade, e, caso seja o caso, o filho será reconhecido como filho genético do homem para todos os efeitos, gozando o filho do direito em relação ao pai, assim como os filhos nascidos no casamento ou os que ainda venham a nascer, ficando, por sua vez, o pai sujeito às penalidades decorrentes da negação de assistência ao filho.

Se o caso for de adultério e a esposa do adúltero entrar com pedido de divórcio, o homem abandonará a casa e a mulher permanecerá nela com seus filhos, ficando o adúltero sujeito a todos os deveres do progenitor, sem distinção entre filhos concebidos no casamento ou fora dele.

O Filho é inocente em relação aos crimes e delitos de seus pais.

Se o caso for de sedução de menor, e o jovem quiser se separar da jovem, mas esta desejar ter o filho e reivindicar a paternidade do sedutor sobre o filho, uma vez descoberta a paternidade, o progenitor ficará vinculado para toda a vida ao filho, sujeitando-se aos deveres do progenitor.

O sobrenome do progenitor será o do filho, nascido dentro ou fora do casamento, com ou sem a vontade do progenitor.

CONCLUSÃO

A MAGISTRATURA DA CIÊNCIA DO BEM E DO MAL

Não há conclusões. O Mundo permanece aberto ao Futuro. Os desafios de cada Século, de cada Milênio, são realidades que cada Geração deverá enfrentar a partir da Inteligência que visa o Interesse Universal, de acordo com o espírito cristão-jesuíta no qual nosso pensamento político, histórico, científico, religioso e moral foi moldado. O Interesse do Indivíduo está subordinado ao Universal. Somos semelhantes a Deus; somos o reflexo vivo de Sua Alma Social. A partir dessa Verdade Eterna, compreendemos que, a partir do momento em que um homem, um grupo de poder, um partido político, uma sociedade secreta, uma instituição religiosa etc. coloca o universo das relações sociais a seus pés para satisfazer seus próprios instintos e paixões egocêntricas, com o objetivo de se investir de privilégios que coloquem esse indivíduo, grupo, partido, seita ou instituição além da Justiça, a partir desse momento o vírus letal da corrupção inicia sua trajetória rumo ao seu objetivo: a ditadura, a tirania, a teocracia e, finalmente, a guerra.

Seis mil anos vivendo no inferno capacitam o homem a extrair conclusões definitivas sobre a natureza das leis que regem o comportamento dos vivos sob o império da Ciência do Bem e do Mal.

Seis mil anos de experiência sofrendo esse inferno que a corrupção de querer se colocar além da justiça universal trouxe sobre todos os habitantes da Terra; seis mil anos são suficientes para reunir coragem e se levantar contra todo tirano, ditador, corrupto e ególatra demente que, em nome de uma revolução feita sob medida para si mesmo, visa apenas mascarar sua conquista satânica do status dos deuses do inferno.

Não podemos continuar vivendo de joelhos diante da Morte. O medo da morte é o princípio de todas as ditaduras e tiranias. Tão grave é o crime do ditador quanto a covardia do cidadão.

Portanto, não há conclusões a não ser em relação aos problemas do momento.

Cada geração tem os seus problemas, e cada século deve responder a eles de acordo com o mesmo espírito que conduz a Humanidade, de século em século, até alcançar a Paz Mundial com base na Verdade e na Justiça, nunca sobre os pilares malignos da ditadura das leis políticas e da tirania dos interesses individuais.

Nesse sentido, é bom afirmar que o Poder Político, em um mundo regido pela lei do Bem e do Mal, tem sua Origem no Crime, e sua Razão, tendo como meio o Assassinato, tem como Fim a ruína do povo sobre o cadáver daqueles que se opõem à execução do crime, sem cuja consumação não se pode acessar o Poder.

O episódio de Caim e Abel é a lição suprema número um que Deus coloca diante de nossos olhos para que quem tiver olhos veja a origem e a razão do poder em sua natureza mais sórdida e repugnante, e , o assassinato do próprio irmão como resultado da oposição deste em apoiar os planos do aspirante a salvador do mundo.

A função e a missão de todo homem é, conseqüentemente — deduzindo-se de seis mil anos de fratricídio universal ininterrupto —, abolir o Poder fundado sobre esse crime. Um Poder Político que não tem como Princípio e Fim a Fraternidade Universal Divina, mas que, por desvio criminoso do Direito Natural, se ergue acima da Lei das Armas, esse Poder é Assassino, Parricida, Matricida, Fratricida, Homicida; esse Poder é, em definitiva: um Crime contra a Humanidade; esse é um Poder que nasce da corrupção para conduzir o Mundo à sua destruição total.

Não há desculpa, não há justificativa, não há raciocínio nem discurso que valha em defesa desse Poder; o Poder, na medida em que justifica o Crime e quer fazer do Crime o meio necessário para um fim que transcende o próprio Crime, esse Poder é, em si, um Crime contra a Natureza da Vida.

De acordo com essa perversão da natureza social do Estado, Caim matou seu irmão. Abel se opunha, se opõe e se oporá pela eternidade a todo poder político estabelecido sobre uma lei que justifica o delito e o crime de Estado.

Foi contra esse sangue de fidelidade ao Direito Natural Divino do Homem que cresceu o Estado Antigo, aquele Estado que se levantou contra o Novo Abel, o qual, ao derrotar o outro Caim da maneira revolucionária mais incrível de se imaginar, nos encheu de seu espírito de luta, resistência e vitória. Sobre essas novas bases surgiu o Mundo Cristão, que, estendendo seus ramos, cobriu os quatro cantos da Terra.

No entanto, assim como a cabra retorna ao monte, o homem volta aos campos de batalha na crença de encontrar na morte a resposta para os problemas que a Natureza lhe apresenta na hora de se submeter totalmente ao Bem Universal. Em sua ignorância, o Homem Moderno não quis ver que a Liberdade só se realiza no âmbito da Lei implícita na Natureza Divina do Universo, que a Natureza Social do Homem não é uma conquista do Homem, mas a Vitória do Criador sobre a Matéria, à qual, ao comunicar-lhe sua Alma, Ele a eleva ao seu Espírito para a transfiguração eterna de sua Criatura em filho dos Dois.

Contra sua Origem Cristã, o Estado Moderno manteve a Razão de Estado Medieval como Necessidade. Em vez de abolir o Crime como Razão de Estado, encobriu esse Delito Maligno inventando uma Instituição Secreta de Inteligência a serviço da Segurança Nacional.

Essa perversão da natureza do Estado nos coloca diante da necessidade da separação entre Governo e Estado, para que, pelo Governo, essa necessidade seja abolida e, pelo Estado, o Governo seja regulado, de modo que não possa usar os poderes do Estado para encobrir crimes de qualquer natureza.

Mesmo assim, observamos que, mesmo com a persistência dessa razão criminosa, as diferenças estruturais entre os Estados se distanciam de acordo com sua aproximação ao Direito Cristão.

Nas nações de base histórica cristã, tem-se lutado por uma separação legal de poderes entre Política e Religião, cada uma ocupando-se de sua esfera: a Política, da matéria e de suas necessidades; e a Igreja, do espírito e das suas; graças a isso, o Estado foi privado de toda razão justificativa do crime como necessidade estrutural de sobrevivência.

Observamos que, nas nações onde o poder e o Estado são uma única entidade, como no modelo socialista, o crime de Estado continua sendo uma necessidade legal, embora aplicada seletivamente; e, dentro dos Estados socialistas, temos o caso extremo da China, tirania do poder absoluto exercido contra a aspiração democrática de um povo incapaz de se livrar do jugo da ditadura socialista, como já se viu na Praça de Tiananmen; da China absolutista pós-maoísta até o socialismo do século XXI há um longo caminho, pois, se no caso chinês partiu-se de uma teocracia infernal e repugnante, que legitimou a Revolução Maoísta, no caso da Venezuela, da Bolívia e de países vizinhos, temos a degeneração de Estados democráticos em ditaduras socialistas, invertendo assim o caminho da evolução do melhor para o pior “em nome do povo”. Que uma democracia em evolução determine sua luta contra as forças do poder por meio do poder absoluto é uma loucura que conduz do imperfeito à ruína ao estilo castrista.

Nas nações onde o Islã detém o poder, o crime faz parte do Estado, e o assassinato seletivo, por motivos religiosos ou políticos, é uma condição natural a ser cumprida para garantir sua sobrevivência. Assim, se nos Estados socialistas, sem que o Poder renuncie ao Crime como razão política, o Crime de

Estado é contido porque não pode se manifestar em toda a sua plenitude devido à repulsa que vai se formando no seio do povo, cuja aspiração à democracia cresce de forma imparável, embora reprimida; observamos que, nas nações islâmicas, sendo a democracia contrária ao crime de Estado, o Estado é criminoso por natureza religiosa; e, sendo a democracia o Estado em que o crime político e religioso é considerado delito, é natural que a democracia e o Estado islâmico se encontrem sempre e eternamente presos no episódio de Caim e Abel. Enquanto Abel, o povo, permanecer de joelhos diante de Caim, o Poder, o crime de Estado é desnecessário, mas a partir do momento em que Abel tenta se levantar: Caim não hesita em pegar o osso de burro e partir a cabeça de Abel, como se viu recentemente na Revolução Verde do Irã e na revolução do povo contra o poder na Indonésia.

Aquela Revolução da Primavera Árabe fala melhor do que eu escrevo.

Assim, a mesma Lei que colocou o Crime em cena como condição necessária para o acesso ao Poder continua em vigor nas nações onde o Poder, alcançado por meio do crime, precisa do Crime como Razão de Sobrevivência.

Não é à toa que, tendo o cristianismo alcançado sua posição na civilização sem ter utilizado o crime como meio, ali onde o cristianismo cresceu, a democracia também cresceu; e, uma vez nascida, convivendo com o cristianismo, o povo, por sua própria inércia evolutiva, tende à supressão do crime como razão de Estado.

E vice-versa: tendo sido o Estado cristão o campo onde a árvore da democracia criou raízes e cresceu até atingir a evolução observada nos Estados europeus, a batalha pela extinção do cristianismo por parte do Poder Socialista — condição necessária para sua perpetuação no poder — denuncia a existência de uma Razão Dictatorial que, não podendo simplesmente assassinar Abel, busca sua morte por meios mais sutis.

Observamos que o socialismo é sinônimo de ruína.

Essa Lei, que causou a queda da famosa União Soviética e, dando continuidade à sua obra, foi a Lei que levou à ruína a Hungria, a Iugoslávia, a Tchecoslováquia, a Romênia, a Bulgária... é a Lei que conduziu as nações do socialismo do século XXI à sua atual miséria. Após 30 anos de governo socialista, o que se poderia esperar do futuro da Grécia senão a ruína? Com exceção de um parêntese democrático, o mesmo podemos dizer da Espanha: o que se poderia esperar do futuro da Espanha após trinta anos de socialismo senão a ruína?

A Lei é óbvia: onde quer que o socialismo seja implantado, cresce a ruína; onde quer que o Islã seja implantado, a democracia é abortada.

Assim, seis mil anos de vida no inferno constituem um verdadeiro curso na Ciência do Bem e do Mal que, seguindo a inteligência natural, deveria ter feito de todo homem, seja ele homem ou mulher, um verdadeiro especialista no assunto. Infelizmente, observamos exatamente o contrário, ou seja, que cada pessoa age como se o mundo tivesse nascido com ela e a História não tivesse nada a ver com seu presente e seu futuro.

Em outro contexto, essa desconexão entre a Memória e a Consciência é chamada de esquizofrenia.

Não é à toa que toda organização que busca o Poder tende a provocar esse processo esquizoide durante o Período de Crescimento da Inteligência Natural, o que é provocado pela supressão da Ciência Histórica da Educação Escolar; e quando tal supressão acusa o Poder, reduzindo-o à sua mínima expressão.

Por outro lado, ao criar esse abismo entre o Presente e a História Universal, o Poder intensifica a implantação da Memória Histórica, erguendo entre o Presente e o Futuro um Muro contra cuja dureza a Democracia se choca. Nesse jogo de interesses individuais, o homem fica, como diz o provérbio, dançando na corda bamba.

A Lei é lógica: onde não há cultivo da Inteligência, produz-se inevitavelmente a colheita do Eleitor Lixo, que é aquele incapaz de relacionar as leis da História — que são as conclusões da experiência — com o Presente e suas circunstâncias. Existe alguma nação islâmica em que, sob o governo do Alcorão, reine a Lei da Democracia? Existe alguma nação que, após trinta anos de poder socialista, não tenha sucumbido à ruína? A ruína ou a ditadura criminosa é o desfecho a que conduz todo Estado submetido ao socialismo; exemplos de ruína, a Grécia; e de ditadura, Cuba.

Voltando, então, à magistratura que concede seis mil anos de experiência no inferno da Ciência do Bem e do Mal, o ser humano, homem ou mulher, que busca um mundo para seus filhos onde a Lei seja a da Vida, tem como tarefa nunca tocar em nenhum dos ramos da Árvore da Ciência do Bem e do Mal, seja socialista ou islâmica, ao mesmo tempo em que tem como missão aperfeiçoar o Estado Democrático por meio da evolução de toda a sua estrutura até a supressão total e definitiva do Estado como Razão de Governo.

O Estado, por natureza, não se destina a ser utilizado para a repressão das forças opositoras por parte do governo em exercício; o Estado tem a função histórica de impedir que o governo em exercício viole as Leis e que os governantes as pervertam com o objetivo de levar a civilização à involução, do melhor para o pior; ou seja, o futuro da civilização passa pela separação entre Estado e Governo, duas dimensões paralelas que coexistem, mas não devem se misturar.

Observamos, no que diz respeito à civilização cristã, que, quando o Estado fica escravizado ao governo por lei, a corrupção política e a perversão dos governos por parte dos poderes econômicos internacionais e nacionais levam o Estado a intensificar suas capacidades repressivas, justificando o governo o abandono da herança democrática conquistada ao longo de décadas com a necessidade de sair da ruína, para a qual o povo foi conduzido por esse mesmo poder que agora se quer erguer como salvador da nação sobre a qual trouxe tal ruína.

É, portanto, um “fenômeno” ler as declarações dos governantes ruinosos, proclamando querer erigir-se como salvadores da ruína que eles mesmos provocaram, como no caso grego-espanhol. Eles desferem a facada e exigem ser o médico que cura e fecha a ferida, e quem negar o dever que lhes cabe de curar o moribundo é um inimigo da democracia.

Se o “fenômeno” é esse tipo de governante, não menos “fenômeno” é o eleitor incapaz de relacionar a adaga com a ferida, Judas com as trinta moedas de prata.

Torna-se difícil, portanto, para quem ama a História como fonte da Memória Universal, assimilar a esquizofrenia intelectual que o Poder — seja socialista ou islâmico — proclama como condição necessária para a preservação da Ordem e do Progresso do Estado. Não é o Estado que deve progredir, é a Nação que deve evoluir de um estado selvagem, bárbaro e racional para um estado intelectual, tanto no plano material quanto no espiritual, onde o Poder não existe como Meio nem como Fim, mas como Princípio do Ser Humano; e esse Princípio, baseado na Palavra, torna-se Lei para fazer de cada homem uma lei em si mesmo; e, de acordo com essa Evolução, o Estado cresce para manter sempre o Governo dentro das Leis. Por outro lado, a corrupção e a ruína dos Estados provêm da criação de leis por parte dos Governos que visam exclusivamente a legalização das atitudes e comportamentos criminosos dos Poderes, sejam eles políticos, religiosos ou econômicos.

Já vemos, acompanhando o Curso sobre a Ciência do Bem e do Mal que Deus teve de iniciar contra a Sua Vontade, transformando nosso mundo no livro onde se pode ler, escrito com nosso sangue, por que Deus aboliu todo Poder e declarou o Fim de toda Coroa e Senhorio, estabelecendo um Estado Universal, Único e Todo-Poderoso, ou seja, Incorrutível, permanecendo o Governo de cada Nação distinto desse Estado e, ao mesmo tempo, sujeito à Lei desse Estado.

Daí que a Democracia Perfeita seja aquela que se rege pela Lei do Estado Divino, cuja Lei é Incorrutível, e visa a Paz e a Liberdade de todas as Nações, deixando nas mãos de cada Governo a promulgação das leis que surgem em função das circunstâncias sugeridas pela própria evolução da Civilização. Ao separar dessa maneira o Estado e o Governo, Deus criou uma dimensão de comportamento em que o Estado Divino, ao visar exclusivamente a paz e a liberdade, e sem ceder essas competências a nenhum governo local, elimina de raiz qualquer movimento em direção à guerra e à ditadura.

Em um plano de referência mais próximo, para falar em termos humanos, o Estado é para o Governo o que o esqueleto é para o corpo humano. A pessoa tem liberdade de movimento para orientar sua existência naquilo que seu desejo de vida lhe sugerir; e, no entanto, a pessoa não tem nenhum domínio nem poder sobre seu esqueleto. O Estado (esqueleto), seguindo essa lei da vida, não tem a missão de reprimir ou impor ao Governo (o corpo) a direção de seu movimento; e, vice-versa, o Governo não pode manipular a estrutura do Estado, e quando o faz, entram na Nação a corrupção e a ruína que conduzem à ditadura e, por meio da ditadura, à guerra civil.

A atuação biohistórica do Governo e do Estado em coexistência “inseparável”, mas “separada”, é o que determina a imunização da sociedade, da nação e da civilização contra a corrupção, a ditadura e a guerra. E, seguindo essa Lei, Deus quis dispor que seu Reino fosse regido por essa “separação inseparável” entre Estado e Governo. Cabe a toda criatura assimilar o que Deus dispõe às estruturas que lhe são próprias.

Obviamente, todo Poder Político ou Religioso que busque seu próprio Interesse — nada mais do que sua Sobrevivência no Privilégio — deve se levantar contra essa Separação entre Estado e Governo; ora bem, se Abel era santo e preferiu, como Cristo, deixar-se matar a responder à violência com violência, o direito à defesa da vida é superior ao martírio quando não há motivo para a crucificação e aquele que está disposto ao crime se colocou além de toda capacidade de redenção; ou, como reconhece a Carta Fundacional da Democracia: a Nação, o Povo e o Estado têm o dever de se levantar contra o Governo quando este pretende usar o poder como plataforma para a ditadura por meio da ruína da economia nacional.

Observamos no comportamento das classes políticas como a crise econômica global está sendo usada para a criação de figuras totipotentes, cujos poderes especiais atentam contra a evolução da civilização. A resposta da aliança entre os poderes políticos e econômicos aos problemas urgentes e “ ” que a própria evolução promove não é outra senão a necessidade de dotar a Democracia de “poderes especiais”, em nome dos quais a liberdade de expressão e de movimento são sacrificadas em prol “da liberdade, da ordem e da paz”.

Mas o tempo está se esgotando, nuvens se agitam no horizonte, a terra treme sob nossos pés, e tudo o que ocorre aos poderes deste mundo é que olhemos para os céus, para onde enviarão esquadrões suicidas a Marte, de onde descem sondas fantasmas do tipo Hayabusa; enquanto isso, eles dividem entre si o tesouro das nações e, por dinheiro, destroem a Natureza com a impunidade de quem pode silenciar o homem mais poderoso do planeta com um cheque de 20 mil bilhões de dólares sobre a mesa e outro em branco, escondido.



31/8/26

CRISTO RAÚL DE YAVÉ E SIÓN